

LAUDEMIR ALVES

**PSICOLOGIA & DIREITO: UM OLHAR DA
PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL**

**CAMPINAS - SP
2010**

LAUDEMIR ALVES

laudovechin@hotmail.com

PSICOLOGIA & DIREITO: UM OLHAR DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientador: Prof^a. Dr^a. **Raquel Souza Lobo Guzzo**

**CAMPINAS - SP
2010**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas - Processos Técnicos

t302
A474p

Alves, Laudemir.
Psicologia & Direito: um olhar da perspectiva histórico-cultural /
Laudemir Alves. - Campinas: PUC - Campinas, 2010.
201p.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia social. 2. Direito - Aspectos psicológicos. 3. Estu-
dantes de direito. 4. Movimentos sociais. 5. Materialismo histórico. 6.
Materialismo dialético. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Uni-
versidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-
Graduação em Psicologia. III. Título.

20. ed. CDD – t302

LAUDEMIR ALVES

**PSICOLOGIA & DIREITO: UM OLHAR DA
PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL**

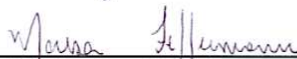
BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof^a Dr^a **Raquel Souza Lobo Guzzo**
PUC-Campinas



Prof. Dr. **Nilton Júlio de Faria**
PUC-Campinas



Prof. Dr^a **Marisa Feffermann**
USP-SP

CAMPINAS - SP
2010

DEDICATÓRIA

Leonor Vechin, minha mãe...
Waldemar Vechin, meu tio e pai...

Dedico a vocês, duas das principais colunas de sustentação em minha vida,
por estarem ao meu lado, e serem meu porto seguro em todos os momentos.
Nada existe de mais difícil do que entregar-se ao instante.

AGRADECIMENTOS...

... Especiais a minha orientadora **Prof^a. Dr^a. Raquel Souza Lobo Guzzo**, pelo desprendimento em me acolher no seu grupo para a realização desta pesquisa. Construimos uma relação; primeiro de confiança, depois de amizade e finalmente de trabalho. Foi um processo em que sua mão e voz firme, me tocaram como pessoa de muitos modos, por muitos caminhos... Com você aprendi a gostar mais de mim (parei de fumar) e aprendi a me olhar como profissional. Todos os momentos foram somas de aprendizado, acolhimento e troca, sou grato por cada um desses momentos e por todos que me tornam diferente do que fui antes... *E assim, chegar e partir, são só dois lados da mesma viagem...* Ansioso pelos novos e muitos desafios que hão de se nos encontrar... Obrigado, Raquel pelo apoio e carinho durante essa fase de amadurecimento pessoal e profissional.

... Aos professores que dividiram seus saberes, com especial carinho: **Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Trevisan de Souza**; **Prof. Dr. Mauro Martins Amatuzzi**; **Prof^a. Dr^a. Márcia Espanhol Bernardo**.

... Aos demais membros do grupo de pesquisa: **Prof^a. Dr^a. Adinete Sousa da Costa Mezzalira**, **Ana Paula Gomes Moreira**, **Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho**, **Cristiane Ramos de Matos Marçal**, **Daniel Luca Dassin da Silva**, **Ed Carlos Correa de Faria**, **Edilson Guarnieri Junior**, **Fabiano Galbiatti**, **Leila Estevão da Silva Cacciacarro Lincoln**, **Michelle Poli Biason**, **Prof^a. Ms. Raquel Pondian Tizei**, **Prof. Ms. Walter Mariano de Faria Silva Neto**. Nosso espaço fez jus em muitos momentos a máxima de que do caos sempre emerge a luz e uma nova ordenação... As muitas trocas que tivemos foi o combustível para produzir em mim muitas reflexões e transformações...

... De gratidão ao meu irmão **Ledilson Alves & Nadir Proença** minha cunhada, que cuidam do meu amor distante por meus sobrinhos: **Gabriela McAlpine Alves**, **Maikon Corazza** e **Julia Proença Alves**. A distância nunca diminuiu o amor que sinto por todos vocês...

... De coração ao meu querido primo-sobrino **Felipe Cassaro Vechin** e a minha querida prima-sobrinha-afiliada, **Laís Cassaro Vechin**... Vocês dois são a renovação constante das minhas esperanças e fé na vida...

... Eternos, aos amigos que sempre me apoiaram e sem os quais não teria chegado ao final desta etapa: **Ana Paula Petroni & Maria Helena Quintilhano Petroni** (pelas muitas caronas), **Anderson Tunes**; **Bruno Cezar Roza**; **Cristiane Castro de Almeida Queiroz**; **Cristiane Tereza Costa**; **Elaine Martins**; **Giovanna Corte Honda**; **Marcus Vinicius Correa**; **Maria José Ossick**, **Mônica Cristina Vieira**; **Sandra Bull**; **Saulo Tadeu Valiero das Neves**, **Sandra Gargaro**; **Vanderson Roberto Coluci**; **Waleska Surian Tranquillini**. Estiveram ao meu lado nos momentos de angústia, dúvidas e alegrias colaborando para o meu desenvolvimento e meu crescimento...

... Aos casais mais do que especiais: **Maria Regina Rodrigues de Freitas Vechin & Fernando Cesar Vechin; Claudia Assis Pôncio & Waldemar Pôncio Jr.; Julio Cesar Vechin & Ana Paula Mattiussi Vechin; Caroline Adami Ichano de Souza & Fernando Luis de Souza; Lidiane Aparecida Dias Barreta & Felipe Barreta; Marciana da Silva & Vinicius Franco de Oliveira; Crislane Vanessa Gargaro & Sérgio Luiz Bedo Jr. (Juninho); Vedemil Odécio Brina & Juliana Masson Brina.** Responsáveis por tantos e bons momentos de lazer, diversão, alegrias, festas, passeios, almoços, jantares, churrascos, cinemas, jogos e viagens que contrabalançaram as obrigações do dia-a-dia.

... Pelo imenso exemplo de coragem, força e superação, a **Cleusa Marlene Vechin de Macedo**; seu modo de ser me faz bem, sua torcida sempre me anima...

... De reconhecimento a **Profª. Ms. Samanta Maria Visigalli Martins**; amiga e psicóloga que foi sempre um exemplo que me acompanha e fortalece em tantos momentos. Saudades!!!

... As secretárias da pós-graduação: **Elaine Cristina Machado de Oliveira, Eliane Pereira Silva, Maria Amélia Domingues Gonçalves e Maria Emília Coelho Rodrigues de Almeida**, pelo zelo e distinção com que sempre atenderam a minhas solicitações...

.... A **CAPES** pelo inestimável apoio financeiro, sem o qual jamais poderia ter concretizado essa etapa da minha vida...

... Aos Participantes desta pesquisa que colaboraram para a concretização deste trabalho...

... A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização de mais este sonho numa realidade concreta...

MEU SINCERO OBRIGADO!

Mascarados

*Saiu o Semeador a semear.
Semeou o dia todo
e a noite o apanhou ainda
com as mãos cheias de sementes.
Ele semeava tranquilo
sem pensar na colheita
porque muito tinha colhido
do que outros semearam.
Jovem, seja você esse semeador
Semeia com otimismo
Semeia com idealismo
as sementes vivas
da Paz e da Justiça.*

Cora Coralina

*O poema acima, inédito em livro, foi publicado pelo
jornal "Folha de São Paulo" - caderno "Folha Ilustrada",
edição de 04/07/2001*

Alves, L. (2010). *Psicologia & Direito: Um Olhar da Perspectiva Histórico-Cultural*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia do Centro de Ciências da Vida - PUC-Campinas, Campinas. 201 p.

RESUMO

Essa pesquisa foi realizada a partir da perspectiva histórico-cultural, valorizando os aspectos descritivos e as percepções pessoais de 10 universitários de Direito, focando o particular como parte da totalidade social, procurando compreender como concebem: situações concretas de desigualdade social; a importância ou não e a criminalização dos movimentos sociais. Buscou-se entender se os universitários elaboram ou não projetos futuros de atuação para redução da desigualdade social. O estudo foi realizado em uma instituição universitária particular do interior de São Paulo. Esse estudo foi fundamentado teoricamente a partir de três eixos: a) uma análise das condições de vida no capitalismo; b) uma discussão sobre o papel da educação na sociedade capitalista influenciando a formação em direito; e c) a partir da intersecção entre psicologia e direito, buscou-se entender: desigualdades sociais e movimentos sociais. O materialismo histórico dialético foi utilizado como referencial metodológico em uma perspectiva qualitativa de pesquisa. Foram estruturados como material para análise nessa pesquisa: 2 Instrumentos de Busca de Informação (IBI), contendo dados de identificação e dados sócio-demográficos; bem como, respostas escritas por cada um dos participantes, produzidas a partir de dois textos relativos a movimentos populares. Foram realizados para tanto 2 encontros Grupo Focal. As considerações, reflexões e apontamentos sobre as informações obtidas, foram produzidos a partir de uma análise dialética, como forma de perceber os contrastes existentes entre os sujeitos e a sociedade; resultando sínteses, que o pesquisador desenvolveu a partir de uma análise interpretativa das contradições expressas nos textos escritos pelos participantes. Como principais considerações esse estudo apontou: I) necessidade de se ampliar à discussão sobre o que sejam os movimentos sociais e suas formas de expressão coletiva no cotidiano; II) a relevância de mais pesquisas que busquem a compreensão das características dos estudantes de direito, suas especificidades, e seu universo cultural; e III) a necessidade da construção de uma rede articulada entre psicologia e direito, que favoreça práticas originais com criatividade, flexibilidade e fundamentação metodológica que integrem os conhecimentos das duas áreas, a fim de possibilitar um modo de atuação frente às desigualdades sociais.

Palavras Chave: Psicologia social; Direito - Aspectos psicológicos; Estudantes de direito; Movimentos sociais; Materialismo histórico; Materialismo dialético.

ABSTRACT

This search was conducted from the historical-cultural perspective, valuing the descriptive aspects and personal perceptions of 10 students of law, focusing on the individual as part of the social totality, seeking to understand how to conceive: concrete situations of social inequality, and the criminalization of social movements. We sought to understand whether students prepare future projects of action for reducing social inequality. The study was conducted at a particular university in a little city of Sao Paulo. This study was grounded theory based on three pillars: a) an analysis of the conditions of life under capitalism, b) a discussion on the role of education in capitalist society influencing law degree, and c) from the intersection of psychology and law aimed to understand: social inequality and social movements. The historical materialism dialectical was used as methodological perspective in qualitative research. Were structured as material for analysis in this study: 2 Instrument Information Search (IIS), containing identification data and socio-demographic data, as well as written answers for each participant, produced from two texts of popular movements. Were performed two Focal Groups meetings. The considerations, reflections and notes on the information obtained, were produced from a dialectical analysis as a way to understand the conflicts between individuals and society, resulting summaries, the researcher developed from an interpretative analysis of the contradictions expressed in texts written by participants. As this study indicated the main considerations: I) need to broaden the discussion about what are the social movements and their forms of collective expression in daily life; II) the importance of more research that seeks to understand the characteristics of law students, their specificities, and their cultural universe, and III) the need to develop a linked network between psychology and law, which favors original practices with creativity, flexibility and methodological foundation to integrate the knowledge of both areas, to enable a mode of action against social inequalities.

Keywords: Social Psychology; Law - Psychological aspects; Law students; social movements; historical materialism; dialectical materialism.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
SUMÁRIO	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE ANEXOS	
JUSTIFICATIVA	13
I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 - A VIDA NO CAPITALISMO.....	17
1.2 - EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: FORMAÇÃO EM DIREITO.....	25
1.3 - PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA & DIREITO: SOBRE DESIGUALDADES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	35
II. OBJETIVOS	49
2.1 - Objetivo Geral.....	49
2.2 - Objetivos Específicos.....	49
III. MÉTODO	50
A - Considerações iniciais - Fundamentos.....	50
B - Contexto do trabalho de pesquisa.....	54
B.1. Indicadores Geopolíticos.....	54
B.2. Caracterização da Educação.....	58
B.3. Caracterização das Assistências em relação à Desigualdade Social.....	61
C - Cenário de Pesquisa.....	66
D - Participantes da Pesquisa.....	69
E - Instrumentos para busca de informações.....	41
E.1. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	72
E.2. Instrumentos para Busca de informações - IBI.....	72
E.3. Grupo Focal como técnica.....	74
F - Levantamento das informações.....	78
G - Considerações Éticas.....	81
IV. CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E APONTAMENTOS ACERCA DAS INFORMAÇÕES	83
4.a. Procedimentos de análise das informações.....	83
4.a.1. A subjetividade no processo de estudo da desigualdade social..	85
4.b. Nomeando as Escolhas.....	89
4.c. Convidando os participantes ao diálogo - prazer em conhecê-los..	92
4.d. Idade! Quantos anos você tem? Por que não se mostrar?.....	93
4.e. Pertencer ou não a movimentos sociais? Pertencço ou não pertencço? Eis a questão!.....	94
4.e.1. O que são movimentos sociais afinal?.....	97

4.e.2. Movimentos estudantis! Movimentos sociais sem memória?.....	101
4.f. Universitários & lazer, existe essa possibilidade?.....	104
4.g. Todos universitários de direito! Porém, distintas ocupações!.....	105
4.h. Diga-me como moras e te direi como és!.....	107
4.i. Desigualdade social! Consultando os universitários.....	110
a) Diferenças entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda - ECONÔMICA	112
b) As diferenças em relação a oportunidades de trabalho - TRABALHO	113
c) Diferença nos direitos a acesso à cultura, esporte, saúde segurança, habitação e educação - OPORTUNIDADES	114
4.j Transforma-me, ou devoro-te!.....	117
4.k. Alguns apontamentos sobre os contrastes percebidos nos participantes.....	119
4.l. Espelho, espelho meu! O que devo mudar eu?.....	128
4.l.1 Mudar a Sociedade? Uma quimera possível?.....	128
4.l.2 Mudar a si próprio? Uma quimera desejável?.....	130
4.m. Para além da simples escrita, a busca do contraditório como constituente!.....	132
4.m.1. Cutrale usa terras griladas em São Paulo.....	132
4.m.1.a. Impressões sobre o MST, destaques em verde.....	134
4.m.1.b. Impressões sobre a Cutrale, destacadas em azul escuro.....	137
4.m.1.c. Impressões sobre o papel do Estado/Governo Federal, destacadas em vermelho.....	138
4.m.2. Entrevista com FERRÉZ. A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento.....	140
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS ACADÊMICAS - OBJETIVAS	149
VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS LIVRES - SUBJETIVAS	155
VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Refere-se à População por Situação de Domicílio	55
Quadro 02 - Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	55
Quadro 03 - Acesso a Serviços Básicos	56
Quadro 04 - Acesso a Bens de Consumo	56
Quadro 05 - Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade	57
Quadro 06 - Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População	57
Quadro 07 - Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais)	59
Quadro 08 - Concluintes e Matriculados na Rede de Ensino Superior	60
Quadro 09 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS - (2000)	63
Quadro 10 - Indicadores de Vulnerabilidade Familiar	63
Quadro 11 - Acesso a Bens de Consumo	64
Quadro 12 - Taxa de delito por 100 mil habitantes	65
Quadro 13 - Ocorrências Policiais Registradas por Ano	65
Quadro 14 - 1ª Caracterização dos participantes: Escolha de nomes fictícios	70
Quadro 15 - Caracterização dos participantes	92
Quadro 16 - Informações fornecidas pelos participantes sobre desigualdade social: Interpretação, busca por indicadores e categorização comparativa das mesmas	96
Quadro 17 - Categorias: Modos de Lazer	104
Quadro 18 - Informações fornecidas pelos participantes sobre desigualdade social e interpretação do autor sobre as mesmas	110
Quadro 19 - Expressa os indicadores e as categorias resultantes sobre desigualdade social	111
Quadro 20 - Expressa as respostas a questão sobre o que os participantes mais gostam de fazer na vida	119
Quadro 21 - Expressa as respostas a questão sobre: Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida?	121
Quadro 22 - Expressa as respostas a questão sobre: Quais são suas maiores preocupações?	121
Quadro 23 - Expressa as respostas a questão sobre: O que gostaria de mudar em sua vida?	123
Quadro 25 - Expressa as respostas à questão sobre: Como define suas condições de vida?	123
Quadro 24 - Expressa as respostas a questão sobre: O que espera para o futuro?	125
Quadro 26 - Expressa as respostas à questão sobre: Que mudanças você deseja que aconteçam na sociedade?	128
Quadro 27 - Expressa as respostas à questão sobre: Em sua opinião, o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos?	130
Quadro 28 - Expressa a produção textual dos participantes sobre o entendimento em relação ao texto da Cutrale	132
Quadro 29 - Expressa a produção textual dos participantes sobre o entendimento em relação ao texto de Ferréz	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Frequência e porcentagem: Idade	93
Tabela 02 - Frequência e porcentagem: Pertence/Representa algum movimento Social?	94
Tabela 03 - Frequência e porcentagem: Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral?	94
Tabela 04 - Frequência e porcentagem: Pertence ou representa algum movimento estudantil?	101
Tabela 05 - Frequência e porcentagem: Profissão	105
Tabela 06 - Frequência e porcentagem: Vínculo Profissional	105
Tabela 07 - Frequência e porcentagem: Renda Mensal	106
Tabela 08 - Frequência e porcentagem: Cômodos por residência.	107
Tabela 09 - Frequência e porcentagem: Residência	107
Tabela 10 - Frequência e porcentagem: Pertencem a algum partido político?	117

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	167
ANEXO B	- Cenário Breve Histórico	168
ANEXO C	- Instrumento para Busca de Informações - 01	171
ANEXO D	- Instrumento para Busca de Informações - 02	172
ANEXO E	- Instrumento para Busca de Informações - 03	173
ANEXO F	- Instrumento para Busca de Informações - 04	174
ANEXO G	- Protocolo de Registro do 1º Encontro	176
ANEXO H	- Protocolo de Registro do 2º Encontro	179
ANEXO I	- Protocolo Comitê de Ética Projeto Aprovado	181
ANEXO J	- Transcrição do instrumento - IBI - 01 - Item Identificação	182
ANEXO K	- Transcrição do instrumento - IBI - 01 - Dimensão Sócio-Econômica	184
ANEXO L	- Transcrição do instrumento - IBI-02 - Desigualdade Social	188
ANEXO M	- Transcrição do instrumento - IBI-02 - Movimentos sociais	189
ANEXO N	- Transcrição do instrumento - IBI-02 - A vida falada e escrita	191
ANEXO O	- Transcrição do instrumento - IBI-03 - Cutrale usa terras griladas em São Paulo	197
ANEXO P	- Transcrição do instrumento - IBI-04 - A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento	199

*Pergunto-me se eu deveria caminhar à frente do tempo
e esboçar logo um final. Acontece porém que eu mesmo
ainda não sei bem como esse isto terminará.*
Clarice Lispector – A Hora da Estrela

JUSTIFICATIVA

Partindo de questionamentos que me acompanham desde antes do ingresso na graduação em psicologia, interessado nas motivações que motivam a escolha por uma formação superior, considero importante contextualizar quais são os modos como os profissionais do Direito percebem as possibilidades de inserção social e das conseqüências para suas vidas. Interesses esses, somados ao fato de responder pela disciplina de psicologia jurídica em um centro universitário do interior paulista desde 2008.

Somaram-se a essas duas questões, minha trajetória de vida em o que saber fazer nem sempre estava presente. Ao longo da graduação em muitos momentos foi preciso que eu investisse numa construção da coletividade, resultando um abandono da minha própria individualidade. Para se atuar e pensar o coletivo são exigidos muito mais que reflexões e críticas; necessita-se de ações. Estas só podem ser empreendidas identificando-se na multidão os que têm uma proximidade de pensamento.

Considero, como defende Guzzo (2006, 2009), como papel do psicólogo o fato de contribuir para pensar a psicologia como um instrumento para o fortalecimento de pessoas e grupos, construir uma possibilidade de que sua ação sustente os processos de transformação social na busca de promoção do bem-estar individual e coletivo. Desse modo, pareceu natural na minha trajetória recente e inquietante como docente em psicologia jurídica - uma área de convergência entre

psicologia e o direito e ciências humanas e ciências sociais - a vontade de produzir conhecimentos, reflexões e críticas em uma disciplina ainda por construir.

Parece oportuno, considerar a importância de se contextualizar quais são as formas pelas quais os estudantes universitários de direito pensam sua atuação profissional, principalmente, nos aspectos relacionados as suas possibilidades de atuação; e no papel social que podem desempenhar frente às desigualdades sociais. Bock, (1995, 2000) e Sarriera et al. (2001) destacam a pertinência de estudos envolvendo as características de universitários, como forma de auxiliar tomada de decisões e planejamentos pedagógicos mais adequados. Sobre o oferecimento de serviços psicológicos mais eficientes Forghieri (2001), Szymanski e Cury (2004), destacam a importância de se pensar e privilegiar modalidades diferenciadas de atenção psicológica em contextos institucionais variados.

Assim sendo, apoiado numa visão marxiana que prevê uma análise dialética como possibilidade de evidenciar contradições, estima-se seja possível buscar superações que partam da compreensão da realidade tomando como centralidade o trabalho: a perda significativa de direitos em sintonia com o caráter destrutivo do capital neste modelo de sociedade (Antunes & Alves, 2004).

Este estudo sustenta-se em uma análise da vida no capitalismo e na constituição histórica e social desses universitários. Do mesmo modo, mostra-se relevante pensar as relações de trabalho humano do homem, como ser biológico e ser social, membro da espécie humana e participante do processo histórico, datado, concreto, marcado por uma cultura. Igualmente, como criador de idéias e consciência que, ao produzir e reproduzir a realidade social é ao mesmo tempo produzido e reproduzido por ela (Freitas, 2002).

A propósito dum homem participante socialmente, Severino (2000) discute sobre o aprendizado político que constitui, historicamente, o existir frente às relações

sociais; que possibilitam a humanização destes sujeitos. Para que os homens se humanizem, é necessária uma condição básica: uma estrutura social na qual o domínio seja distribuído uniformemente, como condição mínima para que haja emancipação. Emancipação¹ no exercício dos direitos políticos e sociais, em que seja assegurado a todos os indivíduos participação nas tomadas de decisões sobre os destinos da sociedade como um todo. Investigar o modo como pensam esses universitários os movimentos sociais, parece oportuno.

Concordo com Fávero e Eidelwein (2004) quando afirmam que o papel do psicólogo seja o de apropriar e considerar sua prática constantemente, de maneira a minimizar encontros e desencontros e as possíveis distorções entre as teorias psicológicas e o seu campo de atuação. Considero esta pesquisa um meio de me apropriar de minha prática como docente em psicologia jurídica, produzindo conhecimentos numa relação dialógica com meu campo de atuação.

A presente pesquisa faz parte do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Centro de Ciências da Vida - CCV da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas, em acordo com a linha de pesquisa Prevenção e Intervenção Psicológica, alocado no **Grupo de Pesquisa em Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação**, em consonância com os objetivos do grupo, a saber: a) *contribuir para o desenvolvimento de uma análise crítica da realidade a partir da perspectiva da totalidade e seus impactos sobre a formação e atuação de psicólogos em contextos educativos e comunitários* (Guzzo, 2009) - contribuindo na formação deste autor

¹ Segundo Tonet (2005) emancipação humana está no domínio consciente e coletivo dos homens sobre o seu processo de autoconstrução, sobre o conjunto do processo histórico. A emancipação humana, esta fundada no ato de trabalho mais livre possível, que é o trabalho associado, representa o espaço onde os homens podem ser efetivamente livres, onde eles podem realizar amplamente as suas potencialidades e onde podem, de fato, ser senhores do seu destino. Daí porque o autor entende que a emancipação humana deve ser colocada claramente como fim maior de uma atividade educativa da perspectiva do trabalho. É apenas no bojo da luta pela emancipação humana que as lutas pelos direitos e instituições democrático-cidadãs podem ganhar, como mediação, o seu melhor sentido.

como docente em disciplina de psicologia jurídica e b) *desenvolvimento de atividades de intervenção psicossocial e avaliação de processos objetivos e subjetivos* (Guzzo, 2009) - permitirem que se conheçam como universitários se percebem como membros de um determinado segmento profissional, social e econômico e se posicionam frente a situações concretas de desigualdade social.

Parece que talvez pensar a Psicologia e o Direito, apoiado no olhar da perspectiva histórico-cultural, valorizando os aspectos descritivos e as percepções pessoais, focalizando “o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, compreender também o contexto” (Freitas, 2002, p.26), seja um meio eficiente de apreender-se dessa prática uma pesquisa com relevância social.

A propósito de se pensar essas possibilidades entre a Psicologia e o Direito, estruturaram-se a partir de três eixos norteadores. No primeiro eixo - A Vida no Capitalismo: discutem-se as relações a partir do modo de vida no capitalista, pensando a atividade humana por meio da análise da contradição entre capital e trabalho, uma vez que a tensão entre trabalho e capital interfere no modo de organização social em que vivemos. No segundo eixo - Educação e Sociedade: apresentam-se as questões da Educação no Sistema Capitalista, privilegiando discussões e reflexões que consideram como premissa uma análise socioeconômica, uma vez que se entende a educação como algo que reflete um momento datado historicamente que transforma e produz a existência humana. Finalmente no terceiro eixo - Perspectivas da Psicologia & Direito: sobre desigualdades sociais e movimentos sociais: apresenta-se uma interlocução entre as duas disciplinas que permite pensar a desigualdade social, uma vez que o discurso ideológico dominante pretende como inquestionável que os cidadãos devam ser tratados como iguais diante das intervenções públicas.

Este início do século coloca-nos diante de graves questões que nos impõem a necessidade de repensar as bases do tipo de sociedade que queremos. O espaço da liberdade reduz-se progressivamente a um ato de consumo e a democracia fica ameaçada pelo individualismo extremo e pela desagregação das sociedades política e civil. A pós-modernidade criou uma nova estrutura de castas – os incluídos e os excluídos –, imposta por uma visão tecnocrática e funcional sobre as orientações políticas e econômicas.
(DUPAS, 2005)

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A VIDA NO CAPITALISMO

Mészáros em seu livro intitulado “*A crise estrutural do capital*” trata de uma crise instaurada no capitalismo, com as perspectivas de um futuro sombrio. Decorridos uma década desde suas primeiras advertências e de seus profundos questionamentos, somos forçados a nos deparar com a tarefa espinhosa de nos posicionarmos, crítica e reflexivamente, sobre um mundo que vive a globalização. A crise instaurada de ordem estrutural no próprio *sistema do capital*², afeta toda a humanidade, ordenando para sua sobrevivência, transformações na maneira pela qual o metabolismo social era controlado (Mészáros, 2008, 2009).

Há que se pensar em uma crise geral do capitalismo? Sim! Os desafios que se impõem perante a atual crise, superam historicamente, de longe, os fatos que afetaram a economia monetária internacional nos anos 1930. Pensando-se na ordem econômica internacional criada nas últimas quatro décadas, sob as bases do

² Capital não é entendido somente como dinheiro, mas a maneira que nossa vida vem sendo produzida, fruto de uma relação social baseada na propriedade privada e no lucro, que separa dos trabalhadores os instrumentos e os frutos de seu trabalho.

sistema de Bretton Woods³, já que todas as economias nacionais se encontram fortemente interconectadas e dependentes do que ocorre na economia norte-americana, não há como deter o avanço da crise, sem implodir os próprios alicerces do caráter liberal desse sistema (Sampaio Junior, 2008).

Desse modo avançando na árdua tarefa de se pensar a vida no capitalismo, insere-se a necessidade de pensarmos nas atuações dos indivíduos, frente a muitas mudanças ocorridas, ou as que necessitam ser pensadas. Dupas (2005, p. 34) recorda que durante a modernidade: dominados e dominantes, foram tidos como “cidadãos” diante da legislação do Estado; que coletivamente, passam a ser tratados como “povo” - sociedade civil - perante uma Constituição. A política, assim, media a oposição entre o indivíduo e sua consciência subjetiva, e o mundo objetivo. Desse modo, como apresenta Colao (2006, p. 146) nas forças de produção e nas relações de “produção, está também o ser social, a consciência social, a arte, a ciência, os valores, a cultura em geral”. Constata-se o ser humano como - ser social, econômico, político, cidadão - um sujeito em processo de transformação do mundo vivo e social.

Uma vez que, na pós-modernidade, como esclarece Dupas (2005, p. 34) o conceito de sociedade civil foi absorvido pelo mercado e não pelo Estado, que não mais produziu uma identidade coletiva; antes passou despercebida pela cultura e por uma ideologia de legitimação agregada ao poder, bem como, a uma comunidade política.

³ Esse sistema refere-se a dois conceitos: instituições e política. O primeiro sentido remete às duas instituições de caráter monetário e financeiro, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, criadas em 1944, como resultado da conferência de Bretton Woods (New Hampshire, nos Estados Unidos) e convertidas em agências especializadas das Nações Unidas. O segundo é relativo à ordem mais política do que monetária e refere-se à atuação prática e operacional por vezes ideológica das duas organizações, que acabam envolvendo-se na administração prática da vida econômica dos países membros. (Almeida, 2002).

A materialização de uma superioridade capitalista do pós-guerra fria determinou o tom hegemônico contemporâneo, em que a mobilidade do capital e a emergência de um mercado global instituíram,

[...] uma nova elite que controla os fluxos do capital financeiro e das informações, atuando predominantemente em redes e clusters e reduzindo progressivamente seus vínculos com as comunidades de origem. Como consequência, enquanto o mercado internacional unificou-se, a autoridade estatal enfraqueceu-se. Com isso, acentuou-se a fragmentação, ressurgiu o tribalismo e acelerou-se a perda do monopólio legítimo da violência pelo Estado, que agora compete com grupos armados e com o crime organizado em vários lugares do globo. (Dupas, 2005, p. 35)

Pode-se discutir que o processo de liberalização é a origem da crise econômica mundial, como aponta Sampaio Junior (2008) em que, nos primeiros anos do pós-guerra, para atuação do capital financeiro foram estabelecidos certos limites, com vistas a minimizar os impactos perversos da concorrência intercapitalista em escala planetária sobre a economia popular. O processo de liberalização comandado pelos Estados Unidos, sustentados pela liberdade de movimento dos capitais e a desregulamentação dos mercados, propiciou as condições para a ampliação da especulação financeira, produtiva e mercantil. Para o autor, ao premiar os especuladores mais ousados, a era neoliberal desencadeou uma concorrência desenfreada pelo lucro fácil, fomentando um padrão de acumulação de capital que só poderia terminar em catástrofe (p. 03).

Mészáros (2009) diz que o século XX assistiu a muitas tentativas de superação das limitações do capital, do keynesianismo⁴ a um Estado intervencionista de tipo soviético, ao lado dos conflitos políticos e militares por eles provocados.

⁴ Conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava-se que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado. (Almeida, 2002).

Essas tentativas conseguiram somente a “hibridização”⁵ do sistema do capital, sem contudo criar soluções estruturais duradouras. Basta lembrar, como admite Sampaio Junior (2008, p. 02), a crise financeira, a partir da segunda metade de 2008, contribuiu drasticamente para um estado de inseguranças em relação ao futuro da ordem global.

A quebra de bancos que aparentavam estabilidade, geraram uma crise de crédito que desorganizou as relações de produção e circulação que movimentavam a ampliação da economia mundial. Questões financeiras se converteram em dificuldades econômicas para as grandes corporações industriais e comerciais no mundo gerando um aumento do desemprego em nível mundial e chamando aos desafios que devem ser enfrentados.

É preciso um olhar atento, como constata Dupas:

[...] um clima depressivo, acompanhado de um sentimento de impotência para alterar os impasses contemporâneos, submetidos às forças obscuras do mercado, à competição selvagem, à convulsão das bolsas de valores e à volatilidade brutal dos fluxos financeiros. Ocorreu, então, um estranho paradoxo. Por um lado, qualquer limite imposto à liberdade individual passou a ser sentido como o primeiro passo para o totalitarismo, afirmando o individualismo como o único caminho para a inclusão e o sucesso. (2005, p. 35)

Portanto, pensar as questões do modo de vida no capitalismo, obriga-nos a sustentarmo-nos, com aponta Colao (2006, p.147) em uma análise dialética dos modos de produção. Modos que não permitem que o indivíduo; ser social, composto por forças produtivas, nas relações de produção, e na sua consciência social sejam iguais a todos os indivíduos que compõe um determinado modo de produção⁶.

A ineficácia do poder político parece que não prevê uma solução rápida para o embaraço da economia mundial globalizada, já que seria preciso envolver

⁵ Termo que descreve o estado paradoxal do mundo contemporâneo. Pode-se pensar em uma espécie de jeito de ser da nossa era, como a hibridização das formas políticas num cenário pós-democrático. Exemplo: as relações entre a nova composição das classes sociais, nas relações com as tecnologias, na questão do emprego, todos num contexto de pós-democracia. Mézáros (2009).

⁶ A respeito da questão mais que atual em se pensar as questões entre o Estado e o mercado em que o problema social é transformar capital em capitalismo, ou seja, introduzir na sociedade a lógica abstrata da mercadoria recomenda-se a leitura de: Demo, P. (2005). *Santo estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 2, p. 451-476, maio/ago.

todas as dimensões do processo econômico: produtivo, comercial, financeiro e monetário. Isso não parece provável já que os Estados Unidos, que precisariam conduzir este processo, parecem ineficazes frente a esse desafio. (Sampaio Junior, 2008, p. 04).

Guzzo e Lacerda (2007, p.231) entendem que a globalização pode ser dividida em dois processos: a) um, menos dominante, que compreende o reencontro de diferentes culturas levando para a universalização do mundo, em que o local e o global trocam constantemente seus desacertos e seus acertos, b) outro, hegemônico e implementado pelos países do norte, baseado no princípio de autodestruição do planeta em que as pessoas se relacionam de maneiras: instrumental e exploratória entre si e com o outro e com o mundo, desse modo os princípios de competitividade, individualismo e acumulação de riquezas são universalizados.

Seja qual for o processo é necessário, pensar as questões do trabalho na atualidade é tarefa mais do que urgente. Antunes (2005) assegura que o trabalho foi indispensável à distinção do homem dos demais animais, foi percebido historicamente tanto como a expressão da criatividade humana, quanto de sua ingloria submissão, a um só tempo pena e salvação, ou seja:

[...] em contraposição, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela freqüentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética, presente no trabalho, é central quando se pretende compreender o labor humano. O que nos diferencia enormemente dos críticos do fim ou mesmo da perda de significado do trabalho na contemporaneidade. (Antunes, 2005, p.140)

Ao propor o trabalho como categoria não apenas legítima, mas vital de análise, Antunes (2005) apresenta o que denomina de chama de nova morfologia ou polissemia do trabalho, do mesmo modo, afirma a necessidade de um desvelamento das relações complexas que se instauram no universo do trabalho ainda quando ele é caracterizado por formas dominantes de estranhamento ou alienação.

E, reafirmando a centralidade do trabalho como categoria norteadora da vida humana, postula:

Em seu traço perene, pode-se ver que cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, quase similarmente à época da Revolução Industrial. E, na marca da superfluidade, cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, “flexíveis”, quando não vivenciando o flagelo do desempregados (Antunes 2005, p. 149).

Para Antunes (2005) compreender, conseqüentemente, a classe-que-vive-do-trabalho, compreende em abranger este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força do trabalho, portanto são assalariados e desprovidos dos meios de produção. O autor prossegue diferenciando o trabalho produtivo do trabalho assalariado, desta maneira: todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve, congrega a totalidade dos trabalhadores assalariados. A classe trabalhadora, conseqüentemente, é mais vasta do que “o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada”. (p. 149).

Sobre as relações de trabalho, Guzzo e Lacerda (2007) afirmam que em qualquer área que se trabalhe, há uma maioria da população sempre presente, mas distante dos benefícios sociais pretensamente assegurados pela Constituição Nacional. Os autores prosseguem:

O que mais incomoda e provoca a indignação é que cada vez menos pessoas detêm o poder, sobretudo econômico e, este, cada vez mais determina o grau de humanidade que alguém pode alcançar. Desta forma, deixam de existir os direitos de uma vida mais digna, ou seja, ficam à margem do sistema crianças, famílias e comunidades inteiras em uma dinâmica de desigualdade social sem precedentes. Aqueles, cujos valores passam pela concepção de humano como um ser, cuja dignidade da vida deve ser preservada, sentem-se como se estivessem diante de um comovente espetáculo - a destruição paulatina e constante das relações humanas e uma conseqüente forma de vida marcada pelo sofrimento. (p.232)

Sobre as imensas desigualdades que se instauram em nossa sociedade, nesse ininterrupto processo de globalização, Marisa Feffermann⁷ oferece com seu trabalho intitulado: *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*, uma visão corajosa e desmistificadora das relações de trabalho na sociedade capitalista. A autora demonstra que a sociedade capitalista gera relações de produção das quais emergem o trabalho assalariado informal, dentre eles o que envolve jovens no tráfico de entorpecentes. O estudo do dia-a-dia desses jovens foi o tema da sua pesquisa, e demonstra essa relação de trabalho.

Feffermann (2008) afirma sobre o processo crescente de globalização, dentro do regime de acumulação mundial, que privilegia o financeiro, que este necessita de uma mudança qualitativa, nas relações entre capital e trabalho, entre capital e Estado, em sua forma de estado-de-bem-estar.

O desemprego e a precariedade das relações de trabalho são conseqüências desse processo, pois a instalação de novas tecnologias foi utilizada como recurso para organizar o processo de internacionalização. As circulações tecnológicas e de organização aplicadas ao processo produtivo incidiram, diretamente, sobre o trabalho e vêm provocando demissões de grupo de trabalhadores. Esse processo foi propício ao crime organizado, facultando o fluxo relativamente livre de capitais por meio de sistemas informatizados, com capacidade de influir nos rumos da política financeira de um país. (p. 5)

Forçosamente, transitar em questões sobre o sistema capitalista, nos obrigará a pensar em algum momento dessa pesquisa no relevante papel do estado na manutenção de suas regras; o que nos remete aos sistemas de Direito com seus aparatos e mecanismos jurídicos, como forma de assegurarem uma *pretensa* igualdade de acesso aos seus cidadãos, derivando, daí, a importância de se pensar na escolha profissional de universitários, pelo Direito.

⁷ Psicóloga, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo.

Para essa tarefa parece ser necessário que se pense antes, porém nas questões da Educação no Sistema Capitalista, assim, no capítulo a seguir: Educação e Sociedade; problematizações sobre o tema serão apresentadas.

Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito haver comigo mesmo.
Paulo Freire (1996)

1.2 EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: FORMAÇÃO EM DIREITO

Para iniciar a tarefa de se pensar a educação no sistema capitalista, recorre-se a Souza (2007) quando o autor afirma que os fatos educacionais só podem ser, convenientemente, entendidos quando expostos conjuntamente com uma análise socioeconômica, já que se concebe a educação como uma dimensão da vida que se transtorna historicamente, acompanhando e articulando-se às mudanças dos modos de produzir a existência humana. Necessário se faz discutir os dilemas e as limitações das reformas educacionais frente à incapacidade de transposição das incoerências intrínsecas à lógica alienante da sociedade do capital.

Mészáros (2008) propõe a necessidade de se ultrapassar os limites das mudanças educacionais radicais feitas às margens corretivas interesseiras do capital, como forma para uma transformação social qualitativa e a busca por uma alternativa educacional diferenciada,

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência sobre a educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão totalmente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo. (Mészáros, 2008, p. 43).

Buscando-se uma alternativa educacional diferenciada, faz-se necessário pensar o capitalismo, como o fazem Araújo & Cianalli (2006, p. 291) ao constatarem que o capitalismo se sustenta na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção com efeitos sobre a sociedade. Uma vez, que as

conseqüências de um progresso técnico a favor das forças produtivas e avessas ao desenvolvimento da vida humana seriam equívocos, já que não se tratariam de benefício ao mundo vivido e seus produtores: os homens.

Discutimos a educação como meio de se produzir um pensar, por meio de reflexões críticas que possam produzir transformação. Como afirma Mészáros, (2008, p. 45) a educação formal não é a força ideologicamente elementar que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções fundamentais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.

A educação como instrumento da mudança e de qualificação do trabalho, segundo Souza (2007) atingiu no século XX, uma extraordinária rapidez em sua universalidade sem parâmetros na história da humanidade. Entre Eras de catástrofe e de ouro, a educação passou a significar acima de tudo um fator de *status* superior concebido entre as camadas da sociedade. Além disso, cada vez tornou-se mais evidente a força com que são transmitidos valores, que fazem perpetuar as relações entre os grupos que compõem a sociedade contemporânea. Olhar para esses valores faz-se imperativo para entendermos as relações entre o capitalismo e a educação.

Adotamos uma perspectiva de totalidade social da sociedade capitalista como momento particular do desenvolvimento histórico-social e humano, segundo Rangel (2007, p. 9) inequivocamente as transformações ocorridas no espaço produtivo repercutem no complexo da educação. Partindo dessa constatação, justifica-se nas últimas décadas uma acentuada preocupação com os rumos que norteiam o sistema educacional face à crise estrutural do capital que se configura na

atualidade. Uma análise deste processo de mudança permite compreender as relações essenciais que a educação mantém no processo de reprodução sócio-humano.

Mészáros (2008) argumenta que as propostas de reformas educacionais de Adam Smith⁸ muito embora estivessem revestidas de preocupações humanitárias, bem como as de Robert Owen⁹, ou se colocassem como remédios contra os “efeitos alienantes e desumanizantes do poder do dinheiro e da procura do lucro” (p. 34), ambas, em sua perspectiva, não escapariam “à auto-imposta camisa-de-força das determinações causais do capital” (p. 35).

Para o mesmo autor nossa educação formal, tem-se apresentado historicamente produzindo conformidade ou consenso, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. De tal modo, são precárias quaisquer experiências de reformas educacionais formais, já que, sempre podem ser abarcadas pela lógica do capital, bastando-lhes tão somente que permaneçam imaculadas baseando-se no “quadro de referências orientador da sociedade” (p.45).

⁸ Recomendava a instrução primária a fim de evitar a degeneração completa da massa do povo, originada pela divisão do trabalho. Argumentava que apenas a livre concorrência, a divisão do trabalho e o livre comércio poderiam levar à harmonia e à justiça social. Seus postulados deram origem à chamada escola clássica do pensamento econômico e constituíram-se no baluarte do pensamento liberal capitalista. Defendeu uma nova postura em relação ao mundo, uma nova visão do poder e uma nova atitude do homem, mais racional, mais científica, rompendo com velhos padrões incompatíveis com os novos tempos. Mészáros (2008)

⁹ Proposta em que se via a máquina como meio de libertação e de futura prosperidade no socialismo, em que o sistema competitivo a inovação tecnológica levava à intensificação do trabalho e à exploração, porém estas mesmas tecnologias encarnavam uma promessa e perspectiva. Advogava a necessidade do fim da propriedade privada e acreditava que ela permitiria a supressão da divisão do trabalho. Recomenda-se a leitura de Dagnino e Novaes (2005): *As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros* - II Colóquio Internacional Cátedra UNESCO - Unisinos - V - www.eudesxavier.org.br.

Souza (2007) diz a respeito do grande dilema que envolve as reformas educacionais

[...] a constatação de que o gradualismo reformista intensifica as contradições inerentes às relações sociais e institucionais alienadas, ao invés de superá-las. Ao tentar amenizar um problema, surgem outros, decorrentes das soluções praticadas para amenizar o primeiro, e assim por diante. Dessa forma vão surgindo as reformas, uma após a outra na tentativa de reformar o que é irreformável. (p. 03)

O mesmo autor, sobre a educação, afirma que é uma dimensão da vida, que se modifica historicamente acompanhando e articulando-se às transformações dos modos de produzir a existência humana.

Mészáros (2008) defende reformas educacionais profundas e que envolvam a totalidade das práticas pedagógicas da sociedade, já que as instituições formais de educação, responsáveis pelo sistema global de internalização, não se restringem às escolas. Simplesmente “a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical” (p.48), capaz de nos ajustar instrumentos contrários à lógica ilusionista do capital.

Logo, parece que a psicologia pode contribuir com os múltiplos processos da educação. Lara, Tanamachi & Lopes Junior (2006) dizem que a educação deve ser mediada por reflexões teóricas que auxiliem a prática dos profissionais nelas comprometidos. Ou seja:

Reflexão e discussão pressupõem uma relação com a maneira não cotidiana de se viver. Na estrutura da vida cotidiana, as análises que os indivíduos realizam são espontâneas, pragmáticas, econômicas, ultrageneralizadas, feitas a partir de juízos provisórios e de conhecimentos prévios. Nas esferas não cotidianas, o pensamento deve ser homogêneo, concentrando a energia em uma atividade específica, de forma consciente, intencional e não espontânea. (p.475).

Guzzo (2006), Guzzo e Lacerda (2007) chamam a atenção para tarefa da psicologia, mais do que urgente:

Qualquer trabalho que se desenvolva de forma consciente no Brasil chama a atenção para uma realidade desafiadora, cheia de contrastes e de difícil solução. Ser psicólogo, fazer Psicologia em um país latino-americano necessita muito mais do que a falsa neutralidade que o positivismo propõe. A suposta não postura política é uma opção política (Heller, 1982). A neutralidade em tal contexto é uma postura que legitima e mantém o status quo. Neutralidade é omissão. "Objetividade não é o mesmo que imparcialidade em relação aos processos que necessariamente afetam todos nós. Para uma análise psicossocial objetiva é mais útil tornar consciente o próprio envolvimento e interesses que negá-los e colocar-se em um lugar fictício "além do bem e do mal" (Martín-Baró, 1996b, p. 149-150). A psicologia latino-americana deve ter como imperativo ético a opção pela libertação de sua população e profundo comprometimento com sua realidade (Martín-Baró, 1996c). (Guzzo & Lacerda, 2007, p. 233)

Os autores afirmam ainda que ante a impossibilidade de ação pelo poder decisivo que fatores têm sobre nossas vidas, o homem perde seu sentido de luta pela concretização de seus sonhos, sente-se fadado ao seu destino e impossibilitado de agir sobre ele. Euzébios Filho e Guzzo (2009) apontam uma compreensão do campo de possibilidades, e da liberdade humana a partir da condição concreta de vida de um sujeito ou de grupo social. Compreensão essa sustentada numa análise sobre um "processo histórico de automediação social (efetuada primordialmente pela relação sujeito-sociedade) e pelo reconhecimento de uma relação imanente do homem com a natureza e vice-versa" (p. 36).

Mészáros (2008) sobre o mesmo tema defende que se reivindique coletivamente uma educação plena para toda a vida, porque, a aprendizagem é a nossa própria vida e sem a esta não nos desenvolvemos. Cumpre-se controlar o estado político hostil, realizando uma modificação progressiva da consciência como meio de mudança das condições objetivas de reprodução, universalizando a educação e o trabalho como atividade humana auto-realizadora, garantindo sua sustentabilidade. Euzébios Filho e Guzzo (2009) concordam com Mészáros e afirmam que o pensamento liberal ostenta um objetivo prático:

[...] fazer com que o sujeito se enxergue [..] como espectador da realidade, ocultando as origens das mazelas sociais e direcionando para os oprimidos a responsabilidade por viverem da maneira como vivem. Logo, estes são taxados como a "escória da humanidade", em outras palavras, é o sujeito sem renda e sem propriedade, o culpado pela desigualdade social. (p.37)

Araújo & Cianalli (2006) advertem sobre a divisão do trabalho servindo aos interesses capitalistas, aliando-se aos aparatos técnico-científicos formando uma complexidade de relações, que fere a liberdade do ser humano. Exemplo disso, a padronização de rotinas e procedimentos produtivos ou administrativos transformando o indivíduo em uma engrenagem ou mero ocupante de um cargo, ao invés de um ser dotado de criatividade, sentimento e vontade. Os autores apontam o paradoxo desse comportamento já que essas são as competências cobradas do trabalhador.

Euzébios Filho e Guzzo (2009) expressam esse mesmo paradoxo do ponto de vista da perspectiva psicológica, em que contemporaneamente no capitalismo, uma das construções ideológicas utilizadas para ocultar a natureza nociva do sistema social vigente,

é responsabilizar, exclusivamente, o indivíduo pelo seu "fracasso" ou pelo "sucesso". Ambos são medidos pela capacidade do sujeito agir de acordo com sua própria essência, ou seja, quanto mais individualista e egoísta ele for, mais estará se adaptando à ordem "natural" das coisas e mais "sucesso" obterá. Ademais, esta cosmovisão individualista (nas palavras de Guareschi, 2005) embute no imaginário popular uma noção sobre "sucesso", que deve ser alcançado a partir do esforço individual, de um sujeito supostamente auto-suficiente. (p.37)

Pensamos nessa pesquisa a partir de uma perspectiva marxiana, a autoconstrução humana como um processo que tem como ponto de partida o trabalho. Ressaltando, como defende Tonet (2002, 2005) que, a partir da análise do trabalho, pode-se constatar que neste processo de tornar-se homem do homem, dois momentos assumem um papel especialmente relevante: o momento da singularidade (indivíduo) e o momento da universalidade (gênero).

A respeito da possibilidade de uma perspectiva marxiana Euzébios Filho e Guzzo (2009) baseados nos preceitos do materialismo histórico e dialético, procuram desvendar como Marx concebia o ser social e como lidou com o conceito de

essência humana. Afirmam que Marx buscou os fundamentos da essência humana na historicidade do ser:

Para ele, a condição social do homem é imanente, portanto, o primeiro atributo da essência humana. Por essa razão, não é possível compreender o sujeito fora da História, afirmação esta que revela uma concepção fundada no princípio da unidade dialética entre subjetividade e objetividade, entre sujeito e objeto, entre consciência e realidade. Para Marx (1845/2004b), a essência humana só pode ser captada dentro do campo concreto das relações humanas, considerando aí as ações intencionais dos sujeitos sobre a realidade, que é o que determina a continuidade ou descontinuidade de um processo histórico, lembrando que, quando Marx falava de essência, ele não se referia necessariamente à individualidade, embora o conjunto das relações sociais seja requisito para compreensão do sujeito particular (Mészáros, 2006, citado por Euzébios Filho e Guzzo, 2009, p. 36).

Percebemos na fala dos autores que uma estrutura social alienada produz uma vida cotidiana alienada. Segundo Rossler (2004), Guzzo (2006), Guzzo e Lacerda (2007), Euzébios Filho e Guzzo (2009), Mészáros (2008, 2009) essa vida cotidiana alienada determina o esvaziamento da individualidade humana, impedindo o pleno desenvolvimento dos indivíduos, para que haja esse desenvolvimento, é preciso existir condições objetivas e subjetivas favoráveis à apropriação das esferas materiais e simbólicas mais desenvolvidas do gênero humano, com a conseqüente objetivação individual no interior dessas esferas. Portanto, o cerceamento do indivíduo pela vida cotidiana consiste num processo tanto objetivo quanto subjetivo, ou seja, um processo tanto social quanto psicológico.

Portanto, uma solução só pode ser pensada em um processo coletivo produzido pela pluralidade de seres humanos num processo real, cuidando-se da sustentação e mudanças na educação, desse modo se possibilitaria uma nova concepção de mundo avessa à lógica do capital (Mészáros, 2008, p. 50).

Freire (2000) e Marques & Marques (2006) asseveram que nossa atual sociedade caminha rumo a uma educação inclusiva e diante do atual contexto social dinâmico o ato educacional exige uma atitude programada daquele que educa, por meio de um caminho verdadeiro no objetivo de formar um cidadão autônomo,

competente e crítico, esse processo não pode se limitar a uma simples relação de ensino-aprendizagem. É necessário ter vontade de incidir ou intervir no processo de aprendizagem do aluno, refletindo numa série de decisões de ordem pedagógica, que envolva todo o processo educativo desde a elaboração do currículo, até as práticas escolares da sala de aula. Assim, a atividade de ensino-aprendizagem é conjunta, articulada, e determinada pela interação entre os envolvidos e a partir do social. (p. 09).

Rangel (2007, p. 2) sobre as agentes que se articulam no processo educacional, destaca no processo reprodutivo: o indivíduo e a própria sociedade. De modo que a reprodução social é também um processo que compreende dois momentos indissociáveis, a individuação e a sociabilidade, com uma dinâmica própria de desenvolvimento não encontrada anteriormente na natureza. Neste sentido

[...] há uma distinção essencial entre trabalho e educação. A educação é uma posição teleológica na qual um sujeito age sobre a consciência de outro sujeito. No trabalho o sujeito age sobre um objeto que é a materialidade causal e suas leis, enquanto na educação o objeto da ação é o próprio sujeito. Assim sendo, a dinâmica dos complexos educação e trabalho é movida por leis internas muito diferentes, o caráter da educação não se confunde com o caráter do trabalho, ao contrário, sua apreensão compreende momentos nos quais estes se articulam e se distinguem. Rangel (2007, p. 3)

Faz-se necessário aqui no sentido de compreender melhor esta época de mudanças que ocorrem, e que, portanto, não podem deixar de intervir na maneira como compreendemos a educação e as relações de convivência ou conflito que nela ocorrem. Recorremos a Estêvão¹⁰ (2008)¹¹ quando refere-se à Harvey (2001) para realçar o que ele denomina de “condição pós-moderna”:

¹⁰ **Carlos Alberto Vilar Estêvão**, Doutor em Educação; Professor Catedrático e Diretor do Departamento de Sociologia da Educação e Administração, Educacional, e Professor do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Portugal.

¹¹ A citação está transcrita no original, ou seja, em português de Portugal.

[...] a flexibilidade e heterogeneidade em oposição à modernidade padronizada fordista; a importância da estética face à ética e aos seus deveres infinitos; o poder financeiro rivalizando com o poder do Estado; o individualismo e contratos locais em alternativa ao colectivismo e aos contratos colectivos; a indeterminação contraposta ao determinismo e à previsibilidade; a esquizofrenia e descentração e não já a paranóia; a reprodução, o pastiche e o ecletismo priorizados face à originalidade; a descentralização e a desconstrução em oposição à centralização e à autoridade; a gestão estratégica em desfavor da gestão operacional; o andrógino em vez do fálico; os jogos de linguagem em detrimento da metateoria; a superfície em lugar da profundidade; a desindustrialização, o trabalho flexível em contraste com a produção em massa, a industrialização ou o trabalho especializado; os movimentos sociais à frente das políticas de classe; as heterotopias e o espectáculo opostos à utopia e à arte redentora; a ficção e auto-referência tornadas prioritárias relativamente à função e à representação; a desregulação e o efémero e não a regulação e o permanente; enfim, o Espírito Santo/imaterialidade e não Deus Pai/materialidade (Estêvão, 2008, pp. 504-504).

Dito de outro modo pretende-se uma educação cidadã integra que contemple em nosso entender, a compreensão da educação como esfera pública democrática, em que o pedagógico seja também político e a aprendizagem se conecte as possibilidades reais e concretas de mudança social, em que educadores e educandos se tornem verdadeiros agentes sociais. Sobre essa educação transformadora, Freire (2000) faz a seguinte afirmação:

Estou convencido de que nenhuma educação que pretenda estar a serviço da boniteza da presença humana no mundo, a serviço da seriedade da rigorosidade ética, da justiça, da firmeza do carácter, do respeito às diferenças, engajada na luta pela realização do sonho da solidariedade pode realizar-se ausente da tensa e dramática relação entre autoridade e liberdade. Tensa e dramática relação em que ambas, autoridade e liberdade, vivendo plenamente seus limites e suas possibilidades, aprendem, sem tréguas, quase, a assumir-se como autoridade e como liberdade. É vivendo com lucidez a tensa relação entre autoridade e liberdade que ambas descobrem não serem necessariamente antagônicas uma da outra (p.18)

O autor continua dizendo que a educação tem significado porque o mundo não é basicamente isto ou aquilo, porque os seres humanos são tão projetos quanto podem ter projetos para o mundo, desse modo à educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, *porque puderam se assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem.* (p. 20).

Parece oportuno então afirmar que pensar sobre o cotidiano da educação e sua importância constituidora dos seres sociais que todos somos, deve compreender questionamentos teóricos, oportunizando momentos dialógicos e dialéticos em novos modos de compreensão. Percebe-se ao longo da discussão empreendida neste capítulo que todo o crescimento e aprimoramento nas relações dos indivíduos deveriam ocorrer em presença de seu grupo de modo que uma transformação verdadeira seja produzida a partir do coletivo.

Faz-se necessário que sigamos em frente pensando no capítulo a seguir: desigualdades sociais - perspectivas do direito e da psicologia, ou seja, as implicações e possibilidades, e quais as conseqüências dessa interdisciplinaridade a ser edificada.

1.3. PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA & DIREITO: SOBRE DESIGUALDADES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Pensando-se o caminho percorrido, em que refletimos no primeiro momento a vida no capitalismo e suas implicações, e a seguir as questões da educação na sociedade capitalista, emerge a necessidade de pensarmos os modos de inter-relação entre o conhecimento Psicológico e o Direito com seu corpo de leis, como uma possibilidade de atuação nesse cenário dado de uma sociedade desigual.

A epígrafe* de Esmeraldino Bandeira no trabalho de Alvarez¹² (2002) nos fornece combustível para pensarmos os modos como se produzem as relações de criminalização ao longo dos tempos, e nos oferece uma oportunidade de refletir o nível de consciência, e/ou ainda o papel desses “atores” ou “espectadores” no processo histórico em que se nos encontramos mergulhados. O que a psicologia pode oferecer como contribuição para se pensar na atualidade o papel dos universitários de Direito diante de uma realidade de desigualdade social, bem como o modo como expressam ou não, consciência de classe; e as questões de justiça, em que esta não pode ser aplicada de forma neutra, uma vez que existimos em um país permeado por desigualdades sociais.

Fecchio (2009) em seu artigo traz uma análise do conceito de justiça, baseando-se na obra “Além da Justiça”, da autora Agnes Heller (1998), levantando vários questionamentos sobre o que seja justiça. Todavia, a muito se busca

¹² Alvarez, M. C. (2002). A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 45(4), 677-704.

compreender o real significado da palavra justiça: existiria um conceito atualizado de justiça, que contemple as transformações éticas, políticas, sociais, econômicas, que possibilite a efetivação de uma sociedade justa e harmônica.

A autora Agnes Heller (1998, segundo Fecchio, 2009, pp. 1-2) entrelaça os conceitos éticos e políticos para buscar uma conceituação ampliada do seja justiça:

Teorias de justiça, condicionadas à visão de ser explicada em termos da dicotomia "igualdade-desigualdade", partem da idéia aristoteliana de que ser justo significa tratar iguais igualmente e desiguais desigualmente. Em oposição a Aristóteles, aqueles que estabeleceram uma teoria de justiça baseada no princípio de que igualdade significa tratar iguais igualmente e desiguais desigualmente, pretendem que as pessoas de fato iguais sejam tratadas equanimemente e aqueles de fato desiguais sejam tratados não equanimemente, contudo, como determinar as igualdades ou desigualdades das pessoas?

Pensar em justiça significa necessariamente pensar em direitos humanos. A respeito de direitos humanos Coimbra¹³ (2001) esclarece que os mesmos têm sido, em realidade, reservados e garantidos para as elites. Um dos mais defendidos e, em nosso mundo, considerado sagrado, é o direito à propriedade, por exemplo. Esses direitos humanos têm apontado para quais direitos devem ser garantidos e para quem eles devem ser estendidos. A autora demonstra que os dois grandes marcos constitutivos dos chamados direitos humanos, se originam nos ideais da Revolução Francesa - igualdade, liberdade e fraternidade, e também na criação após a II Grande Guerra Mundial, da Organização das Nações Unidas. A autora afirma que não há dúvida, que os direitos - proclamados pelas diferentes revoluções burguesas, contidos nas mais variadas declarações - têm apresentado um explícito conteúdo de classe. Qual não seja pelo motivo de que mesmo expresso como o primeiro artigo da declaração de 1948: "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos", existem ainda os: marginais, os deficientes, os desviantes, os

¹³ Trabalho apresentado na mesa redonda "Psicologia e Direitos Humanos", no Simpósio Nacional "Psicologia Política no Brasil", realizado na PUC/SP, em 19 de Maio de 2000.

miseráveis, uma vez que essas parcelas são produzidas para serem vistas como sub-humanas, como não pertencentes ao gênero humano.

A desigualdade social Segundo Tonet (2002, 2005) é portanto o solo que fecunda o direito. Vale dizer, o direito regula a atividade social no interior de uma sociedade que se origina na desigualdade social, que em nenhum tempo, atinge a raiz desta desigualdade. Assim como a política, o direito é expressão e condição de reprodução da desigualdade social. Segundo Marx (1971, citado por Tonet, 2002), mesmo no caso daquele período de transição, denominado socialismo, entre o capitalismo e o comunismo, quando já está bastante atenuada a vigência das relações capitalistas.

Como admitir que uma parcela do humano não tenha garantido então o que deveria ser para todos? A pretendida Justiça.

Fecchio (2009) faz referência a uma redefinição de Heller do conceito formal de justiça, como sendo uma aplicação consistente e contínua das mesmas normas e regras a cada um dos membros de um agrupamento social, portanto a questão da justiça - do que é justo ou injusto - abrange não somente uma regra determinada, antes assume um caráter variável, tanto quanto o caráter humano.

Heller diz ainda que:

[...] a justiça não pode ser influenciada por caridade, piedade ou grandeza de coração, que a clemência e o perdão são justos apenas se praticados de acordo com normas e regras. Ações motivadas pelos mais sublimes sentimentos podem ser iníquas. Ser justo é uma virtude fria, muitas vezes cruel. Temos que observar que a imparcialidade é a precondição de objetividade em assuntos humanos. Precisamos estar desligados de nossos gostos e desgostos pessoais e de nossos interesses para estabelecermos, em determinada situação, a exata dimensão do caso, nada além disso. Entretanto, a parcialidade para nossas próprias normas e regras distorce nossos julgamentos sobre pessoas que não as partilham, pois ela exclui até mesmo a imparcialidade relativa em nossos julgamentos de normas e regras. (p.02)

As idéias de justiça podem ser discutidas em dois níveis conforme Fecchio (2009): como idéias constitutivas, em que as idéias, de fato, prescrevem as

normas de proporcionalidade; ou regulatórias, que devem reportar às idéias filosóficas, teorias sociais ou ideologias que aludem aceitação de uma ou duas idéias abrangentes que prescreveriam métodos de estabelecer proporcionalidade, de modo a tornar a sociedade justa. Sociedade justa baseada na máxima de que os bons devem ser felizes porque merecem a felicidade e que os maus devem ser infelizes porque não a merecem. Não obstante, nem todos os conceitos éticos de justiça implicam um conceito político de justiça.

Ser justo, no julgamento formal de justiça, resultaria de prática. É necessário aprender o hábito de ser justo. Normalmente, o conjunto de normas e regras dos agrupamentos mais altos inclui normas para ação e comportamento com relação aos membros dos agrupamentos mais baixos e vice-versa. Ora se assim o é, como acontece no cotidiano às muitas práticas de justiça, se são muitas e variadas as práticas sociais?

Coimbra (2001) esclarece que diferentes práticas sociais, em diferentes momentos da história, vão produzindo diferentes: rostos, fisionomias; por conseguinte, distintos objetos, e entendimentos do que sejam os direitos humanos. Estes, produzidos de diversas formas, não têm uma evolução ou uma origem primeira, mas emergem em certos momentos, de certas maneiras bem peculiares. Devem ser entendidos como um objeto histórico, urdidos pelas mais variadas práticas e movimentos sociais, que são produzidos a partir de diferentes modos de sensibilidade, diferentes modos de viver, existir, pensar, perceber, sentir; enfim, diferentes modos e jeitos de ser e estar neste mundo. Todavia, essas garantias e afirmações da vida são ainda vistas como externas a esses direitos humanos, uma vez que não estão presentes nos modelos pretendidos com a essência do que se tem sido produzido como humano.

Pensando-se em desigualdade social, para ser completamente justa, segundo Fecchio (2009) a sociedade deveria se moldar a uma das alternativas apresentadas por Heller: a) a primeira é a de que há somente um arcabouço de normas e regras em todas as sociedades e cada norma ou regra seria aceita jamais questionada ou contestada por qualquer membro de qualquer sociedade, b) a segunda alternativa admitiria diversos arcabouços de normas e regras em diferentes sociedades e culturas.

Surge então o conceito ético-político incompleto de justiça. A vida boa está além da justiça. Essa é a opinião básica do conceito ético-político incompleto de justiça, vemos que a vida boa precisa ser vislumbrada, como diz Heller, “no plural”, pois diversos modos de vida podem ser bons uma vez que, para alguns, aquele modelo é bom e, para outros, pode não ser. Devemos escolher nosso próprio modelo. (Fecchio, 2009). O mesmo padrão de escolha se deve dar em relação aos direitos humanos.

No Brasil, a luta pelos direitos humanos emergiu com mais força nos movimentos contra a ditadura militar. As lutas surgem por: melhores condições de vida, trabalho, salário, moradia, alimentação, educação, saúde e pela democratização da sociedade. Foram muitos os metabolismos em que se desdobraram os movimentos sociais. O que se cumpre afirmar é que somente a força dos movimentos sociais organizados poderá mudar a realidade concreta e material que se nos apresenta a sociedade. É emergencial que se busquem nas práticas cotidianas, respostas, mesmo que por meio da reinvenção de novas maneiras de ser, de estar, de sentir e de viver neste mundo. Faz-se necessário nesse esforço em se pensar as questões de justiça, a noção de Heller de várias justíças, conforme o estudo de Fecchio (2009): justiça dinâmica, justiça punitiva e justiça distributiva.

- A justiça dinâmica: é desafiada em suas normas e regras existentes, fazendo sua invalidação tratando as regras como injustas; ou de outro modo é afirmada por quem defende e revalida essas regras como sendo justas. É um constante e ininterrupto processo em que se busca o conceito de justiça.
- A justiça pode ser punitiva. Tratando-se da justiça punitiva, pode-se afirmar que, no momento em que as normas e regras são transgredidas, há uma punição, que é uma medida repressiva social que se executa de acordo com essas regras e normas. A medida repressiva inflige um desconforto naquele que ofendeu essas regras e normas e isso a revalida e, dessa forma, a justiça social é restaurada. A idéia de justiça punitiva está associada quase que unicamente a lei penal.
- Justiça distributiva: cometer justiça ou injustiça envolve distribuição. O que é justiça distributiva? Não existe consenso, tão-somente muitas linhas de pensamentos. Divergem quanto a certas normas morais serem consideradas decisivas para atingir a aceitação em questão, e divergem em decidir se concedem igualdade na satisfação ou igualdade em recursos.

Vemos em Fecchio (2009) que a obra de Agnes Heller permite um questionamento: Seria impossível uma sociedade totalmente justa? Percebe-se que existe também em relação às questões de justiça um metabolismo transformador ao longo dos tempos. O que era justiça ontem pode ser a injustiça de hoje. Diz que perseguimos a justiça sem abraçá-la, pois alcançamos a justiça somente em parte, para um grupo, fragmentada, jamais uma justiça completa.

Parece mais que relevante conceber uma interlocução e produção de conhecimentos entre a Psicologia e o Direito. Essa é uma área recente de especialidade da ciência psicológica, se comparada às áreas tradicionais de formação e atuação da Psicologia como a Escolar, a Organizacional e a Clínica, como defende França (2004). Da interação da Psicologia com o Direito, resultam encontros e desencontros epistemológicos e conceituais.

O primeiro entrave que se cumpre refletir sobre é a denominação da intersecção desses saberes. No Brasil a denominação mais adotada é Psicologia Jurídica, porém existem profissionais segundo a França (2004) que preferem à denominação de Psicologia Forense.

A mesma autora permite um percurso de entendimento do imbricamento entre esses dois saberes. A Psicologia Jurídica tem início no reconhecimento da profissão, na década de 1960 e se dá sua inserção de modo gradual e lento, por meio de trabalhos voluntários. A partir da promulgação da Lei de Execução Penal por meio da Lei Federal nº. 7.210/84, no Brasil o psicólogo passou a ser reconhecido legalmente pela instituição penitenciária. Em outros seguimentos essa inserção se deu de outros modos. Em São Paulo, o psicólogo fez sua entrada no Tribunal de Justiça de dois modos: a) informal, por meio de trabalhos voluntários com famílias carentes em 1979, e b) oficial, em 1985, quando ocorreu o primeiro concurso público. Esse processo de inserção vai se alargando em todo país provocando um aumento do número de profissionais em instituições judiciárias mediante a legalização dos cargos pelos concursos públicos. Exemplo dessa legalização é a criação do cargo de psicólogo nos Tribunais de Justiça dos estados: Minas Gerais (1992), Rio Grande do Sul (1993), Rio de Janeiro (1998). Essa inserção ocorre igualmente na área acadêmica, com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que foi pioneira em relação à Psicologia Jurídica. Em 1980 foi criada a área de

concentração dentro do curso de especialização em Psicologia Clínica, denominada Psicodiagnóstico para Fins Jurídicos, sendo que já em 1986, tornou-se um curso independente do Departamento de Clínica, fazendo parte do Departamento de Psicologia Social. Desde então houve uma abertura também para as Pós-graduações em Psicologia Jurídica nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. (França, 2004, Lago et al., 2009).

É patente que na gênese, tanto o Direito como a Psicologia adotaram uma concepção de homem positivista. No entanto na atualidade é atual que a Psicologia Jurídica conceba outra visão de homem. França (2004) e Lago et al. (2009) consideram um grande desafio para os psicólogos jurídicos serem produtores de conhecimento, e que são imprescindíveis na produção desse conhecimento se considerar os “aspectos sócio-históricos, de personalidade e biológicos que constituem o indivíduo”. (França, 2004:75).

A Psicologia Jurídica prossegue França (2004) deve ir além do estudo de uma das manifestações da subjetividade, ou seja, o estudo do comportamento. Devem ser seu objeto de estudo as conseqüências das ações jurídicas sobre o indivíduo. Sob essa perspectiva, enfocaria também as determinações das práticas jurídicas sobre a subjetividade, não mais enfocaria apenas o comportamento do indivíduo para explicá-lo de acordo com a necessidade jurídica.

Seja como for há que sempre se ter em mente que a necessidade de conhecer determinadas terminologias da área jurídica, será uma tarefa constante do psicólogo que pretenda se inserir nesse caminho. Com certeza é preciso que se perceba a importância de um trabalho interdisciplinar - junto a advogados, juízes, promotores, assistentes sociais e sociólogos, como meio de se produzir um conhecimento fundamentado numa base interdisciplinar. Possíveis interfaces de

atuação psicológica no contexto do direito, segundo França (2004) e Lago et al. (2009): a) psicologia Jurídica e o Menor, b) psicologia jurídica e o direito de família, c) psicologia jurídica e direito cível, d) psicologia jurídica do trabalho, e) psicologia jurídica e o direito penal, f) psicologia judicial ou do testemunho, jurado, g) psicologia penitenciária, h) psicologia policial e das forças armadas, i) vitimologia, j) formação e atendimento aos juízes e promotores, k) psicologia jurídica: investigação, l) formação e ética, m) autópsia psicológica, entre outras possibilidades.

França (2004) aponta e é preciso problematizar um fato concreto na atualidade, nos cursos de psicologia, não existe uma obrigatoriedade da disciplina de psicologia jurídica, sendo, portanto, opcional, e quando ocorre na maioria das vezes acontece com carga horária reduzida. Em contraste no direito, a disciplina se reveste de um caráter compulsório. Somente a constatação dessa realidade abre um imenso campo para discussão de por que isso ocorre? O direito valoriza mais a possibilidade de intersecção desses conhecimentos que a psicologia? Qual o grande desafio da psicologia jurídica?

Os autores apontam para a urgência de se incentivar o registro da prática e os trabalhos teóricos fomentando e enriquecendo o caráter científico que resulta do encontro entre Psicologia e Direito, o que, em tese, possibilitaria maior eficiência da prática.

Pensar um sujeito datado e histórico a partir de condições concretas e objetivas se faz necessário. Quanto a subjetividade, onde ela se encontra inserida?

Machado Filho (2008) ajuda a pensar a dimensão relativa à subjetividade, esse elemento que assinala uma lacuna no corpo do conhecimento. As teorias tradicionais são assim analisadas como pertencentes a um único campo comum: o discurso da cidadania, a oposição hipotética entre elas revela, por fim, a necessidade de se repensar as tradicionais categorias jurídicas. Nesse sentido, a

discussão metodológica acaba por revelar que é possível definir Estado de Direito e Cidadania em termos ainda pouco conhecidos no meio jurídico.

Pensar o sujeito que se insere nesse cenário, se faz quesito fundamental. O homem comum seja desta ou daquela classe social, conforme o nível de riqueza, de pobreza ou de instrução, pretende que seus filhos possam ir à escola sem temor; quer ir para o trabalho ou desfrutar do lazer sem preocupações maiores com a sua segurança ou a dos seus. Entretanto, como lembra Bicudo¹⁴ (2004, p.91),

[...] diante das reconhecidas omissões do Estado nesse setor, as classes alta e média alta enclausuram-se nos condomínios fechados; à falta de meios para se socorrer de uma despreparada segurança privada, os demais setores da sociedade expõem-se aos riscos da violência armada pelo desemprego e pela miséria, quando não pela própria polícia, o que não é incomum.

Prosseguindo na tarefa de pensar a interface da psicologia com o direito, concordamos com Sampaio (2000, p. 65), não pudemos prescindir de pensarmos a forma de existir do próprio Estado Brasileiro. Construído por uma elite que acabou tendo de aceitar as imposições dos núcleos centrais do sistema econômico e político da ordem capitalista mundial, abandonando qualquer anseio de autonomia, passando a buscar desesperadamente alguma forma de inserção no mercado internacional. As análises da situação brasileira, feitas com o propósito de racionalizar os interesses da elite dirigente, concluem invariavelmente pela existência de duas alternativas para o país: inserção na ordem mundial emergente ou barbárie.

Os ideólogos da elite afirmam que esta fez a opção “realista” pela primeira alternativa. Esta forma de apresentar o dilema brasileiro não corresponde à realidade. Fazer crer na possibilidade de inserção não-subordinada na ordem mundial que se está construindo com base no Consenso de Washington é uma falácia. Tal alternativa não existe.

¹⁴ Hélio Bicudo - advogado e jornalista. Foi promotor-público, procurador da Justiça em São Paulo e chefe de gabinete do ministro da Fazenda Carvalho Pinto (1963). Membro-fundador da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e membro da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos. Deputado Federal pelo PT-SP (1990-1998).

Sampaio (2000) prossegue em sua análise, afirmando que a elite dominante brasileira não optaria por uma inclusão subordinada, porque tal alternativa seria contra seus próprios interesses, uma vez que a colocaria em posição subordinada diante das forças que passariam a dominar a economia nacional,

A contradição é aparente, porque a opção permite à elite realizar seus dois grandes objetivos: manter internamente a hegemonia do poder político; e modernizar seus padrões de consumo. A subordinação a comandos externos, portanto, não a perturba, ainda que represente a manutenção do país em estado de subdesenvolvimento, o aumento do hiato entre o nosso país e as nações tecnologicamente mais adiantadas e o agravamento do “apartheid social” (p. 67).

Partindo dessa análise econômica é que consideramos possível pensar os sujeitos envolvidos nas questões do cotidiano, e prosseguimos com o intuito de pensar então a criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Para tanto recorreremos a Bortolozzi, (2008)¹⁵, em seu trabalho que contribui para pensarmos o Brasil como um país conhecido por sua vasta extensão e riquezas naturais, em que o autor trata da questão das camadas sociais excluídas do acesso a terra, numa posição em que historicamente lutam contra a estrutura estabelecida em busca de justiça e equidade social em que o resultado desta luta, tem-se assinalado pela aplicação do sistema penal contra estes (sub-)cidadãos que lutam pela concretização de suas necessidades fundamentais.

Sobre as necessidades fundamentais que Bortolozzi (2008) destaca, sabe-se que essas são expressas ante a situação de precarização das condições de trabalho e de carência de empregos existente no Brasil e no mundo, como pudemos encontrar no estudo de Oliveira¹⁶ (2005). Nesse estudo vê-se que as pessoas estão

¹⁵ O autor faz uma análise acerca da consolidação do atual cenário de desigualdades fundiárias. Observando as lutas camponesas que marcaram este processo, buscando compreender a atual realidade dos conflitos no campo. Analisa a relação dos *novos movimentos sociais*, tal qual o MST, na luta pela concretização da Reforma Agrária, e a conseqüente resposta estatal a estes: a aplicação do sistema penal, em uma atuação seletiva, violenta e opressora.

¹⁶ Oliveira, L. V. N. (2005). *Economia solidária e conjuntura neoliberal: Desafios para as políticas públicas no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

se organizando sob princípios democráticos, autogestionários e solidários para produzir determinados bens, oferecendo serviços ou obtendo créditos coletivamente, como alternativa para gerar trabalho e renda. Encontramos então a “economia solidária”, cujos princípios são opostos aos do modo de produção capitalista. Em sua maioria, os empreendimentos econômicos solidários surgem nas camadas mais pobres e excluídas da população. Guzzo e Lacerda (2007) complementam essa discussão:

O Terceiro Setor surge para cumprir um papel que o Estado é incapaz de cumprir, em outras palavras, vem encobrir a grande contradição do estado capitalista: a negação da cidadania à maioria. Os dominadores das organizações sociais lavam sua consciência e seu dinheiro, ao "ajudarem" os dominados em projetos assistencialistas, ou seja, iniciativas de caráter privado (visando abater o valor do imposto de renda ao mesmo tempo em que se constrói a imagem falsa de cidadão responsável) iniciam ações em que se dá o peixe para a maioria da população, ao mesmo tempo, que retiram o direito a pescar das maiorias, por as explorarem. Com isso, um ciclo de alienação se mantém e sua mais grave consequência, especialmente em relação à ação social, é que as pessoas se paralisam e o trabalho perde seu significado de envolvimento e transformação. (p.233).

Parece ser relevante a tarefa a que nos propomos enquanto psicólogos, em refletir o papel desses sujeitos do Direito frente essas desigualdades sociais, bem como somos forçosamente obrigados a nos comprometermos, enquanto profissionais com nossos próprios posicionamentos e a nossa capacidade de intervirmos na sociedade. O desafio segundo Sampaio (2000),

[...] abrange ainda a capacidade de gerar movimentos, instituições, lideranças e partidos aptos a organizar e dirigir a luta política, conseguir a unidade do povo e dar os golpes decisivos na dominação da elite dirigente. A dificuldade maior para atingir esses objetivos consiste em recusar o eleitoralismo e combinar adequadamente a atuação política dentro dos marcos da institucionalidade estabelecida pela elite com a pressão direta de massas por suas reivindicações e pelo aprofundamento da democracia em todos os planos da nossa sociedade (p. 73).

Consideramos necessário também que seja papel do psicólogo intervir na organização desses sujeitos que compõem a sociedade, como bem lembra Sampaio (2000), ao recorrer a Florestan Fernandes, quando este, sintetizou as tarefas dessas organizações das classes populares. Organização essa que não se deve:

[...] deixar co-optar pela ordem e pelo pensamento racionalizador dos interesses da elite; não se deixar aniquilar em movimentos temerários e aventureiristas; desenvolver a habilidade de conseguir vitórias para o povo. Toda uma ética está contida nessas recomendações. Essa ética exige que as vanguardas das classes populares não escondam a realidade do povo e nem rebaixem os objetivos da revolução popular (p. 75)

Este último pensamento nos coloca diante da obrigatoriedade de nos propormos a questionar, criticar e refletir as práticas de ensino em Direito, bem como os desdobramentos possíveis das relações com a psicologia jurídica.

Magano (2009), Souza Silva e Santos (2009) desenvolveram pesquisas que tem como problema as críticas e as propostas de revisão que estão sendo feitas ao ensino do Direito. Estudaram as concepções de professores da área, ou seja, o que pensam eles sobre tais críticas e inovações. Buscaram compreender o processo de apropriação do conhecimento acadêmico na área do Direito, se esse saber resulta do diálogo entre ciência e realidade social e quais interesses, consubstanciados nas políticas econômicas e educacionais, têm embasado e direcionado o ensino do Direito.

No estudo de Cabral (2006), ao contrario, o resultado foi outro, mostrando uma visão em que tanto os alunos, quanto os professores têm idéias e opiniões muito parecidas e ficou claro que o que mais valorizaram é o “tradicional’ tanto em relação à metodologia utilizada nas aulas (preferem a aula expositiva) quando às avaliações. A autora com esse estudo, identificou o que pode ser mudado ou não e como o professor deve agir diante de alunos tradicionais e as possibilidades de mudança desse quadro para uma situação de maior busca da aprendizagem.

Estêvão (2005, 2007), Magano (2009) e Souza Silva e Santos (2009) propõem que a adoção de prática pedagógica, que instigue a curiosidade epistemológica provocando reflexão e se revelando emancipadora, possibilite ao discente ser sujeito da sua própria formação.

Entende-se que articular Psicologia, Direito, Política, Direitos Humanos e Justiça, pode-se oportunizar um pensar, agir, e produzir entendimentos e conhecimentos, importantes no e para o mundo. Educar e educação, portanto, implica em se fazer política, e em se fazendo política, assumir um compromisso em se estabelecer rupturas com o pensamento hegemônico. Pretendemos que este trabalho possa fomentar e enriquecer o caráter científico da Psicologia Jurídica, o que possibilitaria maior eficiência dessa mesma prática, considerando ainda que existam outros desafios, em níveis metodológicos, epistemológicos e de compromisso social, por serem enfrentados na cotidianidade de um saber fazer que não esteja dado a priori, mas se inventa na imprevisibilidade do dia-a-dia.

Antes de se prosseguir a explanação dos objetivos dessa pesquisa, é necessário uma síntese do caminho percorrido: no 1º eixo - A Vida no Capitalismo: discutiu-se as relações dos modos de vidas no capitalismo, expressando-se a atividade humana por meio da análise da contradição entre capital e trabalho; no 2º eixo - Educação e Sociedade: apresentaram-se questões da Educação no Sistema Capitalista, tendo como premissa uma análise socioeconômica, uma vez que se entende a educação como algo que reflete um momento histórico que transforma e ao mesmo tempo produz a existência humana. Por fim no 3º eixo - Perspectivas da Psicologia & Direito: sobre desigualdades sociais e movimentos sociais: expressou-se uma interlocução entre Psicologia e Direito, por meio de conceitos que pretendem ajudar a clarificar as questões sobre desigualdade social, movimentos sociais, aliados as muitas possíveis formas de justiça em Agnes Heller, uma vez que o discurso ideológico dominante pretende como inquestionável que os cidadãos devam ser tratados como iguais diante das intervenções públicas.

*Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas
do que é passível de fazer sentido.
Eu não: quero é uma verdade inventada.
O que te direi? te direi os instantes.
Clarice Lispector – **Água Viva***

II – OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

- Conhecer como Universitários de Direito avaliam situações concretas de desigualdade social e como entendem / concebem / percebem os movimentos sociais.

2.2. Objetivos específicos

- Pesquisar como avaliam a importância dos movimentos sociais e a criminalização dos mesmos.
- Conhecer como elaboraram projetos futuros; prevendo ou não alternativas para a diminuição da desigualdade social.
- Investigar possíveis consequências para o exercício do Direito

III – MÉTODO

A) Considerações iniciais - Fundamentos

Adotamos uma perspectiva de pesquisa qualitativa em educação, segundo as reflexões das autoras Lüdke e André (1986). Entendendo-se pesquisa como uma atividade de investigação da realidade, no âmbito das ciências humanas, descritiva dos processos sociais na busca da identificação e análise de temáticas, tendo como fonte direta dos dados e das informações, o ambiente natural, que proporcione a elaboração de um conhecimento e auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações.

Lima e Miotto (2007) apresentam o método escolhido como lente para a orientação da pesquisa. Assim, orientamo-nos pela psicologia histórico-cultural¹⁷, cuja base fundamenta-se no materialismo histórico dialético como referencial teórico e metodológico, em que se compreendem os sujeitos como históricos, datados, concretos, influenciados por uma cultura em que são criadores de idéias e consciência e que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social em que vivem são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por essa mesma realidade.

¹⁷ Muito embora a expressão sócio-histórica seja a expressão mais conhecida no Brasil, adotamos o uso do termo psicologia histórico-cultural, original da abordagem.

Concebemos a pesquisa qualitativa para o conhecimento da subjetividade, enfatizando o caráter teórico sobre o empírico, assim como a construção sobre a descrição. Neste sentido a pesquisa psicológica orientada para a compreensão dos aspectos subjetivos deste processo, segundo González Rey (2005b), prioriza os seguintes aspectos: a) o empírico como um momento de confronto, diálogo e de contradição, entre a teoria e a expressão dos processos estudados, b) a teoria acompanhando todo o processo de pesquisa, sendo o pano de fundo da pesquisa, c) o diálogo tendo significado especial tornando-se essencial nessa modalidade de pesquisa. Os processos subjetivos complexos só aparecem na medida em que os sujeitos estudados se anunciam por meio de seu comprometimento pessoal, aparecendo na pesquisa com suas próprias construções, em constante interação com o pesquisador, e no próprio diálogo dos sujeitos pesquisados entre si.

Para o estudo nessa pesquisa de um objeto como as concepções necessitou-se uma escolha metodológica que tivesse condições de alcançar o fenômeno tal qual se apresentasse de modo particular e tal qual se constituísse de maneira processual na relação com o ambiente.

Essa concepção baseou-se numa visão marxista, que enfatiza o homem como produtor de suas representações, concebendo-o como ser eminentemente social colocado na realidade material da produção e do trabalho, ao longo de um processo evolutivo e revolucionário, em que o ser humano, diferente de todos os outros seres naturais, possui uma particularidade, a consciência manifesta como saber (Freitas, 2002; Clapp, 2007 e Monte, 2008).

Para o referencial teórico e metodológico materialista histórico dialético, a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade encontram respaldo apenas na dialética entre singularidade, particularidade e universalidade,

como apontam Triviños (2006) e Martins (2006). Resultando assim, a impossibilidade de neutralidade na construção do conhecimento, não basta constatar como as coisas funcionam nem estabelecer conexões superficiais entre fenômenos. Trata-se de não se perder de vista o fato histórico fundamental de que vivemos numa sociedade capitalista, produtora de mercadorias, universalizadora do valor de troca, afinal, uma sociedade essencialmente alienada e alienante que precisa ser superada.

O materialismo histórico dialético constituiu-se em um referencial para a ação, uma ferramenta indispensável para compreender o capitalismo e transformá-lo. O referencial teórico e metodológico materialista histórico dialético, com sua análise dialética possibilitam estudar os fenômenos naturais; a evolução da sociedade e do pensamento, enquanto processos de desenvolvimento baseados sobre o movimento e a contradição, em que toda realidade é matéria em movimento (Clapp, 2007).

Esta pesquisa tem embasamento de sua análise, nas concepções que os universitários de direito fazem sobre desigualdade social e os movimentos sociais, buscando compreender em que medida este envolvimento, implica na constituição de subjetividades. Compreendemos a subjetividade como um fenômeno que, segundo González Rey (2005b), é um sistema de significações e sentidos produzidos a partir das relações entre o objetivo e o subjetivo, assim sendo, um fenômeno complexo que se expressa em dois momentos: o individual e o social, estabelecendo e sendo constituído de forma dialética pelo sujeito.

Sendo as concepções um dos objetos de estudo dessa pesquisa, tomamos como referencial para apreendê-la o materialismo histórico dialético, entendendo que a consciência dos indivíduos sobre sua vida se constitui a partir de experiências sociais. Adotou-se a utilização dessa metodologia qualitativa,

considerando-se a importância do pesquisador estar presente no campo de coleta de informações para dar atenção ao maior número possível de elementos constitutivos do fenômeno e apontá-los tal como manifestos.

Segundo González Rey (2005a), quanto à coleta e análise de informações - diferente da pesquisa tradicional - surge como um contínuo em que se interpenetram, o que motiva a necessidade de procurar mais informação e de usar também novos instrumentos. Sendo produção teórica do pesquisador o que deve unir esses dois momentos.

Como Triviños (2006) e Martins (2006), concebemos uma prática orientada através da qual, o pesquisador possa transformar os objetos materiais e as estruturas econômicas e políticas, bem como as instituições e outras formas de articulação social, por meio de suas atividades individuais e coletivas que se desenrolam no quadro da transformação histórica das formas de interação social. Considerando-se que em sua inserção enquanto pesquisador necessitar-se-á sempre navegar no movimento dialético do papel subjetivo do participante e o seu papel objetivo, enquanto pesquisador.

Segundo González Rey (2005a), na pesquisa qualitativa a constituição da informação surge ao longo do processo de construção e interpretação, que acompanha todos os períodos da pesquisa; diferentemente do que ocorre na pesquisa tradicional em que essa construção acontece a partir das informações coletadas. Igualmente, a fonte das idéias não está só nas informações, mas, na confrontação entre o movimento do pensamento, conduzido por diversas vias, e os dados. A importância do dado está em sua capacidade de produzir diálogo com o pesquisador.

B) Contexto do trabalho de pesquisa

B.1. Indicadores Geopolíticos

A micro-região onde está localizada a cidade sede do Centro Universitário compreende importantes municípios com uma atividade industrial e de serviços bastante desenvolvida, em pleno crescimento da qualidade de vida e do nível sócio-educacional. A região situa-se dentro da macro região de Campinas, um dos principais pólos do crescimento nacional.

Localizado a 170 km da capital do Estado de São Paulo, ligado pela rodovia Anhangüera, o município tem área total de 643,46 km², e sua população é de aproximadamente 113.645 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2008 <http://www.ibge.gov.br>).

Localiza-se em região plana, com relevo suave, a 611 metros de altitude, clima quente, é área de forte e diversificada agricultura, com predomínio da cana-de-açúcar. O município possui cerca de 2,6 mil estabelecimentos comerciais, mais de 500 indústrias e cerca de 830 propriedades rurais.

Segundo o Atlas do desenvolvimento humano no Brasil¹⁸, que se constitui em um banco de dados eletrônico, que objetiva ao acesso e a aumentar a capacidade de análise sobre informações socioeconômicas relevantes dos 5.507 municípios brasileiros e das 27 Unidades da Federação. Os dados do referido Atlas nos permitirão perceber a evolução de alguns índices que ajudam a aprofundar a caracterização do município em questão.

No período 1991-2000, a população teve uma taxa média de crescimento anual de 2,04%, passando de 87.459 em 1991 para 104.196 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 3,83, passando de 90,45% em 1991 para 93,92% em 2000. No mesmo ano a população do município representava 0,28% da população do Estado, e 0,06% da população do País. Veja o quadro a seguir:

Quadro 01 - Refere-se a População por Situação de Domicílio		
	1991	2000
População Total	87.459	104.196
Urbana	79.111	97.860
Rural	8.348	6.336
Taxa de Urbanização	90,45%	93,92%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) - PNUD

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 55,56%, passando de 22,86 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 10,16 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 4,58 anos, passando de 70,03 anos em 1991 para 74,61 anos em 2000. Acompanhe no quadro a seguir:

Quadro 02 - Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade		
	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	22,9	10,2
Esperança de vida ao nascer (anos)	70,0	74,6
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	2,3	2,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) - PNUD

¹⁸ Esse banco de dados se baseia nos microdados dos censos de 1991 e de 2000 do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esse sistema disponibiliza informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e 124 outros indicadores georreferenciados de população, educação, habitação, longevidade, renda, desigualdade social e características físicas do território.

Dotada de todos os equipamentos urbanos, a cidade é considerada uma das melhores cidades do país em padrão de vida, com 90% da área urbana asfaltada e 100% das residências atendidas por rede de água e esgoto. O quadro a seguir demonstra isso:

Quadro 03 - Acesso a Serviços Básicos		
	1991	2000
Água Encanada	98,4	99,5
Energia Elétrica	99,8	99,9
Coleta de Lixo*	99,3	99,9

*** Somente domicílios urbanos**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) - PNUD

Pensando-se a o acesso a bens de consumo retrata-se a no quadro a seguir a situação do município em questão:

Quadro 04 - Acesso a Bens de Consumo		
	1991	2000
Geladeira	94,6	98,7
Televisão	93,3	97,6
Telefone	33,2	48,6
Computador	ND	16,4

ND = não disponível

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) - PNUD

O município é o sexto melhor, em termos de qualidade de vida, dentre as demais 66 que compõe a macro região de Campinas e é considerada uma das mais ricas e desenvolvidas do país e 18ª melhor do Estado de São Paulo, segundo dados do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁹.

A renda per capita média do município cresceu 18,26%, passando de R\$ 319,58 em 1991 para R\$ 377,92 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) cresceu 6,78%, passando de 8,3%

¹⁹ <http://www.pnud.org.br>

em 1991 para 8,8% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,48 em 1991 para 0,50 em 2000. Veja a representação no quadro a seguir:

Quadro 05 - Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade		
	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	319,6	377,9
Proporção de Pobres (%)	8,3	8,8
Índice de Gini	0,48	0,50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) - PNUD

O Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros 2003, aponta uma melhora desses índices para esse município, o Índice de Gini 0,41, com Limite inferior do Índice de Gini 0,39 e Limite superior do Índice de Gini 0,43. Incidência da Pobreza 13,90 com Limite inferior da Incidência de Pobreza 9,47 e Limite superior da Incidência de Pobreza 18,32, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2008 <http://www.ibge.gov.br>), tendo como fontes o Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.

O município é considerado pela ONU como tendo alto desenvolvimento humano, sendo que apenas 22 (vinte e dois) municípios do Estado de São Paulo atingiram esse elevado índice. A imensa contradição desse índice se expressa no quadro a seguir, entre os 20% mais pobres, comparados aos 20% mais ricos, em que se pode perceber a desproporção da distribuição de renda, acompanhe:

Quadro 06 - Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População		
	1991	2000
20% mais pobres	4,8	4,1
40% mais pobres	13,8	12,4
60% mais pobres	26,8	25,3
80% mais pobres	46,2	45,4
20% mais ricos	53,8	54,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) - PNUD

O Produto Interno Bruto dos Municípios 2006 aponta para o município em questão um valor adicionado na agropecuária de R\$ 56.289.000,00; na Indústria R\$ 570.543.000,00; no Serviço R\$ 1.116.773.000,00, em Impostos sobre produtos líquidos de subsídios R\$ 222.564.000,00; PIB a Preço de mercado corrente R\$ 1.966.169.000,00 e PIB per capita de R\$ 16.867,00 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2008 <http://www.ibge.gov.br>) Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Empresas de grande porte estão estabelecidas na cidade, sendo que engloba uma série de entidades direcionadas à indústria, ao comércio, ao transporte, à agricultura e à prestação de serviços que mostram sua força e destino.

B.2. Caracterização da Educação

Assim, é um centro de integração dentro da macro-região, essa totalizando, num raio de abrangência de 50km, 23 cidades e uma população que supera 1.500.000 habitantes. Nessa região com 201.901 estudantes na educação básica, no nível do ensino médio, verifica-se um quadro de aumento real e crescente do número de alunos, acompanhando a tendência já observada em nível nacional de uma necessidade de aumento de vagas nos cursos superiores.

O quadro abaixo expressa comparativamente essa expansão do ensino de modo em geral no município em questão, conseqüentemente com a queda das taxas de analfabetismo:

Quadro 07 - Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais)		
	1991	2000
Taxa de analfabetismo	12,7	7,8
% com menos de 4 anos de estudo	36,8	25,3
% com menos de 8 anos de estudo	73,6	60,2
Média de anos de estudo	5,1	6,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) - PNUD

No Ensino fundamental - 2008 (1) foram 16.196 matrículas, sendo 6.868 - escola pública estadual; 2.291 em escola privada e 7.037 em escola pública municipal. No Ensino médio - 2008 (1) foram 5.007 matrículas, sendo 4.318 em escola pública estadual e 689 em escola privada. No Ensino pré-escolar - 2008 (1) foram 2.687 matrículas, sendo 2.387 em escola pública municipal e 300 em escola privada.

A cidade registra no Ensino fundamental - 2008 (1) 883 Docentes, sendo 362 em escola pública estadual, 368 em escola pública municipal e 153 em escola privada. No Ensino médio - 2008 (1) 370 Docentes, sendo 253 em escola pública estadual, 368 em escola pública municipal e 117 em escola privada. No Ensino médio - 2008 (1) 169 Docentes, sendo 132 em escola pública municipal, 37 em escola privada. A cidade possui 54 Escolas - Ensino fundamental - 2008 (1), sendo 18 escolas públicas estaduais, 28 escolas públicas municipais e 8 escolas privadas. No Ensino médio são 15 escolas, sendo 9 públicas estaduais e 6 privadas. No Ensino pré-escolar - 2008 (1) são 27 escolas, sendo 17 públicas municipais e 10 privadas. Apesar de a cidade possuir um campus de uma universidade federal e outros 04 centros universitários, somente a população escolar - clientela eventual de instituições de Ensino Superior - já ultrapassa a capacidade das instituições e cursos oferecidos.

Em relação a matrículas no Ensino superior - 2007 (2) foram 7.881 matrículas, sendo 313 em escolas públicas estaduais e 7.568 em escola privada. Possui em contingente de 336 docentes no ensino superior. São 03 instituições de Ensino Superior privadas.

Os dados que comprovam a oferta de vagas insuficientes são da Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo. Por meio da SEADE Fundação Estadual de Análise de Dados²⁰, os números para o ensino superior na cidade em que se encontra o referido curso de direito, segundo último estudo de 2007 com base no tema da Educação - Informações dos Municípios Paulistas - IMP, estão expressos no quadro a seguir:

Quadro 08 - Concluintes e Matriculados na Rede de Ensino Superior		
	Matriculados	Concluintes
Federal	313	38
Particular	1.470	147
Comunitário/Confessional/Filantrópico	6.098	2.438
Educação Superior Total	7.881	2.623

Fonte : Fundação Seade; Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000

O crescente e contínuo desenvolvimento da região demonstra a urgente necessidade de se encontrarem novos núcleos escolares de ensino superior, para que a população - jovem e adulta - aprimore seus conhecimentos gerais, científicos e técnicos de nível superior, participando, até mesmo, de pesquisas que possam dar o necessário apoio a esse desenvolvimento.

Independente desses aspectos demográficos, outros aspectos sociológicos e, por que não dizer, constitucionais, fundamentam a verdadeira necessidade de novos investimentos na educação do ensino superior. Ninguém poderá impedir que jovens egressos do ensino médio que não tiveram essa

²⁰ <http://www.seade.gov.br>

oportunidade antes - jovens e/ou adultos de todos os segmentos sociais - sejam atendidos, o que evitará, sem sombra de dúvida, transtornos de ordem política, social e econômico-financeira.

Percebe-se pelos dados sobre a educação uma inversão na oferta de vagas para o ensino superior, com predomínio de vagas privadas, o que dificulta sobremaneira a possibilidade de acesso ao ensino superior. Contradição essa que é um indicador da desigualdade social na oportunidade a acesso ao ensino superior.

B.3. Caracterização das Assistências em relação à Desigualdade Social

Outro dado de desigualdade social são os informes do Cadastro único do Programa Bolsa Família (PBF) na assistência social. Cadastro único é um instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, que tenham renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo (R\$ 232,50)²¹.

Dessa forma, o número de famílias cadastradas é maior que a quantidade de famílias beneficiadas pelo PBF. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006), havia uma estimativa de 7.502 famílias no Perfil Cadastro Único, contra uma estimativa de 3.117 famílias, no Perfil Bolsa Família. Na cidade em questão, existe atualmente um total de 6.192 famílias cadastradas em 29/1/2010, e um total de 3.744 famílias beneficiárias em 02/2010.

Ressalte-se, ainda, que o Município, com relação aos órgãos de administração da Justiça e segurança, tem instalado em seu território o Fórum,

²¹ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Disponível em : <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizview.asp?IBGE=3503307>

composto de quatro varas, 1ª Vara Cível, 2ª Vara Cível, 3ª Vara Cível, que cuidam de Processos cíveis e de família, e a Vara Criminal que cuida dos Processos Criminais da 1ª, 2ª, 3ª varas e cuida da: Infância e Juventude - Execuções Criminais - Tribunal do Júri. Isso tudo com três Promotores de Justiça, Justiça do Trabalho, Defensoria Pública pela OAB.

Três Delegacias de Polícia, uma Delegacia de Defesa da Mulher, dois Cartórios de Notas, um Cartório de Registro Civil, um Cartório de Registro de Imóveis e Anexos (registro de títulos e documentos, protestos etc.), o PROCON, órgão de proteção ao consumidor, sediado na Prefeitura da cidade.

A OAB local conta com, aproximadamente, 300 (trezentos) advogados inscritos, ressaltando-se que os acadêmicos de cursos jurídicos residentes no município contam com o Fórum, os Escritórios de Advocacia e as indústrias e sindicatos para realizar seus estágios e com Bibliotecas Jurídicas, pois a OAB dispõe de biblioteca de obras jurídicas. A cidade conta com uma biblioteca aos cuidados da Prefeitura Municipal, havendo em ambos, setores de livros e periódicos de direito, franqueadas ao público, dentro de suas normas regimentais.

Ainda na tarefa de pensar-se a Assistência, outro índice que ajuda a refletir a desigualdade social no município em questão é o IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social²². Esse índice foi criado a partir dos dados insatisfatórios gerados no ano de 2000 quando a Assembléia Legislativa do Estado pede à Fundação SEADE, a criação do Sistema de indicadores que compõem o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Esse índice buscou refletir o resultado

²² O IPVS baseia-se em dois pressupostos: a) o da compreensão de que as múltiplas dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social, b) o da consideração de que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e que contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social. Esse índice pretendeu gerar um instrumento de definição de áreas prioritárias para o direcionamento de políticas públicas, em especial as de combate à pobreza. Tomando-se como premissa que a segregação residencial também determina as possibilidades de uso desses ativos e de acesso a mercados e a bens e serviços públicos e privados, dito de outro modo, o local de residência de pessoas e famílias não só é resultado, mas também influencia suas condições de vida.

de um padrão de crescimento das cidades que, ao longo dos anos, não têm sido capazes de aliar parcelas expressiva de suas populações aos benefícios do desenvolvimento. Essa contradição em que se comparados os índices de nenhuma vulnerabilidade e no extremo oposto os índices de alta e muito alta, se expressa pelos números no quadro a seguir:

Quadro 09 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS - (2000)	
População Total	104.196
1 - Nenhuma Vulnerabilidade	3.124
2 - Muito Baixa	30.433
3 - Baixa	21.748
4 - Média	9.525
5 - Alta	32.521
6 - Muito Alta	6.845

Fonte: Fundação Seade; Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000

Embora os dados aqui apresentados sejam de 2000, permitem-nos ter uma visão de que apesar de uma visão otimista, existe uma imensa faixa da população que necessita de um olhar de cuidado e atenção, quer seja dos operadores do direito ou da psicologia. Exemplo da desigualdade social e da necessidade desse cuidado são os índices de vulnerabilidade do município:

Quadro 10 - Indicadores de Vulnerabilidade Familiar		
	1991	2000
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0,0
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	4,0	5,8
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo	13,3	13,9
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	5,3	3,6

ND = não disponível

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) - PNUD

Percebe-se que o numero de jovens adolescentes com filho na faixa etária entre 15 e 17 anos é expressiva, bem como o de crianças em famílias com renda inferior a meio salário mínimo, ou ainda o expressivo número de mães chefes de família a ser considerado como fatores presentes no município em questão de desigualdade social.

A que se considerar então a evolução apresentada no período de 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) cresceu 8,09%, passando de 0,766 em 1991 para 0,828 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 43,2%, seguida pela Longevidade, com 41,6% e pela Renda, com 15,1%. Veja o quadro a seguir:

<i>Quadro 11 - Acesso a Bens de Consumo</i>		
	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,766	0,828
Educação	0,814	0,894
Longevidade	0,750	0,827
Renda	0,735	0,763

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000) – PNUD

Neste período, a lacuna de desenvolvimento humano²³ foi reduzida em 26,5%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 11,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do município em questão foi **0,828**. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

Podemos contrapor os dados anteriores com os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo²⁴, sobre a violência no referido município, uma vez que segundo os índices dos últimos três anos a violência de modo geral tem crescido. Acompanhe no quadro 12, a seguir, a taxa de delitos por habitantes:

²³ A distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH.

²⁴ <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=38>

Quadro 12 - Taxa de delito por 100 mil habitantes

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2007	5,20	1.509,75	323,95	341,27
2008	5,19	1.233,84	268,90	312,14
2009	6,84	1.263,63	322,96	444,28

No quadro 13, as taxas de ocorrências policiais registradas:

Quadro 13 - Ocorrências Policiais Registradas por Ano

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2007	6	1.743	374	394
2008	6	1.427	311	361
2009	8	1.479	378	520

Acredita-se que com a contextualização que empreendemos do município em questão pudemos contribuir para a tarefa que nos dedicaremos a seguir, qual seja, a de apresentarmos o nosso cenário de pesquisa, a Instituição Superior de Ensino em que se realizou a presente pesquisa.

*As palavras me antecedem e me ultrapassam, elas em tentam e me modificam,
e se não tomo cuidado será tarde demais: menos, não era apenas isso.
Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar
a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história
é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar...*
Clarice Lispector - Os Desastres de Sofia

C) Cenário da pesquisa²⁵

A Instituição Superior de Ensino em questão iniciou suas atividades em dezembro de 1971, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com estatutos registrados em 08 de janeiro de 1972. O compromisso com o ensino faz parte dos ideais da instituição desde o seu início. Tanto que nasceu do idealismo de um grupo de professores que, desde o ano de 1953, mantinham um estabelecimento de ensino secundário. Impulsionados frente ao desenvolvimento da indústria e comércio e demais setores componentes do progresso regional, e as poucas oportunidades próximas do exigente aprendizado em nível superior, decidiram fundar a referida Instituição, obtendo parecer favorável à autorização para o funcionamento dos seus primeiros cursos em maio de 1974.

Conta com cursos na área de graduação em: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Serviço Social, Ciências Contábeis e Teologia. Conta ainda, na área de Cursos Superiores de Tecnologia com: Design de Interiores, Gestão Financeira, Gestão da Tecnologia da Informação, Processos Gerenciais, Logística, Gestão Ambiental, Turismo e Estética e Cosmética.

²⁵ Consta no (Anexo B) denominado de - CENÁRIO BREVE HISTÓRICO, uma caracterização dessa Instituição de Ensino Superior do Interior de São Paulo, de cunho histórico do ponto de vista do seu surgimento, que suprimos desse ponto do texto, com o objetivo de não tornar a leitura demasiado exaustiva. Porém, se o leitor desejar conhecer em maior profundidade a referida instituição é só se encaminhar ao referido anexo.

Pós-Graduação especialização/Lato-Sensu MBA em Gestão Estratégica de Negócios, MBA em Gestão Estratégica de Pessoas, MBA em Gestão Estratégica de Finanças e MBA em Gestão Estratégica de Marketing

No ano de 2003, a instituição observou a necessidade de atender à comunidade local e do entorno, com a oferta de novos cursos, ainda não contemplados: Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social (habitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda), História, Secretariado Executivo, Sistemas de Informação e Turismo.

Solicitou em dezembro de 2006, o credenciamento do Centro e a autorização do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, para atuar em todo o território nacional, na oferta de cursos sob a metodologia de Educação a Distância. No mesmo ano, criou o Centro de Educação a Distância - CEAD - unidade responsável pela Educação a Distância. Oferece aproveitamento de estudos já realizados nos diferentes cursos de graduação, por meio de análise de currículo para aproveitamento de estudos e dispensa de disciplinas, para os seguintes cursos em Licenciatura Plena em: Educação Artística, Geografia, História, Letras: Português/Inglês, Português/Espanhol, Matemática, Pedagogia, Filosofia e Sociologia.

O Curso de Bacharelado em Direito em questão onde foi realizada a presente pesquisa, conta com um total de 80 vagas anuais, em regime semestral com funcionamento noturno, compreendendo uma carga horária total de: 4.640 horas (4000 em atividades teórico-culturais em sala de Aula, 400 em estágio supervisionado, e 240 em atividades complementares).

Com um currículo pleno elaborado com base nas diretrizes curriculares fixadas e por outros documentos oficiais, cabendo citar a Resolução CNE/CES nº 9 de 29 de setembro de 2004, do governo e órgãos de classe. O projeto pedagógico

partiu de uma estruturação em três eixos: Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional, e Eixo de Formação Prática.

O Eixo de Formação Fundamental, privilegia as relações do Direito com as outras áreas do saber, incluindo-se conhecimentos: sociológicos, antropológicos, éticos, filosóficos, históricos, políticos e psicológicos.

O Eixo de Formação Profissional contempla conteúdos com enfoques dogmáticos e em suas aplicações, enfoca-se: o Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho e Direito Processual.

No Eixo de Formação Prática, os conteúdos são ministrados considerando-se a dialética entre a teoria prática e prática da teoria, assim, integram esse eixo as Atividades de Estágio Supervisionado, Trabalho Final de Curso e Atividades Complementares.

A disciplina de Psicologia Jurídica, ministrada pelo pesquisador em questão se insere no 4º semestre letivo do curso, disciplina essa contemplada no Eixo de Formação Fundamental. Cumpre-se esclarecer que embora para as turmas iniciais sejam previstas com até 80 vagas, o 4º semestre contava a época da realização dessa pesquisa 31 universitários.

*Pois tenho que tornar nítido o que está quase apagado e que mal vejo.
Com mãos de dedos duros enlameados apalpar o invisível na própria lama.
De uma coisa tenho certeza: essa narrativa mexerá com uma coisa
delicada: a criação de uma pessoa inteira que na certa está tão viva quanto
eu.*

Clarice Lispector – A Hora da Estrela

D) Participantes da pesquisa

O universo estimado de possíveis participantes, portanto, referiu-se aos 31 universitários do pesquisador no Centro Universitário onde realizou-se a presente pesquisa. Participaram desta pesquisa um total de 10 estudantes de graduação em Direito, todos do quarto semestre do curso, que se dispuseram a participar voluntariamente da pesquisa, respondendo a dois instrumentos de levantamento de informações, bem como a participarem de dois momentos de um grupo focal.

Desse ponto em diante adotaremos nomes próprios fictícios para identificação dos participantes dessa pesquisa, justificando-se essa adoção como um ponto de atenção do pesquisador, com os mesmos, tornando-os nessa medida mais próximos de uma representação, enquanto sujeitos históricos e datados. Os nomes adotados foram escolhidos a partir do site: *Certifique*²⁶, onde se pesquisou a relação dos nomes mais utilizados em certidões de nascimento no Brasil, pelo período de um ano. Coincidentemente a busca no referido site resultou entre os 10 nomes mais utilizados, uma correspondência de gênero em relação aos nomes dos participantes dessa pesquisa, ou seja, 7 nomes próprios masculinos e 3 nomes próprios femininos. A representação adotada para esse pesquisa em relação aos referidos nomes está expressa no quadro 14, logo abaixo.

²⁶ <http://www.certidao.com.br/buscas/ranking.php>

Quadro 14 - 1ª Caracterização dos participantes: Escolha de nomes fictícios

Participantes	Nomes Fictícios	Sexo	Idade	Estado Civil	Possui Filhos	Pele	Religião
A	Maria	F	NI	Casada	3	Branco	Não
B	João	M	NI	Solteiro	Não	Branco	Testemunha de Jeová
C	Pedro	M	NI	Casado	2	Branco	Católica
D	Gabriel	M	NI	Casado	5	NI	Católica
E	Lucas	M	54	Casado	4	Pardo ²⁷	Não
F	Ana	F	NI	Casada	2	Branco	Católica
G	Miguel	M	NI	Solteiro	Não	Branco	Espírita
H	Davi	M	21	Solteiro	Não	Branco	Espírita
I	Matheus	M	NI	Solteiro	Não	Branco	Católica
J	Julia	F	NI	Solteira	Não	Branco	Não

NI-Não Informado, F-Feminino, M-Masculino.

O quadro reflete a caracterização geral dos participantes dessa pesquisa, quem que do total de 10 estudantes, 03 foram do sexo feminino e 07 do sexo masculino, com idades “informadas²⁸”, variadas entre 21 e 54 anos, sendo 05 casados, todos com pelo menos dois filhos cada e 05 solteiros que não possuem filho; dos quais 09 residem na cidade onde se realizou a presente pesquisa e apenas 01 dos participantes reside numa cidade vizinha.

²⁷ O instrumento de busca de informações - IBI, oferecia como opção de etnia, 4 opções de identificação: negro, branco, amarelo e pardo.

²⁸ Na análise dos resultados, o pesquisador levanta hipótese para o fato de apenas dois dos participantes terem informado a idade.

E) Instrumentos para busca de informações

González Rey (2005b), quanto aos instrumentos da pesquisa, sugere que o instrumento deixa de ser fonte de produção de dados e passa a ser fonte produção de idéias. A possibilidade de produzir explicações e idéias é o que mais motiva ao pesquisador. Desse modo, são instrumentos interessantes da pesquisa qualitativa: as formas de relação de grupo, as situações de diálogos, as redações entre outros. "O uso dos instrumentos abertos facilita a expressão do sujeito em toda a sua complexidade e aceita o desafio que implica a construção de idéias e conceitos sobre a informação diferenciada que expressam os sujeitos estudados." (pp. 81-82). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE (**Anexo A, p. 167**), foi o primeiro instrumento elaborado para esta pesquisa. Depois, para a busca de informações foram utilizados 02 Instrumentos para Busca de Informações (**IBI**), com perguntas objetivas e subjetivas e finalmente elegemos a técnica do Grupo Focal (**GF**). Em ambas as situações conforme defende González Rey (2002) o pesquisador deve estar sempre presente, consciente e atuante, proporcionando ao desenvolvimento da situação pesquisada.

E.1. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Tendo sido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o primeiro instrumento elaborado para esta pesquisa, desse modo em cumprimento aos parâmetros éticos elaborados pelo CFP (resolução CFP nº. 016/00), no corpo do referido instrumento, foram detalhados os procedimentos éticos a serem realizados para fins dessa pesquisa. Nele se esclareciam aos sujeitos os objetivos dessa pesquisa, os pesquisadores responsáveis, e como se daria o levantamento das informações, estimava-se em 02 o número de encontros para a realização do GF, sendo que não seriam necessários mais que 02 horas cada encontro. O TCLE pode ser consultado em sua íntegra nos anexos dessa pesquisa.

O TCLE foi submetido à aprovação pelo comitê de ética de pesquisa da PUC-Campinas, sabendo-se que o mesmo continha a informação em linguagem adequada. O referido termo foi lido em conjunto com os participantes. O TCLE informava os objetivos da pesquisa, bem como assegurava sobre o sigilo das informações; da privacidade do indivíduo e do direito aos participantes de desistirem da pesquisa, a qualquer momento, se assim o desejassem.

E.2. Instrumentos para Busca de informações – IBI

Foram estruturados 02 instrumentos a partir de algumas questões norteadoras, com perguntas objetivas e subjetivas elaboradas com o objetivo de considerar o interesse inicial da pesquisa, com base em um instrumento já utilizado

pelo Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação do Programa de pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida - CCV, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas.

As questões para a pesquisa não foram formuladas a partir da operacionalização de variáveis, mas se guiaram para a compreensão dos fenômenos de forma o mais abrangente possível em seu acontecer histórico. Não se criou artificialmente uma situação para ser pesquisada, mas fomos ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento (Freitas, 2002).

IBI - 01, (Anexo C, p. 171) composto pelo eixo **I. IDENTIFICAÇÃO**, contendo perguntas como: Sexo, Idade, Estado Civil, etc., e o eixo **II. DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA**, contendo perguntas como: Local de nascimento e de domicílio? Qual a sua profissão? Que tipo de vínculo profissional você possui? Há quanto tempo está neste trabalho?

IBI - 02, (Anexo D, p. 172) composto pelo eixo: **III – DESIGUALDADE SOCIAL**, contendo a questão: O que entende por desigualdade social? O eixo **IV – MOVIMENTOS SOCIAIS** composto por questões como: O que entende como movimentos sociais? Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? Você é filiado a algum partido político? E o eixo **V – A VIDA FALADA E ESCRITA** contendo questões como: O que mais gosta de fazer na vida? Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida? Quais são suas maiores preocupações? O que gostaria de mudar em sua vida? Os instrumentos podem ser consultados na íntegra nos anexos dessa pesquisa.

E.3. Grupo Focal como técnica

O uso do Grupo Focal foi adotado como técnica para a pesquisa de campo, já que permitiu em pouco tempo e a um baixo custo, um acesso dos conteúdos relacionados ao tema do interesse dessa pesquisa. Não existiu custo financeiro envolvido, uma vez que para execução da presente pesquisa apenas demandou-se a impressão dos questionários, 01 e 02 e dos textos para discussão e produção do relato escrito por parte dos participantes, folhas 03 e 04. Custo esse assumido pelo pesquisador responsável.

Conforme De Antoni et al (2001) o GF foi estruturado primeiramente por Robert Merton e colaboradores na década de quarenta, sendo utilizado em pesquisas sociais com soldados durante a II Guerra Mundial, objetivando conhecer a eficácia do material de treinamento para as tropas e o resultado de propagandas persuasivas. Ainda segundo os mesmos autores em 1952, Thompson e Demerath estudaram os fatores que influenciam a produtividade nos grupos de trabalho, ao mesmo tempo em que Paul Lazarsfeld e outros adequaram o GF para pesquisas em Marketing. Na década de oitenta, os grupos focais passam a ser utilizados em estudos nas áreas da Saúde e das Ciências Sociais, sendo que hoje em dia, também são empregados em estudos nas áreas de Antropologia, Comunicação, Educação, entre outras, e na avaliação de programas de intervenção na comunidade.

Sabe-se então que o GF segundo Neto, Moreira e Sucena (2002) é uma técnica de pesquisa ou de avaliação qualitativa, não-diretiva, que coleta informações por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisador. Ocupa como técnica, uma posição intermediária entre a observação participante e a

entrevista de profundidade, que pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de constituição das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos. Destaca-se que nessa técnica o mais importante é a interação que se estabelece entre os participantes. O facilitador da discussão deve estabelecer e facilitar a discussão e não realizar uma entrevista em grupo, ou seja, sua ênfase deve estar nos processos psicossociais que emergem, na formação de opiniões sobre um determinado tema.

Para tanto então adotamos para esta pesquisa a definição de Neto et al. (2002) que definem Grupo Focal como:

“uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico”. (p.4)

Do mesmo modo pensou-se a organização do espaço do GF segundo Neto et al. (2002), em que a distribuição dos participantes na sala foi no formato de círculo para favorecer a interação entre eles, desse modo promovendo um bom contato visual entre os participantes, evitando-se dar a idéia de um lugar privilegiado. Foram então dispostas cadeiras em número suficiente para todos os participantes, buscando-se um ambiente que pudesse proporcionar conforto e segurança, para que pudessem expor suas reais percepções no texto escrito que era o objetivo visado em relação a cada participante.

Ainda segundo Neto et al. (2002), as ferramentas de convocação do grupo focal é que podem permitir uma participação adequada do mesmo. O sucesso para garantir a presença dos participantes no grupo focal está diretamente relacionado aos recursos dessa convocação. Este processo ocorreu em duas fases: a primeira foi através de convite verbal, feito ao longo do semestre letivo, em que o pesquisador em questão teve contato com os participantes, enquanto discentes da

disciplina de psicologia jurídica; a segunda por intermédio de convite por escrito feito por meio de e-mail aos 31 discentes matriculados na disciplina em questão, estabelecendo-se que teriam acesso e poderiam participar da pesquisa, os primeiros 10 que se apresentassem no dia marcado para o primeiro encontro.

Foram realizados dois encontros. A realização do GF consistiu na interação entre os participantes e o pesquisador, objetivando a produção de informações, a partir da discussão com foco, em tópicos específicos e diretivos, representados pelos 02 instrumentos semi-estruturados já apresentados anteriormente - que propiciaram um entendimento sobre os participantes e suas práticas cotidianas, por meio de uma livre expressão escrita.

Para a utilização no GF, seguindo a perspectiva metodológica adotada no campo da dialética marxista foram escolhidos ainda, dois textos problematizadores, a saber: IBI-03 - **Cutrale usa terras griladas em São Paulo** - 6 de outubro de 2009 - Fonte: Direção Estadual do MST-SP, <http://www.mst.org.br/node/8283>, (**Anexo E, p. 173**), e IBI-04 - Entrevista com FERRÉZ. **A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento**. Caros Amigos. Ano XIII, nº. 151. Outubro 2009, (**Anexo F, p. 174**).

Desse modo os dois encontros realizados para o GF, serviram também para a discussão de temas em destaque na mídia, pensando-se a partir dos movimentos sociais a desigualdade social. A partir dos dois textos selecionados foi solicitado aos participantes que realizassem a leitura de modo que pudessem repercutir as questões problematizadoras. Seguindo-se a leitura dos mesmos foi solicitado que produzissem um texto particular e individual, a partir das discussões suscitadas no grupo, destacando-se que os referidos relatos seriam analisados no conjunto e não haveria identificação dos participantes (**Anexos J até P, pp. 182-200**). González Rey (2005a) afirma que “toda técnica de expressão individual

representa um espaço de diálogo entre pesquisador e o sujeito pesquisado, sem o qual o instrumento pode não ter nenhum sentido para quem a ele responde” (p.91).

Acredita-se que a escolha pelo GP como técnica somou a Metodologia Qualitativa, permitindo-se investigar a complexa questão da desigualdade social e sobre os movimentos sociais junto aos participantes desta pesquisa: universitários de direito.

[...] o sentido que uma situação tem para a própria pessoa é uma experiência íntima que geralmente escapa à observação do psicólogo, pois, o ser humano não é transparente; para desvendar sua experiência o pesquisador precisa de informações a esse respeito, fornecidas pela própria pessoa.
Forghieri (2001)

F) Levantamento das informações

Os instrumentos utilizados contribuíram para aproximar o pesquisador e os participantes, no intuito de investigar algumas questões de maneira sistemática.

Foram realizados 02 encontros em sala de estudo do Centro Universitário, em dia previamente agendado com os participantes, que se dispuseram a participar voluntariamente. O convite foi feito durante as aulas ministradas pelo pesquisador aos seus alunos, durante o semestre letivo, foi esclarecido que seriam necessários 02 encontros focais, que não excederiam mais que 02 horas cada. Em anexo relato dos dois protocolos de registro do pesquisador que auxiliaram na recuperação de informações sobre os encontros realizados, instrumentos que serviram também de complemento às análises dos relatos escritos produzidos pelos participantes. **(Anexo G e H, pp. 176-179).**

No primeiro encontro em conformidade com RES. Nº. 196/96, que regulamenta a pesquisa com seres humanos, solicitou-se a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética de pesquisa da PUC-Campinas. Os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa, foram apresentados os temas: desigualdade social, e criminalização dos movimentos sócias. Foram explicados os procedimentos éticos e a forma como seriam analisadas as suas falas.

Foi apresentado o instrumento 01, sendo lido em conjunto por todos os participantes, a leitura do mesmo não demandou mais que 10 minutos. Foi solicitado que respondessem as questões contidas no mesmo, não foram necessários mais do que 20 minutos para o preenchimento. Após o preenchimento do questionário, nesse primeiro encontro fez-se a leitura da folha 03: *Cutrale usa terras griladas em São Paulo*, a leitura do mesmo não demandou mais que 10 minutos. Posterior a leitura abriu-se um tempo de debate que oportunizou uma problematização referenciada no texto da folha 03. Findo o tempo de debates que não excedeu a 40 minutos, foi solicitado que cada participante produzisse um relato escrito com suas impressões sobre o texto tema, para esse relato escrito disponibilizou-se um tempo de 40 minutos, totalizando, portanto, um encontro que não excedeu 02 horas. Ao final desse primeiro encontro, agradeceu-se a participação dos presentes, e agendou-se o segundo encontro focal para a semana seguinte.

No segundo encontro focal foi feita a leitura do instrumento 02, sendo lido em conjunto por todos os participantes, a leitura do mesmo não demandou mais que 10 minutos. Solicitou-se que respondessem as questões contidas no mesmo, não foram necessários mais do que 20 minutos para o preenchimento. Após o preenchimento do questionário, nesse segundo encontro foi feita a leitura da folha 04: *A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento*, não foram necessários mais que 30 minutos. Posterior a leitura aconteceu um debate que problematizou o texto. Transcorrido o tempo de debates que demorou 30 minutos, foi pedido a cada participante que fizesse um relato escrito com suas impressões sobre o texto tema, para esse relato foi disponibilizado um tempo de 30 minutos, totalizando, portanto, um encontro que não excedeu 02 horas.

Ao final desse segundo encontro focal, foram feitos os agradecimentos oportunos aos voluntários participantes e foi firmado o compromisso de posterior devolutiva, assim que concluída a pesquisa, dando a todos os participantes acesso aos resultados obtidos pela mesma.

*Que ninguém se engane, só consigo a simplicidade através de muito trabalho.
Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever.
Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer?*
Clarice Lispector – A Hora da Estrela

G) Considerações Éticas

A presente pesquisa teve como parecer **Projeto Aprovado** pelo Comitê de Ética PUC-Campinas, com o competente **protocolo 1067/09**. O parecer pode ser consultado em sua íntegra nos anexos dessa pesquisa. (**Anexo - I, p.181**).

Pretende-se a disponibilização dos resultados apontados pela pesquisa ao Centro Universitário em que se realizou a mesma, em forma de apresentação oral e/ou por meio de relato escrito de pesquisa, bem como publicação na literatura especializada dos resultados obtidos.

Os participantes estiveram livres para interromper a qualquer momento suas participações nessa pesquisa, bem como se assegurou o direito de omitirem as informações que achavam pertinentes. Direito expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (**Anexo A, p.167**). Todos os participantes assinaram o TCLE.

O universo estimado de possíveis participantes para a pesquisa em questão referiu-se aos 31 alunos do pesquisador no Centro Universitário onde realizou-se a pesquisa. Sobre critérios de exclusão à pesquisa informamos que foram excluídas da pesquisa, as pessoas que não desejaram participar. Contamos com a participação de 10 pessoas na realização do grupo focal em dois encontros.

Como critério ainda de exclusão havia a possibilidade de o fazermos no caso de pessoas que se apresentassem sob o efeito de drogas; ou pessoas com

dificuldades de expressão, ou condições de limites intelectuais ou psicológicos evidentes. Destacamos que nenhuma das duas hipóteses acima ocorreu.

Compatível com a adoção do GF, destaca-se que a definição dos membros que fizeram parte dessa pesquisa foi considerada tarefa relevante uma vez que implicou na capacidade de contribuição com os objetivos da mesma. A amostra foi intencional e os critérios tiveram um traço comum importante para o estudo proposto; no presente caso, universitários do curso de direito de uma instituição universitária particular do interior de São Paulo, os quais se dispuseram a participar voluntariamente da pesquisa.

*Um meio de obter é não procurar, um meio de ter é o de não pedir
e somente acreditar que a silêncio que eu creio em mim
é resposta a meu - a meu mistério.
Clarice Lispector – A Hora da Estrela*

IV - CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E APONTAMENTOS ACERCA DAS INFORMAÇÕES.

4.a. Procedimentos de análise das informações

Tomando os conteúdos expressos pelos 10 participantes, cada um deles tendo respondido aos instrumentos denominados: instrumentos 1, 2, 3 e 4, iniciaram-se os procedimentos de análise. Coube ao pesquisador o esforço analítico de buscar as determinações históricas e sociais, que se configuram no plano dos participantes como: motivações, necessidades, interesses (Aguiar, 2009).

Considerando-se que na pesquisa qualitativa a construção da informação passar a existir ao longo do processo de construção e interpretação que acompanha todos os momentos da pesquisa; diverso do que acontece na pesquisa tradicional em que essa construção se dá a partir das informações levantadas. De tal modo, como afirma González Rey (2005a) a fonte das idéias não está exclusivamente nas informações, porém na comparação entre o caminho do pensamento, governado por múltiplos caminhos, e as informações. A importância, portanto, das informações reside na capacidade de produzirem *diálogo* com o pesquisador.

Apoiamo-nos sobre o conceito de indicador de González Rey (2005a), segundo o qual o mesmo não deve ter o valor de um elemento isolado e estático,

todavia, deve ser o componente de um processo em que se estabelece uma estreita inter-relação com outros indicadores. O autor diz:

Um dos processos mais ricos da pesquisa é o desenvolvimento de categorias que permitam conceituar as questões e processos que aparecem em seu curso, os quais não podem ser conceituados nos marcos rígido e a priori de nenhuma hipótese ou teoria geral. (p. 119).

Desse modo González Rey (2005a) defende que a pesquisa qualitativa seja apoiada na epistemologia qualitativa, não com o objetivo de produção de resultados que obrigatoriamente pudessem ser tidos como referências universais e invariáveis sobre a realidade pesquisada, antes ao contrário que oportunizassem a edificação de novos momentos teóricos integrados a ação geral de constituição de conhecimentos.

O autor concebe o conceito de *lógica configuracional*, que consiste na atividade permanente e inconstante de produção de conhecimentos. Desse modo o pesquisador “não é só um seguidor de regras, mas um sujeito ativo que deve enfrentar um conjunto de opções dentro desse processo, entre as quais definirá o curso de sua produção teórica sobre o objeto” (González Rey, 2005a, p.128).

Por ser um conceito em desenvolvimento, o autor distingue que há muito a ser acrescentado, todavia o considera como uma contribuição na compreensão e aprofundamento da pesquisa qualitativa. Faz-se necessário pensar à legitimação do conhecimento na pesquisa qualitativa, González Rey considera que esta não pode se definir por um ato de validade, antes ao contrário deve se constituir no complexo processo de continuidade que caracteriza a produção teórica. Desse modo essa legitimidade ocorre por meio de um processo de valor mediato, em que o significado tem maior valor histórico, conseqüentemente a produção de teorias esta vinculada a um processo essencialmente qualitativo, difícilimo de ser mensurado. “As teorias científicas são produções culturais que escapam a toda tentativa de redução

tecnocrática, como evidencia a superação da epistemologia quantitativa nas ciências sociais” (2005a, p.142).

4.a.1. A subjetividade no processo de estudo da desigualdade social

Para seguir adiante pensando no momento de tecer as considerações, reflexões e apontamentos acerca das informações é preciso então empreender um caminho de entendimento do que seja a subjetividade nesse processo todo da desigualdade social.

Konder (1993) adverte que a vida social, nos tempos atuais, antevê a existência de indivíduos que conseguiram um presumível grau de autonomia. Desse modo, se percebe Segundo González Rey (2003) que:

O reconhecimento da subjetividade como sistema complexo, impossível de ser decomposto em seus componentes elementares, o define como um sistema dialógico-dialético, que de forma constante se desenvolve dentro de outros sistemas em relação aos quais atua em sua dupla condição de constituinte e constituído, como são o sujeito e a subjetividade social (p.266).

A esse respeito González Rey (2003) declara:

A visão da complexidade traz um marco de referência importante para o desenvolvimento do tema da subjetividade em psicologia, pois a subjetividade cumpre muitas das características gerais que definem um sistema complexo. Tais características se referem à recursividade entre as configurações subjetivas e os momentos de produção de sentido, à permanente emergência de novos elementos procedentes da ação do sujeito, associados à produção de sentidos subjetivos, à constante tensão entre as formas diversas de organização do sistema e a processualidade das formas de ação do sujeito, à configuração de novas qualidades a partir das contradições e confrontações do sistema em seu desenvolvimento, à coexistência do diferenciado, do singular, como momento constituinte do sistema (p. 37).

O sentido subjetivo não aparece de forma direta na expressão intencional do sujeito, antes se expressará indiretamente na qualidade da informação, como assinala González Rey (2005b):

[...] no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no tratamento dos temas, na forma com que se utiliza a temporalidade, nas construções associadas a estados anímicos diferentes, nas manifestações gerais do sujeito em seus diversos tipos de expressão (p. 116).

Constatamos que a dimensão dos sentidos subjetivos não aparece explícita, e direta na expressão intencional do sujeito, surge indiretamente por expressões muito diversas e não associadas de forma imediata e que devem ser significadas num processo construtivo-interpretativo pelo pesquisador. Na produção da informação, o sentido subjetivo será construído pelo pesquisador progressivamente ao longo do instrumento e, também, pela articulação com outras fontes de informação da pesquisa e das expressões do sujeito obtidas na relação com o pesquisador.

A relação entre o sujeito e o social é contraditória por natureza e nessa contradição encontra-se a possibilidade de desenvolvimento de ambos espaços: o social e o individual. A ênfase unilateral em um desses pólos é o que tem caracterizado a história dos modelos políticos e econômicos da sociedade ocidental: o individualismo competitivo liberal e neoliberal e o autoritarismo sociologizante dos modelos chamados socialistas. (González Rey, 2003, p.225).

Segundo González Rey (2003) a criatividade, os espaços de transformação e desenvolvimento apenas surgem do contraste entre o social e o individual visto não como sujeito “sujeitado”, porém sim como um sujeito que de forma constante se debate entre as formas de “sujeitamento” social e suas opções individuais.

Com relação ao processo de interpretação indicado por González Rey (2005a), temos o termo indicador que é proposto para designar aqueles, elementos que adquirem significação graças à interpretação do investigador. (p. 113). O indicador pode ser definido como um elemento ou conjunto de elementos, ou ainda,

pode ser produzidas a partir da combinação de informações indiretas e omitidas. Os indicadores representam categorias que facilitam o seguimento dos complexos processos que caracterizam qualquer investigação contextualizada no estudo da subjetividade humana. O desenvolvimento dos indicadores conduz, necessariamente, ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas no curso da investigação, o que representa um dos momentos essenciais, mais ricos, delicados e criativos da investigação. As categorias representam um momento na construção teórica de um fenômeno - através delas pode-se entrar em novas zonas de sentido do estudado, que conduzem a novas categorias. Para o autor, toda categoria ou teoria concreta tem diante de si o desafio de passar a novas zonas do estudado que estejam mais além das categorias desenvolvidas por qualquer teoria concreta em seu momento atual.

Buscou-se segundo Antunes e Alves (2004) empreender uma análise dialética que pudesse evidenciar contradições, fazer sínteses de superação que partissem da compreensão da realidade a partir do trabalho, se submetendo ao capital como um elemento gerador de conflitos.

Konder (1993) diz que para reconhecer as totalidades em que a realidade está efetivamente pronunciada o pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho, jamais arquitetando totalidades com o objetivo de enquadrar nelas a realidade; antes, ao contrário, se obriga a identificar, pouco a pouco as contradições concretas e as mediações características que constituem o tecido de cada totalidade, e que conseqüentemente dão vida a cada totalidade. Ou ainda como define González Rey:

[...] a construção do conhecimento na pesquisa qualitativa é um processo diferenciado que avança por rotas e níveis diferentes sobre o estudado, que encontram seu ponto de convergência no pensamento do pesquisador (2005b, p.71).

Contudo, convergência de pensamentos não significa produzir generalizações, segundo Konder (1993) às conexões familiares que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias, ou seja, em tais unidades, a contradição é fundamental: *não é um mero defeito do raciocínio*. Num sentido amplo, filosófico, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo quais os seres existem. A dialética não contesta à lógica, no entanto vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar (p.47).

Segundo Konder (1993) o gênero humano está excessivamente fragmentado, é muito difícil compreendê-lo como totalidade concreta, e é muito complexo tomá-lo como base para uma abordagem verdadeiramente universal de certos problemas humanos gerais.

Embora a tarefa que se coloca para a ciência psicológica não seja simples, não pudemos deixar de pretender contribuir com os modos que são próprios de nossa atuação. Ou como diria Paulo Freire:

Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. (Freire, 2000, p.31).

Desse modo, a seguir iniciamos o nosso empreendimento de nos aproximarmos de nossos participantes.

Quero escrever-te como quem aprende. Fotografo cada instante. Aprofundo as palavras como se pintasse, mais do que um objeto, a sua sombra. Não quero perguntar por quê, pode-se perguntar sempre por que e sempre continuar sem resposta: será que consigo me entregar ao expectante silêncio que se segue a uma pergunta sem resposta? Embora adivinhe que em algum lugar ou em algum tempo existe a grande resposta para mim.
Clarice Lispector – Água Viva

4.b. Nomeando as Escolhas

Cumpru esclarecer que a escolha em se realizar essa pesquisa com universitários de Direito se deu objetivando uma reflexão sobre a desigualdade social e os movimentos sociais. E escolha pelo nome desse capítulo se deve a intenção deste pesquisador manter uma relação dialógica e dialética com as informações obtidas, e é preciso esclarecer que após a construção que fiz dos outros tópicos todos que se encontram nessa seção é que retornei e escrevi esta explicação. Minhas escusas ao leitor se não for um modo usual de se realizar esse momento, contudo, é o meu modo de buscar e produzir sentidos a partir dessa pesquisa, com os meus participantes e finalmente a partir de mim mesmo.

Essa análise se pautou nos princípios metodológicos da epistemologia qualitativa de González Rey (2005a) que pondera o conhecimento dotado de uma produção dinâmica, construtiva e interpretativa. Cumpre-se esclarecer que as informações dos participantes foram tomadas dentro do contexto em que foram produzidas e analisadas dentro daquilo que faz sentido para os entrevistados, ou seja, não são emitidos juízos de valor, apenas considera-se que suas expressões sejam o seu modo de pensar, sentir e agir no mundo.

Konder (1993) sobre essa perspectiva metodológica adotada, diz que a análise das contradições aparece como forma de captar a tensão existente entre sujeito e sociedade, e o que molda os resultados e as hipóteses de pesquisa, são as sínteses que o pesquisador desenvolve a partir de uma análise compreensiva e interpretativa das contradições apreendidas e das questões expostas nos textos escritos pelos participantes.

Desse modo advertimos que os resultados da pesquisa advieram da capacidade do pesquisador estabelecer relações entre as dimensões pesquisadas, bem como de relações estabelecidas entre as particularidades e a lógica configuracional dos temas trazidos pelos participantes. Neste sentido destaca-se a possibilidade de considerar o conteúdo da pesquisa como um fluxo de informações encadeadas entre si e não como um conjunto de partes com um conteúdo isolado.

Ao contrário de hipóteses pré-estabelecidas, o estabelecimento de questões norteadoras procurou propor caminhos e direções, mais do que por chegar a conclusões definitivas ou generalizações. Dito de outro modo, acreditamos na prática dessa pesquisa compatível com o modelo de ciência comprometida, participativa e geradora, que reivindica sua própria condição subjetiva como processo humano. (González Rey, 2005b, p.106). Dito isso admitimos que existam outros modos e outras possibilidades de se pensar esta pesquisa, que não os pensados e produzidos por nós, se o leitor identificar outros modos, por gentileza seja tolerante em seu julgamento.

Feitas essas considerações, o que ocorre a seguir é uma contextualização de como foi feita à análise. A análise foi realizada, respeitando-se primeiro uma leitura geral de todos os instrumentos, para que se obtivesse um senso geral de toda a informação levantada. Tendo um sentido geral de toda a informação, o pesquisador voltou ao início do texto e leu novamente, com o objetivo de buscar

identificar “indicadores” dentro da perspectiva que interessava a essa pesquisa sobre o modo de estudantes universitários de Direito pensarem as desigualdades sociais. Uma vez identificados esses indicadores de sentido, o pesquisador retornou todos esses indicadores de sentido, buscando expressar seus conteúdos em possíveis categorias de análise a partir da metodologia e conceituação teórica escolhida para essa pesquisa: uma análise dialética.

Por último o pesquisador sintetizou todos os indicadores de sentido e as categorias levantadas em uma análise consistente com os objetivos pretendidos, a saber: o *Objetivo Geral* de conhecer como Universitários de Direito avaliam situações concretas de desigualdade social e como entendem / concebem / percebem os movimentos sociais e os *Objetivos específicos* de: a) pesquisar como avaliam a importância dos movimentos sociais e a criminalização dos mesmos; b) conhecer como elaboraram projetos futuros; prevendo ou não alternativas para a diminuição da desigualdade social, e c) investigar possíveis consequências para o exercício dos operadores do Direito.

A partir de sucessivas e exaustivas leituras das respostas ao IBI-01, IBI-02, IBI-03 e IBI-04, as informações foram organizadas na forma de tabelas e quadros, com o objetivo de possibilitar uma análise mais detalhada. Todas as tabelas e quadros são comentados com o intuito de tornar explícitos seus conteúdos. Para tornar a leitura mais ágil optamos por manter uma representação completa de todos os participantes, somente quando todos ofereceram respostas à questão proposta. Quando não houve essa possibilidade transformamos em dado estatístico as repostas negativas, ou ausências das mesmas e somente demos visibilidade ou destaque, nos quadros e tabelas, para o conteúdo materializado na escrita.

Para que o entendimento do leitor que nos acompanha até aqui, fosse o mais fiel possível ao caminho percorrido pelo pesquisador, optamos por trazer a análise sintética no corpo da pesquisa, acoplada aos outros passos que executamos compostos por tabelas e quadros que ajudaram a construir a referida análise.

4.c. Convidando os participantes ao diálogo - prazer em conhecê-los.

Quadro 15 - Caracterização dos participantes

Participante	Idade	Estado Civil	Possui Filhos	Pele	Religião
Maria	NI	Casado	3	Branco	Não
João	NI	Solteiro	Não	Branco	Testemunha de Jeová
Pedro	NI	Casado	2	Branco	Católica
Gabriel	NI	Casado	5	NI	Católica
Lucas	54	Casado	4	Pardo	Não
Ana	NI	Casado	2	Branco	Católica
Miguel	NI	Solteiro	Não	Branco	Espírita
Davi	21	Solteiro	Não	Branco	Espírita
Matheus	NI	Solteiro	Não	Branco	Católica
Julia	NI	Solteiro	Não	Branco	Não

NI - Não Informou

Iniciamos com o quadro acima que objetivou apresentar os participantes dessa pesquisa, do total de 10 estudantes, 03 foram do sexo feminino e 07 do sexo masculino, com idades “informadas”, variadas entre 21 e 54 anos, sendo 05 casados, todos com pelo menos dois filhos cada e 05 solteiros que não possuem filho; dos quais 09 residem na cidade onde se realizou a presente pesquisa e apenas 01 dos participantes reside numa cidade vizinha.

4.d. Idade! Quantos anos você tem? Por que não se mostrar?

Tabela 1 - Frequência e porcentagem: Idade.

<i>Idade</i>	<i>Participantes</i>	<i>%</i>
<i>Não informou</i>	8	80
<i>18 – 30</i>	Davi - 21	10
<i>30 – 60</i>	Lucas - 54	10
<i>Total</i>	10	100

Como informamos inicialmente na breve caracterização feita no item participantes no capítulo do método, apenas 2 dos 10 participantes informaram as idades. A hipótese inicial para 80% dos participantes não informarem as idades poderia indicar que sabedores que ao final da pesquisa os resultados seriam socializados pelo pesquisador, com todos os colegas e demais universitários de direito, omitindo-se a idade eles tornariam a identificação entre eles próprios, e os demais colegas dos outros períodos do curso, menos óbvia. Cumpre-se informar que a partir da sala de aula, local de atuação do pesquisador a média de idade não ultrapassa os 25 anos. Os que informaram as idades foram: Davi com 21 anos e Lucas com 54 anos, na verdade para situar a você leitor, estima-se que representam os opostos do indicador em questão, como o mais novo e o mais velho respectivamente.

4.e. Pertencer ou não a movimentos sociais? Pertencem ou não pertencem? Eis a questão!

Destacamos que o tema foi abordado em dois momentos distintos, por meio do IBI-01, com a questão: *Pertence/Representa algum movimento Social? Qual?* Todos os participantes nesse primeiro momento informaram que não pertenciam a nenhum movimento social. Veja na tabela a seguir:

Tabela 2 - Frequência e percentagem: Pertence/Representa algum movimento Social?

Movimento Social	Participantes	%
<i>Não Pertencem</i>	10	100
<i>Total</i>	10	100

O segundo momento distinto aconteceu por meio do IBI-02, com a questão: 15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? Nesse momento então houve uma contradição por parte de dois dos participantes. Observe a tabela a seguir, destacamos na mesma as contradições expressas pelos participantes:

Tabela 3 - Frequência e percentagem: Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral?

Movimento Social	Participantes	%
<i>Não Pertencem</i>	8	80
<i>Igreja</i>	Lucas - Movimentos sociais, há 03 anos.	10
<i>Partido Político Sindicato</i>	Davi - Sim, há 4 anos, além de contato ativo com a (...)*	10
<i>Total</i>	10	100

* Omitiu-se a sigla objetivando preservar a identidade do participante.

Maria, João, Pedro, Gabriel, Ana, Miguel, Matheus e Julia informaram que não possuem filiação partidária nem tão pouco, atuam em algum movimento social, como no instrumento anterior. Embora esses dois momentos não tenham sido concebidos propositalmente com o objetivo de se produzir uma verificação, se prestaram a expressar a contradição dos participantes nos dois momentos distintos em que responderam aos IBIs. Devido as questões alheias a vontade do pesquisador: como conseguir reunir todos os 10 participantes do primeiro GF, para a realização do segundo momento, dentre outras questões²⁹, desse modo se se cumpre esclarecer que entre a realização do primeiro GF e o segundo, transcorreram 30 dias.

Estima-se que esse intervalo de tempo pudesse ter contribuído de algum modo para que no segundo GF, Lucas se referisse então a sua freqüência nos cultos de sua Igreja³⁰ como pertencimento a um movimento social, e Davi mencionou a sua filiação a um partido Político e a um Sindicato. Cumpri-se assinalar que a pergunta subsequente era específica sobre o pertencimento ou não a algum partido político. Ou seja, Davi identifica nesse segundo momento as filiações partidárias e sindicais como indicativos de pertencimento a movimentos sociais.

Buscando-se uma correlação com a questão 14 - O que entende como movimentos sociais? do IBI-02, percebemos que sobre o entendimento em relação aos movimentos sociais 40% dos participantes apontaram que percebem os movimentos sociais como movimentos de reivindicação, indicador "a". Ao analisarmos o quadro acima outro indicador que se destaca "b", é a percepção de que os movimentos sociais se constituem em forma de reivindicação para a classe de baixa renda, que se destinam somente ao combate a pobreza, 30% dos participantes expressarem esse ponto de vista. Veja a seguir:

²⁹ Durante as considerações finais o Autor desta pesquisa detalha outras questões.

³⁰ Testemunha de Jeová.

Quadro 16 - Informações fornecidas pelos participantes sobre desigualdade social: Interpretação, busca por indicadores e categorização comparativa das mesmas

Participante	14 - O que entende como movimentos sociais?	Interpretação, sob o modo dos participantes entenderem os movimentos sociais
Maria	Um grupo de pessoas unidas pelo mesmo ideal, lutando contra um sistema que foi imposto, ou contra uma injustiça, buscando alcançar um objetivo coletivo.	a) Percebe os movimentos sociais como <u>reivindicação</u> - Organização Popular Genérica
Lucas	Bem, mas não podemos viver só disso, temos que buscar sua finalidade de existência e porque esta aqui.	a) Percebe os movimentos sociais como <u>reivindicação</u> - Organização Popular Genérica
João	Tentativas de suprir necessidades básicas dos que ganham pouco. Moradia, Terra, escola.	b) Percebe os movimentos sociais como <u>reivindicação para os que têm baixa renda</u> (pobres), seja em questões de moradia, terra ou acesso a escola.
Pedro	São os movimentos em favor de alguma causa, seja as desigualdades ou até movimentos estudantis, sempre em prol de alguma causa.	a) Percebe os movimentos sociais como <u>reivindicação</u> - Organização Popular Genérica
Gabriel	Política - Sindicados.	c) Pertencimento a partidos políticos d) Pertencimento a sindicatos
Ana	É quando a sociedade se mobiliza a prestar algo de bom para o ser humano	e) Concebe movimentos sociais como assistencialismo ou filantropia.
Miguel	Movimento social serve para ajudar a comunidade para o seu bem e ajudar pessoas necessitadas	b) Percebe os movimentos sociais como <u>reivindicação para os que têm baixa renda</u> (pobres), seja em questões de moradia, terra ou acesso a escola. e) Concebe movimentos sociais como assistencialismo - ineficiente.
Davi	De forma objetiva, entendo movimentos sociais como medidas de mudança tomadas por determinados seguimentos da sociedade, que podem resultar em modificações na realidade de cada indivíduo, assim como conquistas para um todo.	f) Concebe movimentos sociais como possibilidade de mudança. A partir de determinados seguimentos, que podem beneficiar primeiro os indivíduos e só posteriormente uma transformação social.
Matheus	Penso que movimentos sociais é uma forma de mascarmos os problemas que nos cercam. Acredito que validos são aqueles que visam uma reabilitação social, ou mesmo intensificando o aprendizado, mas usar deste instrumento para encobrir uma realidade corrupta é no mínimo imoral, uma verdadeira falta de vergonha na cara.	b) Percebe os movimentos sociais como <u>reivindicação para os que têm baixa renda</u> (pobres), seja em questões de moradia, terra ou acesso a escola. e) Concebe movimentos sociais como assistencialismo - ineficiente. g) Acredita no valor daqueles movimentos que proporcionam algum desenvolvimento aos seus participantes h) Condena o uso de movimentos com fins de acomodação política.
Julia	Movimentos que representam os anseios sociais.	a) Percebe os movimentos sociais como <u>reivindicação</u> - Organização Popular Genérica

4.e.1. O que são movimentos sociais afinal?

Desse ponto em diante adotaremos a definição de movimentos sociais de Gohn³¹ (2007), qual seja: são ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

Gohn (2007) adverte que os movimentos sociais e suas pautas devem dialogar com os meios de comunicação, alcançando primeiro a credibilidade que os credencie a lutar pela cidadania, seja liberal, comunitária, social-democrata, política, plena, coletiva, multicultural ou planetária, como defende a autora.

Nada obstante, adverte-se que só o tema dos movimentos sociais por si só já seria uma categoria de análise vastíssima para se incorrer em uma pesquisa; para um amplo e mais bem aprofundamento entendimento, recomenda-se que os que se interessarem recorram à leitura da própria Maria da Glória Gohn: *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*³². O artigo aborda aspectos da produção teórica sobre os movimentos sociais na América Latina, mencionando teorias e teóricos, todavia a discussão limita-se às suas orientações paradigmáticas.

Contudo consideramos necessário destacar do referido artigo a subdivisão feita pela autora do universo dos movimentos sociais, para efeito didático, uma vez que os sujeitos que estão em discussão nesse cenário tão amplo, são diversos:

³¹ Maria da Glória Gohn é socióloga (1970), mestre em Sociologia (1979) e doutora em Ciência Política (1983) pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Sociologia (1996) na New School University, Nova York, desde 2002 é Secretária do Board do Research Committee Social Movements and Social. Professora titular da UNICAMP (Colaboradora) e da Universidade Nove de Julho.

³² Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, pp. 439-455, Set./Dez. 2008.

Primeira: movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afro-descendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.).

Segunda: movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc.

Terceira: movimentos globais ou globalizantes, como o Fórum Social Mundial (ver Munõz, 2008). São lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. Essas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. Na realidade, essa forma de movimento constitui a grande novidade deste novo milênio. (Gohn, 2008, pp.439-440)

A subdivisão empreendida por Gohn (2008) nos permite descortinar um amplo cenário, que antes de ser simples, se exhibe complexo e multifacetado. Percebe-se, portanto, a pertinência de se pensar sobre o tema na atualidade, uma vez que segundo a autora as ditas ações coletivas tornaram-se objetos de estudos científicos, inaugurando uma grande produção de estudos no campo das relações políticas. Parece oportuno então ainda que de um modo tímido, nesse momento da nossa tarefa, pensar que talvez esta pesquisa tenha contribuições a oferecer ao entendimento dos movimentos sociais bem como para a própria psicologia, para o direito e para a psicologia jurídica. Senão, vejamos.

O intercâmbio entre as ciências: psicologia e direito, deve se tornar uma realidade, que pode ser concretizada no desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa, no emprego de categorias de análise por diversas áreas, bem como na aplicação das informações obtidas, buscando-se um maior (re)conhecimento e domínio sobre um objeto de estudo e modelos explicativos mais abrangentes. O desenvolvimento desse intercâmbio possibilitaria a interação entre áreas de conhecimento, derivando novas abordagens como, as necessárias para a própria psicologia jurídica.

Com certeza um objeto de estudo que exemplifica a necessidade e a importância da integração entre áreas do conhecimento é o estudo de grupos e dos movimentos sociais. Nosso diálogo com nossos participantes nos permite fazer essa afirmação. Defendemos estudos na contra mão da tradição hegemônica americana que concebe os movimentos sociais apenas como comportamento entre indivíduos. Essa abordagem, ao que parece, tem desencorajado o estudo do comportamento coletivo como movimentos sociais, no qual as questões grupais necessariamente se colocam. (Del Prette, 1990 e Leite & Dimenstein, 2010).

Del Prette (1990) oferece como alternativa a partir da Psicologia Social de tradição européia uma outra perspectiva ao estudo do fenômeno grupal; o estudo do comportamento intergrupar, que se contesta às teorias de base interpessoal no trato dessas questões. Defende-se, que o fenômeno do comportamento coletivo possa ser (re)assumido como objeto de estudo da Psicologia:

Embora o quadro teórico possa não dar conta da complexidade inerente a esse objeto, a pesquisa empírica poderia suscitar necessidades de articulações entre categorias derivadas de diferentes teorias psicológicas ou de outras áreas de conhecimento. A omissão da Psicologia aumenta a lacuna sobre o tema em seu campo e a distância daquelas ciências que vêm enfrentando as questões colocadas pelo comportamento coletivo. (Del Prette, 1990)

A partir dessa pesquisa acreditamos que seja de extrema relevância a produção de estudos na intersecção entre a psicologia e o direito, sobre a questão da criminalização dos movimentos sociais. Estima-se que seja possível contribuir com os movimentos sociais, em suas atividades para que haja fortalecimento em suas bases, de modo a se promover aos direitos humanos, em especial o direito a uma vida digna, com saúde, livre de privações, violência ou discriminação. Ou ao contrário, como diz Sanson (2008), os movimentos sociais continuaram a ser tratados como caso de polícia. O autor faz menção a célebre afirmação do ex-presidente da República Velha, Washington Luís de que “a questão social é uma

questão de polícia”; vê-se que a muito existe uma visão que precisa ser combatida.

O autor continua em sua análise:

Engana-se quem pensa que a criminalização dos movimentos sociais perdeu força no governo Lula. Pelo contrário, na medida em que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) optou por uma grande coalizão que vai de setores da esquerda à direita, dissimulou os conflitos de classe e deu espaços para que os setores conservadores retomassem as suas velhas práticas de criminalizar as lutas sociais e as suas lideranças. (Sanson, 2008, p. 200).

Partindo do princípio que a maior parte da população não toma parte de organizações populares, como então incentivá-las a se organizarem, ou, ao menos, a se interessarem em obter informações confiáveis a respeito da situação política e econômica do país?

Cogitamos que ações empreendidas no sentido de resgatar os espaços de militância, perdidos nesses tempos desfavoráveis, pudessem contribuir talvez para um melhor planejamento de atuação dos movimentos sociais, resultando desse modo, na efetiva constituição de uma cultura que pudesse oportunizar a um projeto de transformação social.

4.e.2. Movimentos estudantis! Movimentos sociais sem memória?

Tabela 4 - Frequência e porcentagem: Pertence ou representa algum movimento estudantil

<i>Movimento Estudantil</i>	<i>Participantes</i>	<i>%</i>
<i>Não Pertencem</i>	7	70
<i>Diretório Acadêmico</i>	<i>Pedro Davi Matheus</i>	<i>30</i>
<i>Total</i>	<i>10</i>	<i>100</i>

A discussão que cabe ser feita aqui em relação a nossa pesquisa é o fato de que numa sala de 31 universitários, 3 deles sejam membros do Diretório Acadêmico do Curso de Direito, e todos os 3 tenham escolhido participar voluntariamente desta pesquisa. A presença deste indicador, a princípio revela uma lógica configuracional, diferenciada. Um olhar superficial indicaria que expressam tão somente a porcentagem numérica a que se referem, ou seja, 30% da amostra militam num movimento estudantil, ou se preferirem, Pedro, Davi e Matheus. Antes ao contrário esse indicador suscitou no pesquisador inquietações sobre esses mesmos ditos universitários de direito. Questões como: Quais são as motivações presentes nesses universitários, que não estão presentes nos outros? Está participação reflete de que forma em suas futuras atuações como operadores específicos do direito? Quais visões possuem de si mesmos enquanto membros de um movimento estudantil?

Parece oportuno então sobre os movimentos estudantis empreendermos uma breve discussão sobre sua constituição enquanto movimento social, bem como sobre suas possibilidades, enquanto instrumento de transformação individual, mas também de potencial de mudanças nos espaços em que ocorrem.

Recorremos a Machado (2007) que empreende uma incursão sobre o tema. O autor discute que houve várias iniciativas de um resgate da história desses movimentos, porém, a falta de continuidade dos projetos, a constante falta de recursos, o desinteresse de muitos personagens darem acesso aos seus próprios acervos, ou ainda a ausência de uma política global de preservação de documentos acarretou a pulverização destas fontes.

Nos últimos anos os movimentos estudantis estiveram em evidência, como eventos que giraram em torno dos 40 anos do golpe militar, dos 20 anos das Diretas-Já e uma série de comemorações que tiveram como movimentos sociais e políticos do século XX. Ocorreram também inúmeras comemorações relacionadas a datas de criações de universidades e faculdades. Machado (2007) faz uma crítica, dizendo que de um lado estavam aqueles preocupados em alcançar um debate sério sobre a questão; mas que outros apenas pretendiam comemorar sem nenhuma crítica e sem compromisso com a verdade histórica.

Machado (2007) lembra ainda oportunamente que inexiste uma legislação que institucionalize a posse de documentos estudantis pelas próprias universidades, quando as entidades estudantis não puderem ou não se interessarem pelo destino de tais documentos. O autor destaca um parecer jurídico da UFPE³³, que institui que a documentação produzida pelas entidades estudantis não são de propriedade da Universidade, e que a mesma, portanto, não pode reivindicá-la, nem interferir no destino que por ventura as entidades estudantis decidam dar aos mesmos.

Essa constatação feita faz surgir à proposta de Machado (2007) que defende a criação de políticas próprias nas agências de fomento, a partir da CAPES e do CNPq, que estimulem e privilegiem os pesquisadores que trabalham com documentações de entidades públicas ou que não estejam conservadas em arquivos

³³ Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

públicos. O autor insiste ainda que haja um compromisso de se disponibilizar originais ou mesmo cópias de documentos que são empregados em projetos de iniciação científica, conclusão de curso, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento às instituições de origem para impulsionar um espírito de conservação de documentos, nos moldes estimulados pela CAPES, como a publicação em sites de internet das dissertações e das teses financiadas com bolsas oriundas de recursos públicos.

Machado defende que haja a publicação eletrônica de documentos ou ainda de entrevistas realizadas durante a fase de pesquisa de muitos pós-graduandos, que poderiam servir de base para futuras novas pesquisas ou mesmo oportunizarem a divulgação da memória social brasileira.

Dito isso, é preciso também dizer um pouco mais. Esse indicador despertou neste pesquisador uma inquietação em relação à própria posição que ele ocupa enquanto discente de um programa de pós-graduação, e enquanto membro de um grupo de pesquisa. Nesse momento sobram questionamentos. Como interferir de modo a produzir mudanças nos espaços que ocupamos? Ocupamos? A frase correta seria então: Como interferir de modo a produzir mudanças nos espaços em que estamos? E a resposta então seria: OCUPANDO esses espaços verdadeiramente.

Talvez nossos 3 universitários, membros do diretório acadêmico do curso de direito pesquisado, ocupem os espaços de que dispõe para se fazerem ouvidos, até mesmo então se dispondo a participarem dessa pesquisa.

4.f. Universitários & lazer, existe essa possibilidade?

Em relação ao quesito lazer, a que se destacar que dos 10 universitários, apenas 1 não informou que tenha algum tipo de lazer. Destacamos na tabela a seguir as formas citadas:

Quadro 17 - Categorias: Modos de Lazer	
Modos de Lazer	Ocorrência
Cinema	3
Música	2
Caminhar	2
Jardinagem	1
Ir ao clube	1
Ciclismo	1
Musculação	1
Praia	1
Futebol	1
Livros/Leitura	1
Pesca	1
Automobilismo	1

Este indicador se presta a fornecer subsídios para expressar contradições ou afirmar condições específicas sobre os modos de vidas dos participantes. Cinema por exemplo figurar na relação é um tipo de lazer que se pudesse esperar corriqueiramente, o mesmo acontece com música ou caminhar. Já automobilismo e pesca são menos comuns, com certeza indicam o poder aquisitivo a que o participante em questão desfruta.

Portanto a resposta ao título do nosso tópico é: SIM. Universitários têm a possibilidade de desfrutarem de lazer.

4.g. Todos universitários de direito! Porém, distintas ocupações!

O discurso de qualificação como garantia de acesso ao mercado de trabalho, atrelado ao discurso da competitividade extrema como princípio de sucesso no mercado globalizado, atribui ao indivíduo a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso em poder tomar parte nos bens sociais e nos bens de consumo. Sabe-se, contudo que nos moldes de trabalho formal, no atual estágio de desenvolvimento do capital não há espaço para todos trabalharem (Antunes, 2005 e 2006).

Na tabela abaixo se destacam as várias atuações profissionais dos participantes, acompanhe, sendo que 4 dos 10 participantes não possuem ocupação:

Tabela 5 - Freqüência e porcentagem: Profissão.

<i>Profissão</i>	<i>Participantes</i>	<i>%</i>
<i>Bancário</i>	1	10
<i>Motorista</i>	1	10
<i>Analista de Sistema</i>	1	10
<i>Militar</i>	1	10
<i>Empresário</i>	1	10
<i>Operador de máquina</i>	1	10
<i>Do Lar</i>	1	10
<i>Estudante</i>	3	30
Total	10	100

As várias atuações profissionais dos participantes se refletem em diferentes vínculos profissionais, que demonstramos na tabela abaixo:

Tabela 6 - Freqüência e porcentagem: Vínculo Profissional.

<i>Vínculo Profissional</i>	<i>Participantes</i>	<i>%</i>
<i>Servidor Público Federal/Estadual</i>	2	20
<i>Servidor Privado - CLT</i>	2	20
<i>Autarquia Municipal</i>	1	10
<i>Proprietários</i>	1	10
<i>Sem Emprego</i>	4	40
Total	10	100

Para tornarmos visíveis os elementos correspondentes ao item: Todos universitários de direito! Porém, distintas atuações!, precisamos somar as informações das duas primeiras tabelas as informações da tabela a seguir que representa a renda mensal dos participantes, veja:

Tabela 7 - Frequência e porcentagem: Renda Mensal.

Salários Mínimos³⁴	Participantes	%
Até 03	6	60
04 – 05	1	10
06 – 10	2	20
Mais de 10	1	10
Total	10	100

Interessante notar a relação entre as 3 tabelas imediatamente acima. Na tabela 5, que se refere à profissão, 3 dos participantes se identificam como “estudantes” e 1 como “do Lar”, buscando-se uma equivalência com o item vínculo profissional da tabela 6, encontramos 4 participantes na categoria “sem emprego”, contudo em relação aos valores expressos na tabela 7, que se refere a renda mensal encontramos um número de 6 participantes que informaram possuir uma renda mensal de até 3 salários mínimos. Percebe-se um contraste em relação a renda declarada, pode-se pensar em trabalhos informais e/ou fonte de rendas alternativas, que o modo como foram construídos os instrumentos: IBI-01 e 02, não nos permitiu explorar mais profundamente a questão.

³⁴ Salário mínimo de R\$ 510,00 a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelecido pela Medida Provisória nº. 474, de 23 de dezembro de 2009.

4.h. Diga-me como moras e te direi como és!

O indicador moradia se expressa nas próximas 2 tabelas e fornecem referências sobre os estilos de vida de nossos participantes. Na tabela imediatamente abaixo, nota-se que 50% dos participantes residem em habitações com até 15 cômodos, ou seja, um padrão alto de moradia, veja:

Tabela 8 - Freqüência e porcentagem: Cômodos por residência.

Cômodos	Participantes	%
<i>Até 05</i>	1	10
<i>06 – 10</i>	4	40
<i>11 – 15</i>	5	50
Total	10	100

As informações sobre moradias continuam revelando os estilos de vida de nossos participantes, 80% deles informaram que residem em residências próprias, observe:

Tabela 9 - Freqüência e porcentagem: Residência.

Residência	Participantes	%
<i>Própria</i>	8	80
<i>Alugada</i>	2	20
Total	10	100

Porque refletir sobre moradia é importante para nossa pesquisa? Consideramos que esta questão interfere diretamente no modo dos participantes, ou de qualquer individuo se relacionar com sigo próprio e com o mundo. Acreditamos que a maneira de “habitar” interfira no modo como os sujeitos constituam suas ações no mundo. Todavia, conquanto se reconheça o fato de que cada um possui uma visão própria de mundo, e por esse motivo, arquiteta uma determinada realidade, que o insere e a partir do qual constrói sua identidade em determinada posição social.

Sobre o tema de moradia Maricato (2003) faz uma leitura bastante clara sobre metrópoles brasileiras do final do século XX, destacando a relação entre desigualdade social, segregação territorial e meio ambiente. A autora utiliza como pano de fundo, autores que refletiram sobre a formação da sociedade brasileira, em especial sobre a marca da modernização com desenvolvimento do atraso. A autora destaca também o papel da aplicação da lei para manutenção de poder concentrado nas grandes cidades, o que sem dúvida reflete - ajuda a pensar sobre - e ao mesmo tempo promove, a desigualdade social no território urbano.

Maricato (2003) sobre a alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social, discute:

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (Maricato, 2003, p.152)

Pedro Demo (1993, segundo Maricato, 2003, p.153) sobre a exclusão social adverte que caracterizar a pobreza a partir de números mensuráveis relativos à carência material, obscurece o cerne político da pobreza ou o que o autor chama de pobreza política, dito de outro modo, ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo, ser impedido de ter. A carência material é a face externa da exclusão política. A autora prossegue em sua análise, dizendo que uma das características do mercado residencial privado legal no Brasil, consiste em sua pouca abrangência. Mercado para poucos é uma das características de um capitalismo que combina relações modernas de produção com expedientes de subsistência. A maior parte da produção habitacional no Brasil se faz à margem da lei, sem financiamento público e sem o concurso de profissionais arquitetos e engenheiros.

Observamos segundo a Autora que a lei é empregada como expediente de manutenção e fortalecimento de poder e privilégios, contribuindo para resultados como a segregação e a exclusão. E que, portanto, a questão central não está na lei em si, ou seja, na sua inadequação, mas na sua aplicação arbitrária. *Estamos questionando a justiça e não a lei embora seja preciso reconhecer que a clareza e a precisão do texto legal nunca está completamente desvinculado de sua aplicação* (p.160).

Maricato (2003) conclui refletindo que o novo século se iniciou sem que o Brasil, Estado apresenta-se políticas sociais para as cidades minimamente eficazes. Ela destaca a chamada de globalização: reestruturação produtiva do capitalismo internacional do final do século XX, sobretudo pela transformação que tem provocado: o impacto do chamado desemprego tecnológico. A autora aponta como solução a democratização da produção de novas moradias e do acesso à moradia legal, sendo necessário, contudo a superação de dois grandes obstáculos - terra urbanizada e financiamento.

4.i. Desigualdade social! Consultando os universitários.

A o quadro a seguir contém a íntegra da resposta de cada participante para a questão: o que entende por desigualdade social? Bem como, expressa a interpretação do pesquisador e a categorização resultante da lógica configuracional que emergiu do contato com as informações.

Quadro 18 - Informações fornecidas pelos participantes sobre desigualdade social e interpretação do autor sobre as mesmas

Participante	Questão 13 - O que entende por desigualdade social?	Interpretação - indicadores - categorias
Maria	"Desigualdade na distribuição de renda, diferenças de oportunidades de trabalho para todos (ou ao menos para quem tem vontade) escolas melhores para pessoas mais ricas, melhor segurança para quem pode pagar."	<p>a) Concebe a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda – econômica.</p> <p>b) Diferença em relação a oportunidades de trabalho – quem não trabalha é porque não tem vontade.</p> <p>c) Percebe a desigualdade a partir de diferença nos direitos - acesso a educação.</p> <p>d) Entende segurança como algo material que pode ser assegurada em função da renda.</p>
Lucas	"Existem várias, salário defasado, pobreza recursos e alimentação."	<p>a) Concebe a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda – econômica.</p> <p>b) Diferença em relação a oportunidades de trabalho.</p> <p>c) Percebe a desigualdade a partir de diferença nos direitos.</p>
João	"Poucos ganhando muito e muitos ganhando pouco."	a) Concebe a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda – econômica.
Pedro	"Entendo por classes, ou seja, classe pobre, média, e classe rica, mais favorecida, no Brasil a desigualdade social é enorme."	a) Concebe a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda – econômica.
Gabriel	"Trabalho - cor da pele - estado aonde nasce - influencia de poderosos."	<p>b) Diferença em relação a oportunidades de trabalho.</p> <p>e) Identifica a questão racial como uma dimensão da desigualdade.</p> <p>f) Concebe as questões regional-geográficas como dimensão da desigualdade.</p> <p>g) Concebe a questão política como dimensão da desigualdade.</p>
Ana	"Entendo por desigualdade social a divisão da sociedade, uns com tanto, outros com pouco, isto afeta as famílias de baixa renda, e destruição de muitos lares, fazendo com que tendam a furtar, matar e muito mais."	<p>a) Concebe a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda – econômica.</p> <p>h) Associa a produção de violência somente a classes de baixa renda.</p>
Miguel	"Desigualdade social é o dinheiro do governo e o dinheiro pago para os trabalhadores de forma desigual, fazendo que muitos tenham poucas oportunidades e poucos tenham muitas oportunidades."	<p>a) Concebe a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda – econômica.</p> <p>b) Diferença em relação a oportunidades de trabalho.</p> <p>g) Concebe a questão política como dimensão da desigualdade.</p>
Davi	"Pela ótica econômica, vejo que a desigualdade social se resume em muitos com pouco e poucos com muito. Hoje a distribuição de renda é feita de forma inadequada, ao passo de injusta, sendo que enquanto a maior parte do dinheiro fica com a minoria, a maioria sofre com a divisão salarial. A questão pode ser expandida para a escassez de ações culturais, projetos esportivos, saúde, segurança, habitação e o primordial, educação."	<p>a) Concebe a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda – econômica.</p> <p>b) Diferença em relação a oportunidades de trabalho.</p> <p>g) Concebe a questão política como dimensão da desigualdade.</p> <p>c) Percebe a desigualdade a partir de diferença nos direitos a: cultura, esporte, saúde segurança, habitação e educação.</p>
Matheus	"É um desrespeito a forma constituinte do novo Estado Democrático. Interpreto-a de duas maneiras. A principal seriam as diferenças existentes na coletividade, mas podemos tratar a desigualdade social como forma de se valer à igualdade. Desta forma, levo em consideração o entendimento que "devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente aos desiguais."	<p>g) Concebe a questão política como dimensão da desigualdade.</p> <p>i) Concebe dimensão do coletivo como fator de impacto na desigualdade, conforme os posicionamentos que se tomam.</p> <p>c) Percebe a desigualdade a partir de diferença nos direitos.</p>
Julia	"Diferenças visíveis entre as pessoas, principalmente no quesito dinheiro."	a) Concebe a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda – econômica.

Para seguirmos adiante com nossas considerações, reflexões e apontamentos acerca das informações, precisamos então empreender um caminho de entendimento do que seja para os participantes, a desigualdade social.

O quadro abaixo demonstra os indicadores e categorias apontadas pela lógica configuracional resultante da imersão nas informações prestadas pelos participantes, veja a seguir:

Quadro 19 - Expressa os indicadores e as categorias resultantes sobre desigualdade social

INDICADORES	CATEGORIAS
a) Diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda	Econômica
b) Diferença em relação a oportunidades de trabalho	Trabalho
c) Desigualdade a partir de diferença nos direitos ao acesso à cultura, esporte, saúde segurança, habitação e educação.	Oportunidades
d) Entende segurança material que pode ser assegurada em função da renda	Segurança
e) Questão racial e de gênero como uma dimensão da desigualdade	Raça e Gênero
f) Questões regional-geográficas como dimensão da desigualdade	Regionalidade
g) Questão política como dimensão da desigualdade.	Política
h) A produção de violência somente associada as classes de baixa renda.	Violência
i) Concebe dimensão do coletivo como fator de impacto na desigualdade - escolhas	Coletivo

Como fatores geradores de desigualdade social, destacamos do quadro 18 acima o indicador “a” em que 90% dos participantes apontam a diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda, ou seja, as diferenças econômicas como o principal causa de desigualdade social. As diferenças em relação às oportunidades de trabalho apareceram como o segundo maior indicador “b” de desigualdade, foi apontado por 50% dos participantes. A diferença em relação aos direitos foi o terceiro maior indicador “c” apontado como fator de contribuição para a desigualdade social, por 40% dos participantes. A questão política como dimensão da desigualdade social apareceu como indicador “g” em

40% das respostas. A seguir tecemos breves olhares para as 3 principais categorias apresentadas: **a)** Diferenciação entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda - **Econômica**, **b)** Diferença em relação a oportunidades de trabalho – **Trabalho** e **c)** Diferença nos direitos a acesso à cultura, esporte, saúde segurança, habitação e educação - **Oportunidades**.

a) Diferenças entre pobreza e riqueza relacionada à questão de renda - ECONÔMICA .

No movimento dialético de pensar essas questões na modernidade, Konder (1993) oferece uma possibilidade ao lembrar que o materialismo histórico de Marx e Engels é constatativo e não normativo, ou seja, isso não significa que a economia seja o sujeito da história, que ela vai dominar eternamente os movimentos do sujeito humano. Ao contrário: a dialética aponta na direção de uma libertação mais efetiva do ser humano em relação ao cerceamento de condições econômicas ainda desumanas.

Assim deve ser se não como poderíamos discutir a questão da pobreza. A ideologia, dentro de um campo de disputa política, abarca a integração de determinados aspectos simbólicos e emocionais, responsáveis pela elaboração e comunicação de um sentido psicológico que exerce impacto na forma como as pessoas se percebem e ao mundo (González Rey, 2003). Neste sentido, a noção de culpabilização do pobre pode contribuir para a aparição e para o desenvolvimento de comportamentos cristalizados e despersonalizados, pela difusão de uma falsa crença que o próprio sujeito internaliza e reconhece em si mesmo a sua incapacidade de agir sobre o mundo.

b) As diferenças em relação a oportunidades de trabalho – TRABALHO

A discussão que se empreende aqui tem por pano de fundo a questões relacionadas ao capital - tratadas por Antunes (2005) - que a um só passo, estabelece padrões extremamente rígidos de comportamento para o consumo e excluí a imensa maioria da possibilidade de atingi-los. A infinidade de vivências possíveis fora, ou entre as aberturas, dos padrões morais e materiais burgueses, são relegadas à marginalidade e, por vezes, reprimidas e silenciadas ou negadas como maneiras legítimas de objetivação social.

A busca por soluções tem a semelhança de um rio represado que busca alternativas para continuar em frente. O mercado de trabalho igualmente. Haja vista a expansão do chamado terceiro setor, que é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, que se faz presente num cenário de desemprego estrutural. Este modo de atividade social, movida por valores não-mercantis, tem tido certo desenvolvimento, por meio de trabalhos realizados, por meio das ONGs e outros organismos ou associações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente restrita para equilibrar o desemprego estrutural, não se constituindo, no entendimento de Antunes (2005) numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista (p.146-7).

A constatação anterior de que os participantes que se identificaram como “estudantes” e “do lar”, possuem renda é um indicativo desse tipo mercado informal de trabalho.

c) Diferença nos direitos a acesso à cultura, esporte, saúde segurança, habitação e educação - **Oportunidades**.

Discutir a desigualdade social a partir da perspectiva dos direitos a oportunidades faz sentido para essa pesquisa, considerando-se Estêvão (2001) que diz que de certo modo, a Justiça é um outro nome da Educação, ainda que freqüentemente, ela apareça no campo educativo de um modo encoberto, mediada por outros princípios. O autor entende a escola como um mundo composto de vários mundos - mercantil, doméstico, etc. - aonde convivem várias: lógicas, racionalidades e gramáticas de justiça, que contribuem para explicar o seu funcionamento e a organização da sua ação coletiva. De acordo com esta compreensão da escola, os compromissos com a construção da autonomia, com a organização e o governo democrática, com a experiência escolar de justiça, os alunos não podem dissociar-se da luta mais ampla por uma verdadeira ética da justiça na Educação.

A este respeito convém destacar Young (1990, segundo Estêvão, 2004) que faz uma crítica ao paradigma redistributivo de justiça não somente por se apresentar como uma distribuição igual de direitos, como se fossem simples bens materiais que se possuem e se distribuem; não obstante por conferirem uma norma igualitária que obriga a diferença a tornar-se uniformidade. O paradigma distributivo de justiça tende a impor uma falsa identidade sob uma norma igualitária, o que tende a silenciar as identidades individuais. Então, a noção universalista de justiça e dos direitos acaba frequentemente *por esquecer a (in)justiça cultural e questões tão concretas como a "soberania" da mulher ou os direitos dos homossexuais e das pessoas de cor, por exemplo*. Autores, como Rubio Carracedo (2000) defendem, na questão dos direitos, uma posição intercambiável com uma cidadania complexa que integra não só uma política de direitos fundamentais, entretanto também uma política

de direitos diferenciais de todos não incompatíveis com aqueles. Para, além disso, haverá que defender uma política multicultural que permita um verdadeiro debate, livre e equitativo, em condições mínimas de igualdade (Estêvão, 2004, p.3 e Fecchio, 2009).

Para Estêvão (2004) a educação deve ser pensada de modo a contribuir para que a cidadania democrática, exigida pelos direitos humanos, não se feche em termos particulares, mas que ao contrario prepare o caminho para um *estatuto de cidadão do mundo*. Neste contexto, cabe à educação contribuir para a edificação de uma plataforma igualitária que respeite os direitos humanos e em torno dos quais seja possível conseguir acordo.

Lebret (1959, segundo Guzzo e Lacerda, 2007) afirma que se quisermos fugir à barbárie, devemos procurar uma renovação da cultura, da base à cúpula, da pequena comunidade ao plano mundial. Posto que para tanto se conceba que haja envolvimento das pessoas com as diferenças culturais e políticas que estão presentes nas dinâmicas do cotidiano. Libertação para Lebret é o único caminho possível, um movimento que demanda diferentes ações. Todas tendo em comum:

a passagem de uma condição menos humana para uma mais humana, a cooperação fraterna e o engajamento pleno e rigoroso de todos os homens no plano do coletivo, respeitando as diferenças e estreitando a unidade da humanidade. Esta, para o autor, é uma opção pelo homem - para que o homem se torne plenamente o que deve ser, precisa optar pela generosidade e, para tornar-se livre, é preciso saber comprometer-se. Uma sociedade marcada por laços de solidariedade cada vez mais complexos e fortes exige esforço e tempo. Por isso, a importância de uma educação que exercite mais conscientemente a liberdade e proponha mais intensamente o progresso coletivo. (p.233)

Surge uma questão inquietante sobre a qual é preciso propor que se ilumine com algum conhecimento: as transformações acontecem primeiro no sujeito ou sua atitude de solidariedade expressa por ações no coletivo o transforma a partir da ação?

Freire (2000) contribui com alguma possibilidade de alternativa para um progresso coletivo. A recusa a um discurso fatalista. Nas palavras dele:

Mas, se recuso, de um lado, o discurso fatalista, imobilizador da história, recuso, por outro lado, o discurso não menos alienado do voluntarismo histórico, segundo o qual a mudança virá porque está dito que virá. No fundo, são ambos estes discursos negadores da contradição dialética que cada sujeito experimenta em si mesmo, de, sabendo-se objeto da história, tornar-se igualmente seu sujeito. (p.20)

Ser sujeito da história é ser, portanto, sujeito de si mesmo e conseqüentemente agente de transformação social.

4.j - Transforma-me, ou devoro-te!³⁵

Tabela 10 - Frequência e percentagem: Pertencem a algum partido político

16 - Partido Político	Participantes	%
<i>Não Pertencem</i>	7	70
<i>Quer se Afiliar</i>	Matheus - Pretendo afiliar-me.	10
<i>Pertence</i>	Davi - Partido dos Cafeicultores* Julia - Partido dos Algodoeiros*	20
Total	10	100

* Nomes fictícios objetivando preservar a identidade dos participantes.

Maria, Lucas, João, Pedro, Gabriel, Ana, Miguel, informaram que não atuam em movimento estudantil. Davi faz parte do Partido dos Cafeicultores, Julia faz parte do Partido dos Algodoeiros e Matheus embora não seja afiliado a nenhum partido, manifestou o interesse em se afiliar em breve.

Como se processam então nos indivíduos o desejo por fazer parte de um movimento político? O que se busca é oferecer algo de si, ou que se pretende é conseguir algo para si? Essas são só algumas perguntas que tornam instigante a nossa tarefa de pensar uma possibilidade de real intervenção em se produzir talvez soluções para a desigualdade social. Mas todo e qualquer embate não é feito de maneira solitária.

Konder (1993) sobre as lutas para se transformar a sociedade, lembra que mesmo os sujeitos mais dispostos na luta pela transformação da sociedade se equivocam, com frequência, quando falta coesão à unidade deles. “A falta de coesão diminui, para eles, as possibilidades de fazerem história de modo consciente. Diminui as possibilidades de se organizarem e de se reconhecerem na ação da comunidade organizada a que se integraram” (p.71).

³⁵ Esse tópico tem um sentido de advertência que no entendimento desse pesquisador seria a maior de todas as máximas possíveis de serem expressa pela “sociedade”, um organismo vivo, que pudesse produzir fala verbal.

O mesmo autor ainda continua dizendo que o sujeito isolado, normalmente, não pode fazer história: suas forças são muito limitadas, desse modo, o problema da organização acaba sendo um dínamo capaz de levá-lo a multiplicar suas energias e ganhar eficácia. Eis segundo o autor a gênese decisiva para todo revolucionário. É preciso que a organização não se, torne opaca para o indivíduo, que ele não se sinta perdido dentro dela, se não, o indivíduo fica impossibilitado de atuar revolucionariamente e se sente alienado na atividade coletiva. A organização deixa de ser o lugar onde suas forças se multiplicam e passa a ser um lugar onde elas são neutralizadas ou instrumentalizadas por outras forças, orientadas em função de outros objetivos (Konder, 1993, p.71).

Importante advertência faz Paulo Freire sobre saber reconhecer fraquezas. Assim podemos conceber uma forma de fortalecimento para os combates necessários à transformação de uma sociedade. Ninguém suplanta a fraqueza sem reconhecê-la.

É que a debilidade de nossa vontade revela a força do vício que nos domina. Mas há uma forma vencida de reconhecer a fragilidade: proclamar a invencibilidade da própria fraqueza. É ficar cada vez mais submisso ao poder que nos esmaga, o que afoga em nós a possibilidade da reação e da luta. É por isso que uma das condições para a continuidade da briga contra o poder que nos domina é reconhecer-nos *perdendo* a luta, mas não *vencidos*. (Freire, 2000, p.23).

Considera-se que não seja algo fácil de ser executado. “Se exercer a vontade na luta contra o que nos ameaça e oprime fosse coisa que se fizesse sem pertinaz trabalho e sem notável sacrifício, a luta contra qualquer tipo de opressão seria bem mais simples” (p.23).

4.k. Alguns apontamentos sobre os contrastes percebidos nos participantes

Konder (1993) destaca as conexões íntimas que existem entre realidades distintas que criam unidades contraditórias. O autor diz que:

Em tais unidades, a contradição é essencial: não é um mero defeito do raciocínio. Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar. (p.47)

Observe o quadro abaixo, em relação à pergunta sobre o que gostam de fazer na vida?

Quadro 20 - Expressa as respostas a questão sobre o que os participantes mais gostam de fazer na vida

Participante	17. O que mais gosta de fazer na vida?
Maria	Ler, Conversar, Dormir, cuidar das plantas, e dos meus cães
Lucas	Terminar meus estudos, ser um advogado conceituado, ter meus pais vivos até lá
João	Viajar com minha família
Pedro	Trabalhar , estudar, ler, quando não estou andando de moto
Gabriel	Viajar – praias – cavalgar – sexo
Ana	No momento não gosto da minha vida
Miguel	Curti a vida dormindo saindo com os amigos e trabalhando
Davi	Realizar metas pessoais pré-estabelecidas seja através do estudo, da participação ativa em seguimentos da sociedade (leia-se movimento estudantil, atividades culturais/sociais) e da pratica de um lazer saudável.
Matheus	Buscar respostas para as dúvidas que me surgem. Uma sensação que realmente me incomoda é de deparar com uma situação e não ter meios para supri-la.
Julia	Estar em boa companhia, ler bons livros, ouvir boa música.

A grande maioria das respostas foi de conteúdos objetivos relativos a lazer, como as respostas de: Maria, João, Gabriel e Julia, respostas destacadas em verde no quadro. O trabalho apareceu como o que mais se gosta de fazer nas respostas de: Lucas, Pedro e Miguel, destacadas em azul. Que tipo de relação eles estabelecem com o trabalho? Um aprofundamento do instrumento talvez possa produzir um entendimento sobre essa questão em futuros trabalhos.

No quadro acima onde os participantes respondem sobre o que mais gostam de fazer na vida, destacamos a resposta de Ana que foi taxativa em dizer que não gosta da própria vida, destacada em vermelho. Após o término do GP em que aconteceu o preenchimento do IBI-02, que continha a referida questão, Ana procurou o pesquisador para justificar seu pessimismo no atual momento de vida. O conteúdo de sua fala sobre seus motivos foi omitido do protocolo de registro do 2º encontro, se justificando essa omissão em virtude de ter feito sua fala em momento posterior ao encerramento do referido encontro, de modo reservado e em particular ao pesquisador; bem como para preservar seu anonimato e seu direito a privacidade.

Ainda sobre a questão do que gosta de fazer na vida Davi o único participante que expressa satisfação em pertencer a um movimento social: o estudantil, resposta destacada em laranja.

O quadro a seguir expressa os meios pelos quais os participantes se utilizam para poderem se manter atualizados sobre o que acontece na vida. Na sua imensa maioria os meios mais utilizados são: televisão, internet e jornais, acompanhe a seguir:

Quadro 21 - Expressa as respostas a questão sobre: Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida?

Participante	18 Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida?
Maria	Jornais, TV, internet.
Lucas	Internet, E-mails, Jornais.
João	Internet
Pedro	Internet, TV, Jornais.
Gabriel	TV, internet, Jornais, Revistas.
Ana	Na minha própria vida
Miguel	Jornal e televisão
Davi	Portais de notícias na web, jornais, revistas, periódicos, twitter e redes de relacionamento
Matheus	Televisão, internet, jornal entre outros.
Julia	TV, Internet, Jornais, Revistas.

Do quadro acima onde os participantes respondem sobre Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida? destacamos a resposta de Davi que de todos os participantes, foi o único que apontou as novas redes sócias de relacionamento como um meio de se manter atualizado.

Quadro 22 - Expressa as respostas a questão sobre: Quais são suas maiores preocupações?

Participante	19. Quais são suas maiores preocupações?
Maria	Com o futuro dos meus filhos, com a segurança do meu trabalho.
Lucas	A morte dos meus entes queridos.
João	Educação e saúde de meus familiares e minha também.
Pedro	Aquecimento Global, aumento salarial.
Gabriel	Ficar doente e pobre.
Ana	Os meus filhos, eu quero que eles sejam felizes.
Miguel	Com o aquecimento global, e a violência na qual se encontra o mundo.
Davi	Na atualidade o monstruoso exame da OAB.
Matheus	A principio é na incerteza se esta deveria ser a maior preocupação, é ser aprovado pelo entendimento majoritário dos julgadores ao qual tem que me submeter para investir no cargo que almejo.
Julia	Família e futuro profissional

No quadro acima se destacam as maiores preocupações dos participantes. A maioria delas se caracteriza, por expressarem preocupações individuais, como Davi e Matheus, destacadas em verde, que se preocupam com o exame da OAB, quando concluírem a formação, contudo, Pedro e Miguel expressam a preocupação com algo da ordem do coletivo: o aquecimento global, destacadas em vermelho. Qual seria a motivação da referida preocupação? Essa preocupação se expressa de algum modo efetivo em ações concretas?

Poder-se-ia pensar numa relação produtora de concretude para um modo de ser que vá além de si e que compreenda uma realização pelo coletivo, talvez correndo riscos. Freire (2000) expressa eficientemente essa relação possível com correr riscos:

Posso não saber agora que riscos corro, mas sei que, como *presença* no mundo, corro risco. É que o risco é um ingrediente necessário à mobilidade sem a qual não há cultura nem história. Daí a importância de uma educação que, em lugar de procurar negar o risco, estimule mulheres e homens a assumi-lo. É assumindo o risco, sua inevitabilidade, que me preparo ou me torno apto a assumir este risco que me desafia agora e a que devo responder. É fundamental que eu saiba não haver existência humana sem risco, de maior ou de menor perigo. Enquanto objetividade o risco implica a subjetividade de quem o corre. (p.16).

O educador nos diz que, primeiramente, devemos saber que se existimos; existir por si só já é correr risco; e que, portanto, devemos com clareza conhecer e reconhecer o risco que corremos ou que podemos correr para podermos ser eficazes na relação com eles.

Assim, é preciso que a vida humana seja considerada levando-se em conta sua sociedade e sua história, para que se possam tirar as conclusões práticas necessárias. O desenvolvimento de ações transformadoras, tanto no plano pessoal quanto coletivo, está indissociavelmente ligado à análise da realidade em sua totalidade concreta.

Nos quadros a seguir aparece o que participantes gostariam de mudar nas próprias vidas (Quadro 20) e Como definem suas condições de vida (Quadro 22). A visualização de ambos permite uma análise mais acurada. Acompanhe:

Quadro 23 - Expressa as respostas a questão sobre:
O que gostaria de mudar em sua vida?

Participante	20 – O que gostaria de mudar em sua vida?
Maria	Gostaria que minha filha fosse mais independente e que tivesse mais atitude
Lucas	Não dizer tudo o que eu penso, ser calmo e não ansioso.
João	Ter mais tempo p/ minha família
Pedro	Assim que me formar gostaria de me mudar de cidade, mudando de cidade estarei mudando de vida.
Gabriel	Ser mais paciente
Ana	Tudo, mas só na minha vida pessoal.
Miguel	Nada, nos dias de hoje.
Davi	Quem dera pudéssemos voltar no tempo com toda bagagem cultural que adquirimos com a idade e todas nossas vivências, poderia mudar muita coisa.
Matheus	Graças a Deus não tenho do que me queixar, tudo e todos que converso são pessoas que significam muito a mim. Pretendo prosperar, penso que é normal ter grandes pretensões e espero poder contribuir com o pouco que sei para com a coletividade. Mas dos valores que acredito não abro mão.
Julia	Gostaria de ter minha estabilidade financeira

Quadro 25 - Expressa as respostas à questão sobre: Como define suas condições de vida?

Participante	22 Como definem suas condições de vida?
Maria	Financeiramente razoável, Emocionalmente boa Profissionalmente estressada e sobrecarregada
Lucas	Média, com alto e baixo.
João	Muito boas
Pedro	Atualmente ruim, mas tenho fé que vai mudar.
Gabriel	Ótima
Ana	No financeiro esta tudo bem, mas no emocional, é só decepção.
Miguel	Minha condição de vida é muito boa, sou filho único e nunca passei qualquer necessidade ou dificuldade na vida.
Davi	Estou satisfeito, porém, me preparando e me empenhando ao máximo para progredir cada vez mais, tanto em caráter pessoal, como profissional. Quem sabe somar o primeiro milhão aos 30 anos? (risos)
Matheus	As melhores. Tenho uma família presente, amigos fantásticos e também a oportunidade de estudar. Acredito ter uma situação privilegiada e gostaria muito que todos tivessem.
Julia	Boa.

Os participantes se expressam predominantemente de dois modos: os satisfeitos que poucos querem mudar algo, e os insatisfeitos, que gostariam de transformar alguma coisa em si mesmos, ou em algo que os incomoda. De todos apenas Matheus exibe uma intenção de “contribuir para a coletividade”. Contribuir para a coletividade, seria uma outra maneira de se pensar caminhos para a mudança social, conseqüentemente, assumindo-se uma perspectiva materialista da realidade, originada numa atividade diária e produtiva. Ou como diria Freire (2000):

na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de entender, de decidir, de escolher, de valorar, de, finalmente, *eticizar* o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente *sonhos* por cuja realização nos batemos. Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão, não seja uma presença neutra. [...] Se a minha não é uma presença neutra na história, devo assumir tão criticamente quanto possível sua politicidade. Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes (p.17).

Destaca-se que 50% dos participantes quando perguntados sobre o que esperam sobre o futuro, expressaram uma preocupação com o futuro profissional. Cumpre-se destacar que ao se percorrer as repostas dos participantes percebe-se que não contém projetos pessoais individuais, tão pouco concebem ações coletivas que poderiam contribuir para a redução das desigualdades sociais. No quando abaixo destacou-se em vermelho as falas que exprimem a preocupação com a questão profissional:

Quadro 24 - Expressa as respostas a questão sobre: O que espera para o futuro?

Participante	21. O que espera para o futuro?
Maria	Trabalhar menos, Estabilidade financeira e emocional, Poder curtir mais a vida
Lucas	Paz, e boa vida profissional .
João	Qualidade de vida
Pedro	Advogar em direito (profissional)
Gabriel	Nada de bom
Ana	Espero ter feito uma boa escolha para meu futuro profissional
Miguel	Uma melhoria no poder público onde todos tenham educação, saúde, segurança e saneamento descente
Davi	Realização pessoal e profissional . Poder parar por um instante e notar que pude fazer a diferença no que me propus.
Matheus	Ao pensar que tenho que entregar este questionário já me deparo com o futuro. Acredito que ele já está acontecendo e que não é prudente pensar muito em frente sem fortalecermos nossas idéias.
Julia	Ser bem sucedida profissionalmente .

A discussão a ser empreendida aqui parece ser como afirma Ricardo Antunes que se em alguma medida permanece tendo o trabalho sua centralidade, por outra, no capitalismo ele acorrenta os trabalhadores. Isso por que:

Referindo se a exteriorização do trabalhador em relação ao seu trabalho Marx afirma: O trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *Physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. (...) O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação (Antunes, 2005, p.139).

O autor segue dizendo que é esse trabalho, estranhado, exteriorizado e que infelicitiza os trabalhadores, que deve ser recusado. Necessitando-se desse modo se pensar o trabalho, dotado de autonomia e autocontrole. Um trabalho que tem como objetivo a produção dos valores de uso sendo, dessa forma, ajustado pelo tempo indispensável. Ao contrário do trabalho regulado pelo tempo excedente voltado para a acumulação privada do trabalho social, como conclui Antunes (2005). Ou ainda exatamente porque o movimento da história é marcado por superações

dialéticas, em todas as grandes mudanças há uma negação, todavia ao mesmo tempo uma preservação daquilo que tinha sido estabelecido antes. Mudança e permanência são categorias reflexivas, isto é, uma não pode ser pensada sem a outra.

Konder (1993) sobre a mesma dita mudança, diz que assim como não podemos ter uma visão correta de nenhum aspecto estável da realidade humana se não soubermos situá-lo dentro do processo geral de transformação a que ele pertence, também não podemos avaliar nenhuma mudança concreta se não a reconhecermos como mudança de um ser (pp.51-52).

Antunes (2005) nos faz ver que esse quadro configura uma nova morfologia do trabalho:

[...] além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural e de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, part-time, exercendo trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo (p.143).

Todavia, contrariamente à tendência acima apontada, outra muito significativa e que se diferencia pela ampliação do novo proletariado e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. Com a desestruturação crescente do Welfare State³⁶ nos países do Norte e aumento da desregulamentação do trabalho nos países do Sul, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural.

Por que então essa preocupação com o trabalho então? Olhar para as relações de trabalho é um modo de as pessoas se perceberem no mundo? Freire (2000) pensa que sim:

³⁶ Segundo Gomes (2006) a definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa "harmonia" entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente.

A consciência do mundo, que viabiliza a consciência de mim, inviabiliza a imutabilidade do mundo. A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo mas *com* o mundo e *com* os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar. É neste sentido que mulheres e homens interferem no mundo enquanto os outros animais apenas *mexem* nele. (p.20)

É por isso que não apenas temos história, mas fazemos à história que igualmente nos faz e que nos torna, portanto históricos. O capital está absolutamente inseparável deste imperativo histórico.

Segundo Mézáros (2009) a competição, que leva à expansão, ao consumo e ao progresso, torna-se aliada da concentração de renda e da exploração, ampliando desta forma a desigualdade social e estabelecendo as bases para que condições de vida em níveis de desigualdade, impossibilitando direitos iguais. Nas palavras dele a barbárie, traduzida por um estado social que se estrutura pela lógica da dominação do mais fraco pelo mais forte. Qual é o papel que se deve ocupar enquanto profissionais frente a essa realidade da desigualdade social? Ou uma pergunta mais bem formula seria talvez: Qual nosso papel enquanto seres humanos para a melhoria de oportunidades mais igualitárias a todos numa sociedade?

As questões ficam postas para uma reflexão!

4.I. Espelho, espelho meu! O que devo mudar eu?

4.I.1 Mudar a Sociedade? Uma quimera³⁷ possível?

O quadro a seguir expressa as respostas dos participantes à pergunta: que mudanças você deseja que aconteçam na sociedade? Percebe-se a expressão de um desejo fixado sempre para além das ações pessoais, como se a sociedade fosse algo que não os compreendesse dentro de um todo que inclui mudanças a partir deles próprios. Matheus de todos os participantes é o único que expressa referência a si próprio, fazendo uma auto-crítica sobre seu desempenho em sociedade. Resposta destacada em vermelho. Contudo isso não significa que outros participantes não tenham essa auto-crítica.

Quadro 26 - Expressa as respostas à questão sobre: Que mudanças você deseja que aconteçam na sociedade?

Participante	23. Que mudanças você deseja que aconteçam na sociedade?
Maria	Melhoria dos padrões de ensino, Segurança nas cidades, Confiança entre as pessoas.
Lucas	Respeito e Amor ao próximo.
João	Melhores condições de saúde, educação, alimentação para os menos favorecidos.
Pedro	Que o povo aprenda a reivindicar seus direitos e também aprenda a votar.
Gabriel	Honestidade, Solidariedade, Humanidade.
Ana	Desejaria que as pessoas fossem mais amigas, verdadeiras, hoje há muita falsidade, aparências, a sociedade passa uma imagem do que não é.
Miguel	Que a sociedade seja menos desonesta e menos violenta.
Davi	A conquista da tão prolatada ³⁸ justiça social.
Matheus	É difícil apontarmos até porque não me tenho como exemplo. Temos pensamentos, situações e emoções diferentes. Não imagino uma sociedade que todos cheguem num consenso.
Julia	Que as desigualdades diminuam e que as pessoas obtenham mais cultura.

³⁷ Coisa resultante da imaginação = FABULAÇÃO, FANTASIA, ILUSÃO ≠ REALIDADE. Esperança irrealizável. = UTOPIA - [HTTP://WWW.PRIBERAM.PT/DLPO/DEFAULT.ASPX?PAL=PROLATADA](http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=PROLATADA)

³⁸ **Prolatar** - Proferir uma sentença/promulgar - [HTTP://WWW.PRIBERAM.PT/DLPO/DEFAULT.ASPX?PAL=PROLATADA](http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=PROLATADA)

A expressão das respostas a essa questão; que mudanças esperam que aconteçam na sociedade, evidencia uma visão de que não serão os políticos, ou pelo menos não apenas eles, os sujeitos das mudanças na sociedade, mas o povo também deve se movimentar. Nas palavras de Pedro, destacadas em verde: “que o povo aprenda a reivindicar seus direitos e também aprenda a votar”.

Freire (2000) lembra que não é possível pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto:

As puras ilusões são os sonhos falsos de quem, não importa que pleno ou plena e boas intenções, faz a proposta de quimeras que, por isso mesmo, não podem realizar-se. A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta. Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria uma ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra-sonhos. (p.26).

Ao pensamento do educador Paulo Freire se soma a constatação de Konder (1993) quando se refere à dialética como instrumento de argumentação. A dialética intranqüiliza os comodistas, assombra os preconceituosos, perturba sobremaneira os que tomam por critério da verdade somente o valor prático e se opõe ao intelectualismo. O autor adverte aqueles que assumem uma posição de compromisso com o modo de produção capitalista.

Parece oportuno então refletir que é necessário se ater às necessidades individuais e os mecanismos criados para se buscar alcançar projetos de vida. O psicólogo como profissional, deve se dispor a uma ação comunitária e coletiva, de modo que se conceba a personalidade como uma construção ideológica, o que faria compreender o crescimento psicológico relacionado com as motivações sociais.

Acreditamos que possa ser essa uma maneira de se produzir transformações, aliando os conhecimentos produzidos pela psicologia e o direito.

4.1.2 Mudar a si próprio? Uma quimera³⁹ desejável?

No quadro a seguir destacam-se as respostas ao questionamento sobre o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos?

Quadro 27 - Expressa as respostas à questão sobre: Em sua opinião, o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos?

Participante	24. Em sua opinião, o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos?
Maria	Comodismo, Vergonha ou timidez , Não querer ser mostrar diferente das outras pessoas em sociedade.
Lucas	Se não tivesse interesse de poucos a coisa iria mudar, pois ate hoje existem interesse de um só: dos colarinhos brancos.
João	Falta de esperança de que realmente mude alguma coisa.
Pedro	Ah! Nossa, falta democracia, o povo esta desanimado por ter muita corrupção, mas pra mudar isso, tem que aprender votar.
Gabriel	Principalmente os Brasileiros são totalmente individuais.
Ana	A falta de união.
Miguel	Em minha opinião, o que impede é a falta de vontade e o medo de sofrer qualquer tipo de ameaça ou represália a respeito dos direitos que são a favor de uns e contra outros.
Davi	Ao meu ver, uma questão primordial e que precisa de soluções rápidas, que é a falta de conhecimento dos direitos e garantias de cada cidadão.
Matheus	Comodismo, conformismo, falta de orientação talvez. Não sei dizer ao certo.
Julia	Falta de interesse e apoio governamental.

Os participantes atribuem atitudes fatalistas de modo geral ao “povo” ou aos sujeitos sociais ou entendem o individualismo / egoísmo como causa para impedir as pessoas de lutarem por uma melhoria de vida, as respostas de Maria, João, Miguel, Matheus e Julia, destacadas em verde, representam essa afirmação.

³⁹ Coisa resultante da imaginação = FABULAÇÃO, FANTASIA, ILUSÃO ≠ REALIDADE. Esperança irrealizável. = UTOPIA - [HTTP://WWW.PRIBERAM.PT/DLPO/DEFAULT.ASPX?PAL=PROLATADA](http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=PROLATADA)

Novamente cabe aqui lembrar de Freire (1980) que criou a ideia de conscientização. Ele considerava a conscientização como um compromisso histórico, em que necessariamente os homens deveriam assumir o papel de sujeitos que constroem e re-constroem o mundo, a sociedade. Contudo isso se dá segundo o autor por meio de uma escolha.

A escolha e a decisão, atos de sujeito, de que não podemos falar numa concepção mecanicista da história, de direita ou de esquerda, e sim na sua inteligência como tempo de possibilidade, necessariamente sublinham a importância da educação. Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável. Por isso, falo da educação ou da formação. Nunca do puro treinamento. Por isso, não só falo e defendo mas vivo uma prática educativa radical, estimuladora da curiosidade crítica, à procura sempre da ou das razões de ser dos fatos (Freire, 2000, p.27).

Em relação a possibilidade da educação ser realmente transformadora Mézáros (2008) defende que não nos aprisionemos a um fatalismo, antes defende um confronto e a alteração fundamental “de todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas”. As reformas educacionais essenciais, em sua proposta, necessitam ser profundas. Somente por meio de uma educação ampla podemos “alcançar o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, capaz de nos proporcionar instrumentos contrários à lógica mistificadora do capital”. (p. 48). Consequentemente necessita-se de uma intervenção consciente no processo histórico, orientado pela tarefa de ultrapassar a alienação através de um novo metabolismo reprodutivo social dos "produtores livremente associados" (p.60).

4.m. Para além da simples escrita, a busca do contraditório como constituinte!

4.m.1. Cutrale usa terras griladas em São Paulo.

Destaca-se a seguir quadro com os textos produzidos pelos participantes a partir dos IBI-03, Cutrale usa terras griladas em São Paulo (**Anexo E, p. 173**).

Quadro 28 - Expressa a produção textual dos participantes sobre o entendimento em relação ao texto da Cutrale

Participante	Cutralé usa terras griladas em São Paulo
Maria	"O texto aborda dois temas importantes: o movimento dos sem terra e a exploração da Cutrale em terras do Estado. Penso que a "ideologia" do movimento dos sem terra seja digna, a "causa" defendida por eles é muito importante. Seria muito bom se fosse assim: terras improdutivas sendo "doadas" para quem tem vontade de trabalhá-las. Porém, a coisa não funciona bem assim. <u>Os sem-terra é um movimento que agregou muita gente, e grande parte deles não tem vontade de plantar.</u> Conheço pessoalmente famílias que receberam terra do Governo e venderam-nas posteriormente. Gente que se endividou, utilizando do dinheiro que é repassado para os assentamentos, desapareceu e nunca mais voltou, nem para plantar, nem para pagar a dívida com o banco que repassou esse dinheiro. Simplesmente foi se agregar novamente ao movimento, agora com o bolso cheio, e buscar mais vantagens. <u>A idéia é bonita, mas a prática é outra.</u> Em relação à Cutrale, é errado plantar em terras do Governo, e ainda mais quem detém o monopólio na indústria do suco. Ela regula o preço da laranja que é paga para o pequeno produtor, massacrando-os com preços baixos e "amarrando-os" a essa escravidão, porque em seu contrato há cláusula que impede o produtor de vender a laranja para outros. Toda a laranja produzida é da Cutrale. Pode ter certeza, que tanto no caso dos sem-terra, quanto no caso da Cutrale, <u>"alguém ganha com isso", e ganha muito. Nesse país a corrupção vem de cima"</u>
Lucas	Bem, o assunto é muito importante, mas infelizmente MST não tem estrutura para cobrar o que está de errado, pois muito invade território dos outros e causa dele não são a mesma, está perdendo as origens, na verdade não tem que fazer reforma alguma das terras, pois os mesmo vende as terras para os outros, não produz nada se olha mais fundo para MST sempre são mesmo, quando ele ganha terra para produzir, ele não fica, sobre caso a Cutrale, <u>temos funcionário para isso não precisa de organização ou bando de criminoso, de quadrilha para mostra irregularidade, que precisa mesmo é cobra do nosso ministro STF e mandar prender todo eles, sem nenhuma preocupação e empresa que não está preocupada negócio e multar, tirar dinheiro deles assim farão que é certo.</u>
João	"O texto mostra muito bem que a justiça tardia torna-se injustiça. Grandes grupos se aproveitam de uma justiça morosa para obter lucro, mesmo as multas aplicadas são pequenas em relação ao ganho obtido. Quanto às famílias a serem assentadas o texto, por ser produzido pelo MST, omitiu informações importantes, pois tem-se conhecimento de partidos políticos envolvidos e famílias que pegam as terras e as revendem para também obter lucro. <u>Movimentos sociais, "podres" tendem a aumentar ainda mais a desigualdade social.</u> A região central do estado de São Paulo são onde encontram-se as terras mais caras do país. <u>O justo seria a União vende-las e compra 4 vezes mais terras em outra região e assentar assim não 400 mas 1600 famílias."</u>

Continua...

Participante	Cutrale usa terras griladas em São Paulo
Pedro	"Está claro que esta empresa praticou <u>esbulho</u> ⁴⁰ e usurpação de posse, temos que analisar também a relação política do proprietário dessa empresa, por esse fato estar ocorrendo há muito tempo pode ser que haja envolvimento político. Essa ação de reintegração terá que ser com urgência e pedido ao Ministério Público um Colegiado fora da comarca da área. Isso seria o que eu faria como advogado."
Gabriel	"Como já havia dito no texto anterior sobre desigualdade eis ai um fato bem verídico, que mostra que em pleno século XXI ainda existem os coronéis. Porque não falar que os diretores e proprietários destas grandes empresas mandam no governo e no Estado e todas as autoridades que existam, fazem o que bem entendem, enquanto nosso país não houver leis que realmente punam os poderosos isto vai continuar acontecendo, não só no campo mas em outras áreas, saúde, segurança, educação e por ai vai. Sendo assim não é de se admirar que o INCRA sendo um órgão público para fiscalizar não tem autoridade suficiente para punir esta empresa Cutrale produtora de sucos de laranja. "
Ana	" <u>Este tema discutido faz parte da desigualdade social que o país vive, como já mencionei uns com muito, outros com pouco. Também acho que a justiça demora muito para tomar decisões que favoreçam a classe baixa.</u> Se estas terras são da União porque então está nas mãos da Cutrale? Porque o governo juntamente com o poder público que é o representante do Estado fazem vistas grossas, porque cobram os impostos desta firma; com isso eles enchem os bolsos e os sem terras vão morar em lonas pretas. "
Miguel	"Infelizmente podemos perceber que no Brasil que sempre tem o poder de fazer ou ter alguma coisa, é dos mais ricos e poderosos. Acho muito justo o movimento de o MST lutar por um pedaço de terra, mais por outra forma acho contra entrarem na propriedade derrubando todos os pés de laranja sem sequer brigarem ou reivindicarem em de forma justa e honesta seria mais certo, pois como havia dito no Brasil o mundo é dos mais ricos e poderosos e não dos inteligentes ou dos honestos, por isso acho que o movimento deveria ter tomado posse das terras mas de forma passiva e não de forma que pudessem prejudicar ainda mais a ação deles."
Davi	" <i>O texto apresenta a problemática da ocupação ilegal de terras da união por parte de empresas produtoras de citrus, fato este denunciado pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e coloca em evidência a questão da reforma agrária em nosso país. Entendo que a distribuição de terras no Brasil é lenta e enfrenta barreiras, entre elas posso destacar a resistência de grandes proprietários rurais, dificuldades jurídicas (falta de acesso à justiça pelos menos favorecidos, morosidade do sistema jurídico brasileiro, leis benéficas para pequena parcela social), além do elevado custo de manutenção das famílias assentadas, pois essas famílias recebem lotes de terras necessitam de financiamentos com juros baixos para a compra de insumos e maquinário, além de gastos com infra-estrutura, entre outras questões. Eis a importância de um movimento social politicamente organizado, representando e levando a discussão nos principais fóruns de nossa sociedade.</i> "
Matheus	"A utilização do patrimônio da União pela empresa Cutrale deve acabar, respondendo esta por todas as irregularidades que cometera. Contudo penso que o manifesto do MST se empossando das terras não é a forma mais adequada de se valer os seus direitos. A falta das condições essenciais para sobrevivência do ser humano é de responsabilidade pública, e tomar para si um bem público é o mesmo que apropriar-se de seu próprio bem. O estado deve fornecer condições de reintegração destas pessoas fornecendo-as trabalho e moradia, e, na falta destas, devemos cobrar de uma forma em que sejam cumpridas, não se apoderar de um bem que tem sua finalidade pública. Que falta nos faz o respeito e a fiscalização. "

Continua...

⁴⁰ Tirar (a alguém) a posse de. - <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=esbulho>.

Participante	Cutrale usa terras griladas em São Paulo
Julia	"Entendo que, a ocupação das terras com o intuito de alertar as autoridades pelo uso irregular das mesmas é justa, uma vez que elas poderiam ser destinadas à reforma agrária e, desta forma, abrigar varias famílias. No entanto, não se justificam atos de selvageria e destruição de pés de laranja, levando ao desperdício alimento que poderia ter sido aproveitado de outra maneira."

Destacamos no quadro acima 3 principais elementos que consideramos necessários precisariam estar contidos numa análise responsável sobre a questão: a) impressões sobre o MST, destaques em verde, b) impressões sobre a Cutrale, destacadas em azul escuro, c) impressões sobre o papel do Estado/Governo Federal destacadas em vermelho. Cumpre-se destacar que não existia a priori um modo pré-concebido de como seria feita análise nos textos produzidos. Contudo após várias leituras identificou-se o uso de cores diversas como uma forma de tornar visíveis nos participantes o contraste de suas afirmações ou mesmo a ausência delas.

4.m.1.a. Impressões sobre o MST, destaques em verde.

De modo geral a leitura das expressões destacada em verde, na sua maioria, expressam uma visão favorável a criminalização do MST como um movimento social. A análise feita pelos participantes, contém uma carga de rejeição ao modo de atuação dita "violenta" do referido movimento, bem como destacam uma atitude individualizada em seus participantes, reprovável, a de que muitos participam do movimento com fins únicos de auferirem proveito próprio.

Sobre o movimento dos sem terra oferecemos uma visão em contraste a maioria dos nossos participantes. O educador Paulo Freire pouco antes de morrer em 1997 se dedicava ao tema. Seus últimos manuscritos foram reunidos e publicados postumamente em 2000, no livro - *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Destacamos a seguir alguns momentos que nos servem ao propósito de pensar de modo dialético a questão em relação aos movimentos sociais, especificamente o MST. Destaca-se o texto num único bloco grafado entre “aspas” e em itálico, como indicativo da não intervenção deste pesquisador. Mantendo-se o texto original para uma aproximação do pensamento de Freire (2000a, pp.28-29):

O Movimento dos Sem-Terra, tão ético e pedagógico quanto cheio de boniteza, não começou agora, nem há dez ou quinze, ou vinte anos. Suas raízes mais remotas se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente, na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que há quarenta anos foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo reacionário, colonial e perverso.

O importante, porém é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses das Ligas e os sem-terra de hoje todos em seu tempo, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como “façanha da liberdade”. No fundo, jamais se entregariam à falsidade ideológica da frase: “a realidade é assim mesmo, não adianta lutar”. Pelo contrário, apostaram na intervenção no mundo para retificá-lo e não apenas para mantê-lo mais ou menos como está.

[...] A eles e elas, sem-terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível. (p.28-9) Freire, (2000).

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-la sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, in-viabilizando o amor.

Estima-se que esse trecho transcrito possa contribuir para um maior entendimento de um movimento que tem sido alvo de tantas e inúmeras controvérsias. Acreditamos que uma análise dialética, comprometida com a construção de um entendimento concreto, necessite se compor do maior número possível de elementos que ampliem o olhar sobre o tema apresentado.

Sampaio Junior (2006)⁴¹ oferece em seu texto: Brasil: as esperanças não vingaram, uma reveladora visão do contexto sóciopolítico em que se deram muitos dos movimentos sociais em nosso país nas últimas décadas. O autor nos faz ver que num contexto histórico marcado pela ofensiva do capital internacional sobre a economia nacional e pela necessidade da burguesia brasileira aumentar sua capacidade de manipular as condições sociais internas; houve um ataque aos direitos dos trabalhadores, uma subordinação das políticas sociais à lógica do ajuste fiscal permanente, aliado a criminalização dos movimentos sociais, o que provoca um recrudescimento no movimento de massas, colocando os trabalhadores brasileiros na defensiva.

Sampaio Junior (2006) faz um elogio as forças comprometidas com a defesa dos interesses populares que reagiram à nova situação de maneira diferenciada, contudo, o novo espaço de articulação das organizações sociais não conseguiu unificar as ações das organizações sociais nem garantir a autonomia do movimento social.

⁴¹ Brasil: as esperanças não vingaram. In: OSAL, Observatório Social de América Latina, 5(18). CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina.

4.m.1.b. Impressões sobre a Cutrale, destacadas em azul escuro.

De modo geral a leitura das expressões destacada em Azul Escuro, na sua maioria, expressam uma visão em desacordo com o uso de terras da União, por parte de uma empresa privada, e as expressões demonstram claramente também um desacordo com o uso da violência, como estratégia para alcançarem visibilidades para a causa do MST.

Para pensáramos a questão Freire (2000) afirma que nossa “opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação” não temos outra alternativa, precisamos viver de modo pleno a nossa opção. Contudo, ainda que esse caminho deva ser o de diminuir a distância entre o que se fez anteriormente e o que se pretende fazer.

Fica expresso pelos participantes que as desigualdades devem ser combatidas, entretanto, não se pode concluir favoravelmente por qualquer meio que se adote nesse combate. A barbárie, como aponta Mészáros (2009) traduz-se em um estado social que se estrutura pela lógica da dominação do mais fraco pelo mais forte. O autor afirma que o capital está absolutamente inseparável deste imperativo. Segundo o autor, a competição, que leva à expansão, ao consumo e ao progresso, torna-se aliada da concentração de renda e da exploração, ampliando desta forma a desigualdade social e estabelecendo as bases para que condições de vida em níveis de desigualdade, impossibilitem direitos iguais. Todavia não se justifica se nos transformarmos em bárbaros para combater a barbárie.

O mesmo se aplica a qualquer análise que se pretenda isenta. No caso do texto da Cutrale o que se destaca é que os operadores do direito se atém mais ao fato da violência cometida pelos integrantes do movimento, que pela ocupação prolongada por um industria privada de uma terra que se deveria destinar ao uso público coletivo.

4.m.1.c. Impressões sobre o papel do Estado/Governo Federal, destacadas em vermelho.

Destaca-se de nossos participantes uma percepção de ausência por parte do Estado Brasileiro na questão da Crutale, mas essa análise é apenas feita de modo superficial uma vez que contém em seu cerne conforme a análise que empreendemos no item anterior um conteúdo parcial, que se reveste muito mais da indignação com a violência dos movimentos sociais; quer por uma análise real que identifique em nossa sociedade um Estado, que funciona ou autua, como um instrumento de dominação de uma classe social sobre outra, manifestando no dia-a-dia, um conjunto de políticas, que não solucionam os conflitos sociais. Feffermann (2008) esclarece que a ausência do estado que muitas vezes se percebe, é uma ausência enganosa. A autora afirma que no mínimo o Estado se faz presente, por meio da segurança pública, ainda que haja de modo arbitrário.

Igualmente arbitrária parece ser a consciência dos participantes parecem demonstrar em relação aos seus direitos fundamentais, e a sua situação de vida, contudo, entendem principalmente o individualismo/egoísmo dos outros, como causa para impedir as pessoas de lutarem por uma melhoria de vida, o que fundamenta

não tomarem nenhuma atitude concreta de mudança ou de luta por seus direitos. Qual a responsabilidade de si próprios nas transformações que apontam serem de responsabilidades dos outros?

O estado, portanto, é visto como um lugar distante, das possibilidades de atuação deles próprios. Sobre as muitas discussões possibilidades que podemos empreender aqui Freire (1996) contribui com seu modo de pensar:

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível. (p.24).

O autor nos faz perceber que uma possibilidade concreta de atuação da psicologia é intervir nos modos como os sujeitos constituem seus modos de ser, e conseqüentemente produzem suas ações de luta, essa atuação devendo ser a conduta norteadora do psicólogo seja qual for a situação em que ele estiver inserido. Produzir um senso de luta no coletivo, eis o grande mote da psicologia. Como afirma Freire (2000b) essa luta exclusivamente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, “não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos” (p.16).

Contudo, pretender que os sujeitos possam atuar de um modo mais consistente em relação a compreensão de questões como a que trata o texto da Cutrale, em suas macro-relações, não é uma utopia distante. O participante Davi expressa em sua escrita uma capacidade bastante eloqüente em sua análise. Transcrevemos sua resposta na íntegra:

"O texto apresenta a problemática da ocupação ilegal de terras da união por parte de empresas produtoras de citrus, fato este denunciado pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e coloca em evidência a questão da reforma agrária em nosso país. Entendo que a distribuição de terras no Brasil é lenta e enfrenta barreiras, entre elas posso destacar a resistência de grandes proprietários rurais, dificuldades jurídicas (falta de acesso à justiça pelos menos favorecidos, morosidade do sistema jurídico brasileiro, leis benéficas para pequena parcela social), além do elevado custo de manutenção das famílias assentadas, pois essas famílias que recebem lotes de terras necessitam de financiamentos com juros baixos para a compra de insumos e maquinário; além de gastos com infraestrutura, entre outras questões. Eis a importância de um movimento social politicamente organizado, representando e levando a discussão nos principais fóruns de nossa sociedade."

González Rey (2009) ajuda a pensar as muitas complexidades das vivências subjetivas dos sujeitos, em relação a compreensão que podem produzir sobre tantas e intrincadas questões, ou sobre os muitos processos simbólicos que são produzidos nos cenários de sentido em que atuam esses sujeitos. O autor defende que o sentido subjetivo dessas ações se expressa, entre outros, na coerência e no ato contínuo que o sujeito percebe nas mesmas, e conseqüentemente entre elas e em sua condição individual. Segundo ele o sentido subjetivo das ações humanas define a identidade. Esse processo acontece por meio de rupturas que, contudo não rompem a identidade, o sujeito antes acrescenta um conhecimento somado ao que pode produzir de mudança. Esse processo se por familiaridade e não de estranheza.

4.m.2. Entrevista com FERRÉZ. A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento

Destaca-se a seguir um quadro com os textos produzidos pelos participantes a partir dos IBI-04 - Entrevista com FERRÉZ. A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento. Caros Amigos. Ano XIII, nº. 151. Outubro 2009, **(Anexo F, p. 174)**.

Quadro 29 - Expressa a produção textual dos participantes sobre o entendimento em relação ao texto de Ferréz

Participante	A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento.
Maria	<i>(Manifestou desconforto em produzir um texto sobre o tema, preferindo não fazê-lo⁴²).</i>
Lucas	"Penso, que não está mudando e os projetos sociais também muitos fica no papel, pois a comunidade não busca para melhora, sociedade não acredita na força do Estado, pois o estado deixou pessoa na mão. Quando aparece este tal PCC e outras organização eles acredita que irão mudar que forma e esta mais deixa de ver que o crime que eles comete não tem punição e os X-9 fica escondido pois organizações faz suas próprias leis, não existe manual ou escrito em algum poste, mas sabe o que é melhor para grupos e não faz, favela existe sim mas sempre serão favela pois os ricos são ricos cada dia mais, quando a organização vê que não tem tal punidade, eles faz o que bem querem não muda nada, hoje tal PCC e amanhã, qual será? Muitas práticas que leva o cidadão para mera e pouco faz para ajuizar mente dos culposos e os criminosos mais acreditamos que educação muda as pessoas mesmo que Mário Covas mostra a verdade crua que o professor não era importante para nosso."
João	"A entrevista mostra a revolta da população da periferia com a elite, e principalmente o modelo antigo da escola que não prepara as pessoas para a vida. Ele sugere mudanças no ensino, sugere também que a esperança de mudança levantada pelo PT cativou a periferia, mas quando o PT chegou no governo se descaracterizou e passou a servir também as elites pois o PT virou elite. Quanto o poder paralelo que ele nega, penso que suas respostas na verdade afirmam que existe sim."
Pedro	"Não só a periferia de São Paulo, mas todo o país pode explodir. A banalidade do crime, a revolta das desigualdades sociais, a banalização da violência, são um conjunto vários fatores que carecem de providências urgentes. Temos que rever os conceitos a começar pelo ensino público. As drogas e as armas não são fabricadas na periferia ou em São Paulo ou no Rio, estão entrando no estado descaradamente com a convivência de algumas pessoas, pessoas que estão no poder."
Gabriel	"Bom, todos estes fatos relatados por alguns participantes é a pura verdade porque eu vive isto fui criado dentro de uma favela no Bairro de Santana em 1960 e já naquela época já existia uma grande discriminação. Portanto é uma grande verdade que até mesmo eu em conversa com alguns amigos autoridades ou não comentei isto sobre um dia a periferia vai explodir principalmente agora com esse poder paralelo que é o PCC. Nossas autoridades sabem que isto vai acontecer mas nada fazem pois para eles esta cómodo por enquanto é bom, mas quando quiserem tomar algumas atitudes será tarde demais. Hoje tenho plena certeza eu um homem de 54 anos com um pouco de experiência de vida sei que dos meninos e jovens da periferia nada de bom pode se esperar a não ser a imigração para esse poder paralelo."
Ana	<i>"Sem comentários, o próprio Ferréz disse que mudou, mas deixou um enigma no ar."</i>
Miguel	"A entrevista na mais que quer expressar o modo e o jeito de viver dentro da favela, então como todos nós já sabemos a política não serve para nada no Brasil a não ser para deixar um rombo no caixa ou para roubar. Então podemos ver que o entrevistado fala da desigualdade social e como um morador de favela defende as pessoas e tudo que lá acontece mais ele não percebe o desacato que comete contra a segurança pública do estado de São Paulo principalmente com a Polícia Militar onde questiona o tipo de abordagem, mais muitas pessoas da favela é de índole ruim e onde o entrevistado cita que o crime organizado que estrutura a família então percebe-se que dentro dela se encontra muitos criminosos."

Continua...

⁴² Comentário do pesquisador.

Conclusão.

Davi	"De forma objetiva, observo os comentários do Sr. Ferréz, como relatos de centenas de milhares de moradores das favelas de grandes centros urbanos de nosso país. A tempos o Estado não sustenta um acesso direto com essas pessoas, garantindo as condições básicas consagradas em nossa Constituição Federal, como saúde educação de qualidade, lazer, moradia digna, salário justo e compatível com as necessidades básicas de cada indivíduo. O que os estado não fez, o crime por sua vez se encarregou de fazer. Um fato que me alarmou bastante foi o descrito pela política, pela participação popular. Acredito que nosso país pode sofrer grandes mudanças, e uma via direta é a política, é a pratica da cidadania, e nenhuma condição social pode suprimir o santo direito da escolha, do votar e ser votado, de confiar em mudanças, e até mesmo, ser a tão prolatada modificação social"
Matheus	Prefiro não entrar em detalhes no relato que diz respeito a este texto. Como meus pensamentos são totalmente diversos do exposto pelo entrevistado meu parecer seria mais um poço de críticas e imposições que certamente ele também discordaria. É como disse, são pensamentos e situações diferentes geradas pela corrupção que aflora nosso país. Essa estrutura organizada das favelas são oriundas do crime. Já se tornou um marco na vida daquelas, acharem que o melhor para si é seguir a criminalidade, a pretensão maior é subir nesta escala. O maior problema é que enquanto aqui "em baixo" rola miséria, lá "em cima" rola bilhões, mingúem melhor para confirmar isso do que o próprio entrevistado.
Julia	"O texto que traz um pouco da vida de Ferréz é um exemplo do que acontece com tantas outras pessoas que vivem em comunidades de baixa renda do país, as dificuldades, a forma de encarar os problemas e conseguir passar por eles da melhor forma, ou seja, sobreviver na chamada "selva de pedras". É nítida a falta de atenção governamental para com estas pessoas, por este fato, vemos facções criminosas agindo no lugar do Estado, impondo suas regras, nem sempre morais, nem sempre justas aos olhos de quem vê de fora, porém, regras que comandam, organizam a vida em comunidade. É como se ali houvesse um regimento onde as pessoas seguem para o bem estar geral e, de certa forma, é como se fosse a única forma de auxilio com que essa população pode contar. Então, entendo que não há o que se julgar quando há esse tipo de situação, onde o crime comanda, mas ao mesmo tempo auxilia as pessoas desamparadas pelo Estado".

Em relação ao texto produzido por cada um dos participantes após a leitura do texto de Ferréz, destaca-se de pronto o fato de 2 participantes manifestarem desconforto com a leitura do texto, a ponto de Maria se sentir incapaz de produzir qualquer reflexão por escrito, e Ana conseguir apenas escrever uma única frase: "Sem comentários, o próprio Ferréz disse que mudou, mas deixou um enigma no ar", grafada no quadro acima em negrito preto. Dos participantes, apenas Lucas e João relacionaram em suas respostas, a dimensão da ausência do Estado, questões relativas a educação e a tomada de ações por parte de um movimento criminoso (no quadro essa representação se encontra expressa pelas 3 cores - azul escuro, verde e vermelho - relativa as respostas dos participantes). Percebesse em todos os participantes uma descrença nas ações governamentais com relação às

formas ou modos de intervenção frente às muitas desigualdades sociais, respostas expressas em vermelho; destacamos nas repostas os conteúdos relativos ao movimento criminoso em azul escuro e finalmente em verde as respostas que contiveram alguns conteúdos relativos às questões educacionais.

Antunes (2005) nos ajuda a discutir a partir das mudanças no mundo do trabalho, as desigualdades sociais, e todas as suas muitas configurações nas relações do dia-a-dia. O autor afirma que no mundo do trabalho é crescente exclusão dos jovens, que chegaram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (p.146). Feffermann (2008) faz uma afirmação contundente sobre exclusão, que provoca forçosamente uma reflexão sobre os modos de relações numa sociedade capitalista: “numa sociedade capitalista, não podemos pensar em excluídos de tudo. Na verdade, existem pessoas que são incluídas de forma marginal” (p.6). Quantos mais são excluídos?

Antunes (2005) aborda também a exclusão dos trabalhadores idosos. O autor afirma que vem ocorrendo também à exclusão dos trabalhadores considerados idosos pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho. O autor diz que desse modo, só se faz crescer aos contingentes dos chamados: trabalho informal, desempregados, trabalhos voluntários, entre outros. Pior ainda que esta exclusão dos “idosos” e jovens em idade pós-escolar, o mundo do trabalho, nas mais diferentes partes do mundo, tem se servido da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas.

Lukes (1998, segundo Estêvão, 2005) afirma que na atual conjuntura do capitalismo flexível e transnacional, do novo espírito do capitalismo, os direitos

humanos confrontam-se com sérios desafios que resultam de novas concepções do papel do Estado e do mercado. O autor apresenta duas tendências que claramente influenciam as concepções e práticas de experiência dos direitos humanos: a abordagem mercantil e a abordagem igualitária:

a) Abordagem mercantil

O Estado atual parece querer remeter-se a mero regulador e avaliador, qual Estado *oco*, perdendo a sua substância de "educador". Deste modo, parece ter-se tornado num Estado *fraco* na capacidade de respeitar os direitos, mas *forte* na regulação e apoio ao mercado (ou à competitividade).

Por outro lado, o Estado atual parece reforçar a substância ideológica do individualismo ao mesmo tempo que apoia a visão "libertária" dos direitos integrados num contexto de liberdade de mercado.

Aqui, o atual mercado, ou o mercado da "nova economia", é visto como a solução final para os problemas contemporâneos, não descurando até a proteção da justiça e dos direitos humanos num sentido que, apesar de tudo, permanece algo paradoxal: por um lado, reconhece-se que é bom que se fale deles até para que os mecanismos de mercado possam funcionar bem e manter uma certa boa consciência; por outro lado, a justiça e os direitos que interessam são sobretudo os de pendor individualista e de conservação da ordem social vigente.

b) Abordagem igualitária

Uma outra atitude em oposição à mercantil, embora aparentemente menos realista no contexto atual, pode ser analisada a partir de uma perspectiva "igualitária", valorizadora da política como diálogo. Nesta abordagem, o Estado assume claramente uma atitude interventora do ponto de vista da defesa e promoção dos direitos humanos e da justiça, deixando de lado a posição tantas vezes repetida de colocar a sua justiça acima da justiça. Foca-se o compromisso positivo para a concessão de direitos civis de igual valor a cada um e para a manutenção de níveis mínimos decorosos para todos, dentro de um contexto geral de crescimento e desenvolvimento. (Estêvão, 2005, p.2)

A que se destacar que o mercado não é uma atividade simplesmente econômica, abstrata, que acontece de forma dissociada da sociedade. Desse modo, defende o autor mesmo que o mercado seja um espaço de liberdade onde reina a desigualdade, isso não significa que seja *amoral*, ou que tenha de estar à margem da justiça.

Parece oportuno recordar das considerações de Guzzo e Lacerda (2007) - a expressão nos participantes dessa pesquisa - que defendem uma compreensão do contexto das diversas comunidades, como sendo uma rede complexa de interações. Todavia, o trabalho de psicólogos inseridos nas mais diversas realidades, poderão

interferir e produzirem ações que tenham um sentido fortalecedor que leve a mudanças. Os mesmo autores, afirmam que categorias como fatalismo, exploração e impotência podem denunciar o quanto a psicologia, historicamente, esteve ao lado dos dominadores. Os autores nos ajudam a pensar o posicionamento de nossos participantes ao apresentarem um olhar de descrença frente a atuações do estado.

Segundo Guzzo e Lacerda (2007) e Freire (2000b) a impotência é um fenômeno psicossocial que existe concomitante com outro: o fatalismo. Para os autores, o fatalismo paralisa o homem diante da história e o faz renunciar à capacidade de pensar, de escolher, de decidir, de projetar e de sonhar.

Eis então o cenário com o qual uma atuação profissional em psicologia, deve estar comprometida com mudanças e conseqüentemente com a diminuição das desigualdades sociais. Percebemos as muitas inter-relações que se estabelecem nos modos de pensar dos muitos grupos sociais, quer nos nossos participantes, ou mesmo na narrativa de Ferréz no instrumento dessa pesquisa. Ser sujeito não é ser somente como alguém que é determinado por sua participação no mercado.

Guzzo e Lacerda (2007) afirmam que acompanhar um grupo de profissionais que trabalham com as pessoas imersas em uma realidade de opressão e violência caracteriza o trabalho do psicólogo enquanto mediador do processo de libertação. O quanto à imersão no mundo do direito como o instrumento legitimamente constituído para regular as desigualdades sociais, também pode produzir a mesma opressão e violência que deveria combater?

Parece que uma inserção comprometida da psicologia pode produzir frutos no processo de conscientização e fortalecimento, bem como o favorecimento de um diálogo fundamental para o desenvolvimento de parcerias, que oportunizem reflexões críticas sobre o que está acontecendo no nosso cotidiano e dessa reflexão

possam surgir modos de enfrentamento que possibilitem alternativas as desigualdades sócias.

Guzzo e Lacerda (2007) afirmam que o fortalecimento se instaura de um senso de pertencimento a um coletivo, em que ninguém pode conseguir liberdade solitariamente, uma vez que o sofrimento do outro é o próprio sofrimento. Ideias surgem dentro de um coletivo trazendo esperança para um movimento libertador que implica em mudanças pessoais, políticas e sociais.

Feffermann (2008) lembra engenhosamente que o “Estado está na periferia: através da segurança pública. Quanto a isso, tudo bem. O problema é que o Estado, em sua função de segurança pública, age de forma arbitrária”, essa afirmação de lucidez faz ver o quanto essa arbitrariedade pode servir de estímulo a organizações paramilitares se insurjam e se instalem nessas comunidades da periferia. A autora segue em sua análise, constatando que o tráfico, como qualquer indústria, possui a mesma lógica de uma sociedade capitalista e, com isso, ela nos faz pensar que esse jovem trabalhador - o jovem trabalhador do tráfico de drogas - não entra no mundo do crime: ele entra no mundo do trabalho. Esse mundo do trabalho é fora da lei, mas é o mundo do trabalho.

Parece, portanto, que pensar os desdobramentos das possíveis interlocuções entre a psicologia e o direito poderiam produzir nos modos de entendimento dessas questões complexas que se interpõe nas muitas relações que acontecem no cotidiano, seja tarefa do psicólogo, buscando proporcionar um maior entendimento dos muitos elementos que compõem a caracterização dessa realidade.

Feffermann (2008) aponta que a cada dia um número maior de jovens associa-se ao tráfico de drogas, em São Paulo, cerca de mais de cinco mil micro-traficantes. Segundo a autora, muitos “desempregados, estão a serviço das

necessidades, da expansão do capital, tanto lícita quanto ilícita. Dessa forma são obrigados a desenvolver estratégias de sobrevivência, ou são impulsionados a transpor a margem tênue das contradições da sociedade capitalista” (p.5).

Antes de produzir uma visão pessimista o que pretende-se com essa pesquisa é oferecer um modo de se pensar objetivamente uma realidade concreta que está posta. Freire (1996) pode oferecer algum caminho de entendimento sobre um modo de se buscar recursos para pensarmos alternativas de atuação. Um caminho com certeza seriam propostas melhores na área de educação ou de políticas públicas em educação. Como defende Freire:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. (p.24).

Próximo de nos deslocarmos para as considerações finais é preciso tecer algumas considerações, conclusivas que nosso diálogo até aqui com as muitas informações que nos provocaram muitos sentidos, produziram. Determinados indicadores mostram que, no mundo, têm se acentuado grandes diferenças entre ricos e pobres, entre aqueles que são donos de os meios de produção e outros que vivem na miséria; entre os que acumulam riquezas e os que mendigam o que comer; entre os que trabalham para construir as riquezas sem desfrutar delas e os que concentram as riquezas produzidas explorando o trabalho de outros. Percebemos que a desigualdade pode ser corroborada por meio de diferentes indicadores. Todavia, pouco adianta um conjunto de índices numéricos, se a análise sobre como estes elementos atingem a vida dos indivíduos concretos não é realizada, tanto no plano objetivo quanto subjetivo.

Não se pretende aqui de modo arrogante ter esgotado todas as muitas possibilidades de análises das informações obtidas com os participantes dessa pesquisa. Ao contrário o que se ofereceu foi um olhar particular - o desse pesquisador - que foi produzindo os diálogos que foram apresentados a pouco a partir da imersão num modo de fazer que não estivesse dado a priori.

A seguir, as considerações serão feitas de dois modos: considerações acadêmicas Objetivas e as Subjetivas. Foi o modo encontrado pelo pesquisador para ter o sentido pleno dessa pesquisa expresso. Novamente se não for o modo usual a que o leitor está acostumado, pede-se o favor de sua indulgência. Vamos a elas...

Sim, quero a palavra última que também é tão primeira que já se confunde com a parte intangível do real. Ainda tenho medo de me afastar da lógica porque caio no instintivo e no direto, e no futuro: a invenção do hoje é o meu único meio de instaurar o futuro.
Clarice Lispector – Água Viva

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS ACADÊMICAS - OBJETIVAS

O direito quer alguma coisa do psicólogo, os operadores do direito querem alguma coisa de nós, e o que nós queremos? O que podemos afirmar sobre a prática do psicólogo nesse espaço? Acho que é o nosso desafio. Começar a afirmar a nossa inserção.

A primeira consideração que se faz necessária após todo percurso empreendido até aqui, é que a formação profissional, em direito, deve acompanhar as imensas transformações, do mundo capitalista, de um modo que se possa favorecer a implementação de novos desenhos de práticas profissionais. Concebemos como obrigação ética desconstruir saberes arraigados propondo inovações perante as demandas atuais. A afirmação acima, num senso de análise crítica, pode ser tomada também como relevante do ponto de vista da formação do próprio psicólogo.

A edificação da identidade de um profissional deve ser capaz de compreender e problematizar a realidade, analisando os contextos concretos de sua intervenção. Resultando dessa intervenção a invenção de espaços duráveis de reflexão sobre as dimensões ética e política embutidas nas diferentes formas de formação superior. Esse pensar a formação superior em parte pode ser percebido a

partir de um posicionamento da psicologia, propondo-se romper com o modelo tecnicista e homogêneo, estabelecendo novas políticas e recomendando alternativas. Entendemos ser essa a formação profissional continuada, como necessária para o desempenho em diversos espaços e contextos. Uma formação continuada, conseqüentemente é um modo de estratégia de qualificação ao qual os psicólogos devam recorrer para que se sintam preparados frente as novas exigências do mundo moderno.

Parece oportuno que o psicólogo proceda com cautela para não cercear novas práticas profissionais, atuando em uma ação individualizada, que desconecta o sujeito da sua realidade e contribui para a legitimação de modos sorrateiros de exclusão social. Nosso olhar deve fazer a leitura da realidade sempre de forma contextualizada, considerando a singularidade e a experiência subjetiva de cada indivíduo, especialmente daqueles que apresentam sofrimento psíquico.

Estamos em um momento de grande seriedade no debate sobre as possibilidades de atuação da psicologia frente ao direito. Haja vista as contradições e controvérsias que a edição das últimas resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem provocado frente a vários setores da sociedade. Por exemplo, a Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes (Resolução CFP 010/2010), que se encontram em situação de violência, vem sendo debatida pelo CFP, com a categoria e com especialistas de diversas áreas, como Direito, Antropologia, Educação, Saúde, Assistência Social e Justiça (CFP, 2010).

Também, foram editadas outras duas resoluções, uma que versa sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico (Resolução CFP 08/2010), e outra que tem causado muita polêmica, a Resolução 09/2010, que trata do exame criminológico. Desde sua publicação em junho desse ano, elas regulamentam a prática do psicólogo no sistema penitenciário. A resolução 09 assegura os espaços

possíveis de atuação do psicólogo nesse campo e veda a prática do exame criminológico pelos psicólogos que trabalham nos estabelecimentos prisionais, por não ser um instrumento reconhecido pela psicologia e pelas questões éticas envolvidas nessa prática (CFP, 2010).

Foram muitas as reações a essa resolução, que ela foi suspensa provisoriamente por 6 meses no último dia 03 de setembro de 2010, por meio do Ofício 1809; o CFP acatou a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) em relação à Resolução 09 e não acatou o pedido de suspensão da Resolução 010 justificando que a inquirição de crianças e adolescentes em juízo, pelo psicólogo, não corresponde aos limites profissional e ético da profissão. Se expressa com certeza uma contradição por parte do CFP, pode-se indagar, o exame criminológico corresponde? Quer dizer que o exame criminológico não afeta os limites profissionais e éticos da profissão? (CRPRJ, 2010).

Tais Resoluções foram criticadas por algumas instituições da psicologia, entre elas, a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) e a Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC) que emitiram um texto vastamente divulgado na internet. A discussão que se cumpri fazer é que todas essas resoluções evidenciam um jogo de forças entre a Psicologia e o Direito e entre a própria Psicologia. O que se evidencia é a necessidade urgente de debates sobre a temática, debates esses que possibilitaram reflexões sobre os aspectos éticos, a necessidade de fortalecimento da rede de proteção, a autonomia profissional, a interdisciplinaridade, a diversidade cultural, o papel do psicólogo e o papel do psicólogo jurídico.

Continuando a tarefa de pensar as considerações finais sobre essa pesquisa. Consideramos que a realização dessa pesquisa possibilitou ainda, um entendimento sobre a violência, de maneira que se deva compreendê-la como

produto de um sistema complexo, de relações historicamente estabelecidas e multideterminadas, que abarca diferentes realidades de uma sociedade, constituídas culturalmente por valores e representações: familiar, social, econômica, política, jurídica, todos eles constituintes de rede dinâmica de produção de violência.

Destacamos a necessidade de se conceber um entendimento do contexto jurídico acontecendo de modo integrado e articulado com o atendimento psicossocial dos sujeitos envolvidos, como meio de se proceder a:

- Uma construção de rede articulada entre psicologia e direito;
- Compreensão das características dos universitários de direito, suas especificidades, seu universo cultural;
- Construção de práticas originais com criatividade, flexibilidade e fundamentação que integrem os conhecimentos das duas disciplinas – psicologia e direito - como possibilidades de atuação frente as desigualdades sociais;
- Um trabalho em equipe multidisciplinar em que a definição de atribuições profissionais, demarcação entre os papéis e a noção de complementaridade não é concorrência;
- Visão contínua das limitações e das possibilidades de ações concretas que possam promover a inclusão social;
- Empenho na produção coletiva de um conhecimento focalizado na construção de metodologias de ações que colaborem para um diálogo entre os saberes da psicologia e do direito.
- Uma necessidade de se ampliar à discussão sobre o que sejam os movimentos sociais e suas formas de expressão coletiva no cotidiano;

- Articulação responsável sobre as presenças e/ou ausências do estado Brasileiro, na tarefa de se buscar alternativas para a diminuição de desigualdades sociais.

Essas propostas todas têm um contexto de se oportunizar o surgimento de um Estado que maximize a liberdade dos cidadãos como defende Freire (2000), um Estado que não abdica de seu papel regulador das relações sociais, contudo Intervém, democraticamente, enquanto responsável pelo desenvolvimento da solidariedade social. Solidariedade essa que esteja presente em todos os organismos vivos da sociedade, em todos os movimentos sociais que busquem por melhorias para uma construção coletiva de sucesso.

É preciso intervir para que seja forjada uma nova realidade social. Sampaio Junior (2008) defende que uma nova unidade nos movimentos populares, sob pena destes terem sua autonomia perigosamente vulnerável às pressões do poder econômico e político do Estado. Em sua análise assertiva ele diz que a democracia real, existente no Brasil, não abre espaço para modificações sociais. Antes atua como mero ritual eleitoral que operacionaliza a alternância no poder entre os diversos partidos da burguesia, legitimando um modelo de dominação que é, na sua essência, profundamente antidemocrático. O autor ainda diz que os movimentos sociais terão que “radicalizar a crítica ao capitalismo e redefinir o modo de conceber a complexa dialética entre reforma e revolução” (p.11).

Gomes (2006) chama atenção para todas essas perspectivas que anulam a classe trabalhadora como agente propulsor da transformação do capitalismo. Alerta para os perigos de uma classe trabalhadora passiva em algumas importantes transformações nas estruturas do sistema, que não deve ser cooptada, e atuar de modo servil com os rumos impostos pelos capitalistas.

O entendimento dos fundamentos do marxismo, me proporcionaram um olhar mais bem focado para perceber a inter-relação entre desigualdade social e fenômeno psicológico, o que despertou em mim a necessidade de compreender a articulação dialética entre subjetividade e objetividade. Articulação essa que ocorre a partir de uma análise objetiva a partir de uma realidade concreta.

Essa pesquisa me fez ver a que constantemente o que há de assinalar as conquistas trabalhadoras será sempre o conflito, a luta de classes. Essa luta não será nunca apenas regulada pelo mercado, mas compreenderá também as condições políticas, sociais e econômicas conjunturais do sistema capitalista, bem como o nível de consciência das classes trabalhadoras.

Seja como for novas e inquietantes questões se fazem ecoar num horizonte de novas perspectivas. A tarefa de entendimento não se esgota aqui, apenas se estrutura de um modo mais consistente para a propositura de novos projetos de pesquisa talvez!

A seguir, mais um pouco de considerações...

Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra - a entrelinha - morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não-palavra, ao morder a isca, incorporou-a o que salva então é escrever distraidamente.

Clarice Lispector – Água Viva

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS LIVRES - SUBJETIVAS

Parece oportuno iniciar a tarefa proposta de produzir uma consideração subjetiva, explicitar o entendimento de que uma forma de crítica ao social, não pode ser pautada somente em questões, a partir do indivíduo e de sua experiência individual; antes deve ser pontuada nos diferentes modos da sua existência material, entendidos aí toda a complexidade de fatores que atuam nesse ser: família, escola, sociedade e sistemas políticos, movimentos sociais aos quais estiver submetido, ou inserido. Deve-se considerar toda a ação e produção humana na contemporaneidade em um sistema capitalista triunfante. Triunfante sobre quem, ou a serviço de quem?

Iniciamos nosso caminho com uma discussão sobre a constituição da vida no capitalismo, depois percorremos um entendimento da sociedade e a educação no papel que desempenham na formação em direito. Dessa articulação emergiu uma questão fundante e inquietante sobre os conhecimentos que são ou não produzidos pela interface psicologia e direito. Cumpriu-se pensar qual seria o papel do psicólogo a ser desempenhado, na propagação do conhecimento sobre essa articulação, ou mesmo de como tornar acessível a todos os cidadãos, os benefícios que esses conhecimentos produzidos em conjunto, pretendem assegurar?

Parece que a simples tomada de consciência da existência de um direito, não assegura o cumprimento do mesmo. Por conseguinte, constitui-se tarefa de uma atuação pautada em princípios éticos e morais, promover ao maior número de cidadãos possível, acesso as políticas e leis - saúde, educação, moradia - estas que pretendem ser suas garantias de acesso a esses benefícios que legitimariam um diminuição da desigualdade social existente. Não obstante, não se pode perder de vista esses indivíduos tanto do ponto de vista de suas práticas quanto do ponto de vista de suas subjetividades. Bem como será nossa tarefa, como profissionais comprometidos, não somente buscar um conhecimento específico a nossa profissão, se quisermos nos considerar competentes, teremos que ser habilidosos em nos movimentar-mos pelos meandros que nossos sistemas públicos em todos os níveis não de se colocar em nossos caminhos.

Tendo-se em mente o nosso compromisso enquanto pesquisadores e educadores da área da psicologia, e pensando-se qual sociedade aspiramos e precisamos construir, essa pesquisa fez perceber que enquanto classe profissional; precisamos estar atentos às possibilidades que estão sendo ou não propiciadas por nossa ciência, para uma intervenção transformadora das imensas desigualdades sociais que assolam nosso estado nação. Sim, a toda-poderosa e soberana, “NOSSA PÁTRIA AMADA BRASIL”.

Parece que mais do que festas democráticas em anos eleitorais, precisamos de festas do cotidiano que celebrem a conquista de acessos às garantias mínimas de sobrevivência. Precisamos festejar o respeito aos direitos de que todos somos depositários, ao menos nas letras frias de um amontoado de leis que se somam, mas que pouco ou quase nada garantem na execução de suas práticas.

Temos visto por parte do nosso Estado: sonhos e esperanças, de um povo em cores vivas e pulsantes, serem maquiados e aprisionados em programas de governo populares, por recursos de uma mídia que de livre não tem nada, antes se encontra presa à contradição de aprisionar o que deveria libertar: o público a quem dela não se serve. Como psicólogos temos que intervir; ao menos tentar não ser parte de uma engrenagem que de inocente não tem nada. Temos que cuidar das massas - cidadãos - esses que se nutrem do imenso monte de informações que se propagam todos os dias, sobre nossos governantes e suas ações ou falta delas.

Nossa existência em uma nação deveria ser segura como a de filhos nos seios de suas mães; já diz a letra: “NOSSA VIDA NO TEU SEIO MAIS AMORES”. Quem ainda acredita nisso? Que nada! Vivemos hoje na pátria de nossa Política desatenta, Pública relapsa, que oferece o que julga suficiente.

Espetáculo democrático há de existir quando elegermos a soberania da preservação da dignidade humana em todos os cantos de nossa TERRA “ADORADA”, e então, como profissionais nos posicionar-mos cada qual em seu campo de ação imediata - família, amigos, ambiente de trabalho, igreja, associação de bairros - buscar ações que empreendam mudanças no entrono que nos cerquem. E também que possamos nos expor como classe política, tomando posicionamentos. Quem sabe assim com a soma do esforço de cada um, transformações ocorram, e ai finalmente um dia, possamos então, bradar nas festas dos espetáculos democráticos - ENTRE OUTRAS MIL, ÉS TU, BRASIL, Ó PÁTRIA AMADA! DOS FILHOS DESTE SOLO ÉS MÃE GENTIL, PÁTRIA AMADA, BRASIL!

Não se pretende aqui discursos vazios sobre formas de atuação. Minha posição hoje é de confiança. O intuito é mostrar o quanto ao longo dessa pesquisa se pode produzir questões - angustiantes e inquietantes - como forma também de produção de reflexões e críticas solidamente embasadas.

Essa pesquisa me fez perceber que sobre as desigualdades sócias, a periferia tem buscado alternativas aos modos como os governos os têm tratado. Há tempos, as desigualdades sociais, tão lembradas em épocas de campanha como as que vivemos recentemente, se têm feito sentirem, e temos chegado a índices críticos, tornando nossas sociedades empobrecidas, mesquinhas, egoístas e cada vez mais individualizadas. Podemos recorrer a mais uma letra de música – “Você tem sede de que? Você tem fome de que?”

A fome e a sede a que temos sido submetidos mais do que nunca tem tomado proporções inéditas, temos tido fome de cidadania, sede de justiça social, fome de mais ação e menos discurso, sede de sonhos e não tão-somente da agonia da satisfação das necessidades básicas (comer, beber e dormir). Urge ao Brasil, país do futuro, se tornar o país do hoje e do agora, possibilitando - as nossas gentes - visto a diversidade de culturas, que formam nossa imensa nação, sonhar e lutar por muito mais que somente conseguir estar empregado e manter-se. A necessidade se faz que seja possível a todas as gentes realizar? “A gente quer inteiro e não pela metade”.

Essa pesquisa mostrou ao longo do diálogo com os participantes, um imenso realismo, na maneira peculiar deles se constituírem numa sociedade não tão agradável, e num mundo em que há tanta desigualdade; pessoas buscando mediar suas necessidades do mundo real com seus sonhos e anseios. Percebe-se que são necessárias formas de se inventar, ou reinventar a própria vida, em momentos de adversidade. Mesmo que muitos dos nossos sonhos possam ser podados por uma realidade dada socialmente, podemos recorrer ao empenho e de ações para concretizar nossas realidades, a fim de tornarmos nossos mundos mais suportáveis; ou pior o quanto somos levados a nos distanciarmos de nossos propósitos, por não termos aparatos instrumentais ou psicológicos de que nos valer. Quantos de nós já

não tivemos vontade de mudar radicalmente o modo de vida, a ponto de transgredir toda e qualquer lei vigente; ou quantos de nós já não nos sentimos convidados a nos retirarmos de nossos mundos pelo julgamento e incompreensão, daqueles que nos rodeiam? O que pode nos libertar?

Se existir uma esperança de libertação, ela não está, nem estará presente no indivíduo em si, mas sim, poderá ser encontrada nas experiências de coletividades. Sendo assim é fundamental que se busque o que está na inquietação interior do sujeito, fazendo com que destas fragilidades, talvez, surjam esperanças de uma ordenação social mais justa. Isso se constitui parte da ética social e valores que norteiam a ação do psicólogo na interação com indivíduos ou comunidades em processos de mudança. Quem sabe possamos pensar não num futuro longínquo em políticas sociais e políticas públicas - elaboradas, administradas e avaliadas - levando-se em consideração uma psicologia crítica e todos os seus conhecimentos psicológicos.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, W. M. J. (2009). A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: contribuições para o debate metodológico. In: Bock, A. M. B; Gonçalves, M. G. M; Furtado, O. (Orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo, SP: Cortez Editora.
- Almeida, P. R. de. (2002). Diplomacia financeira: o Brasil e o FMI, de 1944 a 2002. *Relações internacionais e Política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2 ed.
- Alvarez, M. C. (2002). A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 45(4), 677-704.
- Antunes, R. & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*. Campinas. 25(87), 335-351.
- Antunes, R. (2005) *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. Recuperado em 08 de maio de 2010 em: www.ajlas.org/AJLASArticles/2005vol18no4/137-155-antunes.pdf.
- Antunes, R. (2006). A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do Trabalho no Brasil. In: Antunes. R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, S. M. de, & Cianalli, D. L. (2006). Trabalho e Sobrevivência - o mundo da vida sob ameaça: racionalidade ou irracionalidade? *Sociedade e Estado*, Brasília, 21(2), 289-313, maio/agosto.
- Bicudo, H. (2004). *A unificação das polícias no Brasil*. *Estudos Avançados*. 14(40), 91-106.
- Bock, S. D. (1995). Concepções de indivíduo e sociedade e as teorias em orientação profissional. In BOCK, A. M. B. et al. *A Escolha Profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bock, S. D. (2000). *Orientação Profissional: abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.

- Bortolozzi, F. Jr. (2008). *A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.
- Clapp, Robin. (2007). Uma visão diferente: Uma introdução ao materialismo dialético. Recuperado em 07 de setembro de 2009 em: http://www.lsr-cit.org/index.php?option=com_content&view=article&id=137:uma-visao-diferente-uma-introducao-ao-materialismo-dialetico&catid=55:teoria&Itemid=5.
- Coimbra, C. M. B. (2001). Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 139-148, janeiro/junho.
- Colao, M. M. (2006). O Modo de Produção: Categoria do Materialismo Histórico. *Movimento*. Porto Alegre, 12(02), 143-169, maio/agosto.
- Conselho Federal de Psicologia. (2010). Recuperado em 12 de outubro de 2010 em: <http://www.pol.org.br>.
- Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. (2010). Suspensa a Resolução 09/2010. E agora, CFP? Recuperado em 12 de outubro de 2010 em: <http://www.crprj.org.br/noticias/2010/0909Suspensa%20a%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20092010.%20E%20agora,%20CFP.html>.
- De Antoni, C., Martins, C., Ferronato, M. A. , Simões, A., Maurense, V., Costa, F. & Koller, S. H. (2001). Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 53(2), 38-53.
- Del Prette, A. (1990). Movimentos sociais como tema de diferentes áreas de estudo. *Psicologia Ciência e Profissão*. 10(1), 36-39.
- Dupas, G. (2005). Tensões contemporâneas entre público e privado. *Cadernos de Pesquisa*, 35(124), 33-42, janeiro/abril.
- Estêvão, C. A. V. (2001). *Justiça e Educação: A justiça plural e a igualdade complexa na escola*. (Coleção Questões da Nossa Época; 86). São Paulo: Cortez.
- Estêvão, C. A. V. (2004). Justiça, Direitos Humanos e Educação: *Uma análise das tendências da política educacional da atual coligação governativa em Portugal*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - Coimbra Portugal. Recuperado em 08 de maio de 2010 em: www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/.../Carlos_Estevao.pdf.

- Estêvão, C. A. V. (2005). Justiça e direitos humanos na política educacional portuguesa. *Revista Ibero-americana de Educação*. 36(2), 1-10.
- Estêvão, C. A. V. (2007). Direitos Humanos, Justiça e Educação. *Educação, Sociedade & Culturas*. 25, 43-81.
- Estêvão, C. A. V. (2008). Educação, conflito e convivência democrática. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, 16(61), 503-514, outubro/dezembro.
- Euzébios Filho, A. & Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia & Sociedade*. 21(1), 35-44.
- Favero, E., & Eidelwein, K. (2004). *Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros*. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 16(3) 35-40, setembro/dezembro.
- Fecchio, M. C. (2009). Conceito de justiça Agnes Heller. Recuperado em 13 de outubro de 2010 em: <http://www.buscalegis.ccj.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewArticle/30934/30250>.
- Feffermann, M. (2008). Cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. *Revista Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara. 1(2).
- Forghieri, Y. C. (2001) *Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas*. São Paulo: Pioneira.
- França, F. (2004). Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia Teoria e Prática*, 6(1), 73-80, junho.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (K. D. M. e. Silva, Trad.). 3ªed. São Paulo: Editora Moraes.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários às práticas educativas*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2000a). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

Freire, P. (2000b). *Pedagogia do oprimido* (29ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freitas, M. T. A. (2002). *A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*. Cadernos de Pesquisa, 116, 21-39, julho.

Gohn, M. G. (2007). *Teoria dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

Gohn, M. da G. (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, 21(54) 439-455, setembro/dezembro.

Guzzo, R. S. L. e Lacerda JR., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia*. 41(2), 231-240.

Guzzo, R. S. L. (2006). Educação para a liberdade, psicologia da libertação e psicologia escolar: uma práxis para a realidade. In: S. F. C. de Almeida. (Org.). *Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 169-178.

Guzzo, R. S. L. (2009). *Conscientização, Fortalecimento e Envolvimento em Mudanças Sociais: processos psicossociais contra alienação e fatalismo*. Projeto de Pesquisa para Bolsa Produtividade - CNPq e plano de trabalho PUC 2007/2010. PUC-Campinas. Campinas.

Gomes, F. G. (2006). Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *RAP*. Rio de Janeiro 40(2), 201-236, março/abril.

González Rey, F. L. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico cultural*. (R. S. L. G. trad.). São Paulo (SP): Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2005a). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. (M. A. F. Silva, trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2005b). *Pesquisa qualitativa e subjetividade. Os processos de construção da informação*. (M. A. F. Silva, trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

- González Rey, F. L. (2009). *O social na psicologia e psicologia social: a emergência do sujeito*. (V. L. M. Joscelyne, trad.). 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Konder, L. (1993). *O Que é dialética*. 25ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- Lago, V. de M., Amato, P., Teixeira, P. A., Rovinski, S. L. R. & Bandeira, D. R. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia. Campinas*. 26(4), 483-491.
- Lara, A. F. L.; Tanamachi, E. R. & Lopes Junior, J. (2006). Concepções de desenvolvimento e de aprendizagem no trabalho do professor. *Psicologia Estudos*. 11(3), 473-482, dezembro.
- Leite, Jáder Ferreira & Dimenstein, Magda. (2010). Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. *Psicologia Social*. 22(2), 269-278.
- Lima, T. C. S. de & Mito, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, 10, 37-45.
- Lüdke, M., & André, M. E. A. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Maricato, E. (2003). MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*. 17(48).
- Martins, L. M. (2006) As aparências enganam: divergências entre o Materialismo Histórico Dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: 29ª. Reunião Anual da ANPED. Cultura e Conhecimento. Recuperado em 08 de maio de 2010 em: www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042.Int.pdf.
- Machado, O. L. (2007). A reconstituição histórica dos movimentos estudantis: um debate sobre esquecimentos, celebrações, reflexões, comemorações e contra-comemorações. *Revista Eletrônica Cadernos de História: publicação do corpo discente do departamento de história da Universidade Federal de Ouro Preto*. 2(1), março. Recuperado em 08 de maio de 2010 em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria.
- Machado Filho, R. D. (2008). *Estado de direito, cidadania e subjetividade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

- Magano, A. L. (2009). *Das críticas e inovações propostas ao ensino do direito: a visão de professores da área*. Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas. Campinas.
- Marques, L. P., & Marques, C. A. (2006). *Dialogando com Paulo Freire e Vygotsky sobre Educação*. In: Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, Minas Gerais.
- Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. (F. R. Cornejo, trad.). São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital*. (I. Tavares, trad.). 2.ed. São Paulo: Boitempo.
- Monte, J. B. (2008). *Psicologia e Dialética: um estudo sobre a aplicação do método dialético à pesquisa em psicologia*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Neto, O. C.; Moreira, M. R.; Sucena, L. F. M. (2002) Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto. Recuperado em 08 de maio de 2010 em: www.abep.nepo.unicamp.br/.../Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf.
- Rangel, R. P. S. (2007). A natureza ontológica da educação e sua relação com o capital. *5º Colóquio Marx e Engels*. Recuperado em 08 de maio de 2010 em: www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/qt5/sessao4/Rosilene_Rangel.pdf.
- Rosler, J. H. (2004). O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. *Cadernos. CEDES*. 24(62), 100-116.
- Sampaio, P. A. (2000). *Dilema e desafios postos para a sociedade brasileira*. *Estudos Avançados*. 14(40), 64-76.
- Sampaio Junior, P. S. de A. (2006) Brasil: as esperanças não vingaram. In: OSAL, Observatório Social de América Latina, 5(18). CLACSO, Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina: Enero. Recuperado em 07 de setembro de 2010 em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal18/AC18Sampaio.pdf>.

Sampaio Junior, P. S. de A. (2008). *Capitalismo do século XXI: crise e barbárie*. Recuperado em 07 de setembro de 2010 em: <http://www.rosavermelha.org/files/2010/04/crise-atual-02.htm>.

Sanson, C. (2008). O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. In: OSAL, Observatório Social de América Latina, 10(24). CLACSO, Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina: Outubro. Recuperado em 07 de setembro de 2010 em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/.../12sanson.pdf

Sarriera, J. C., Silva, M. A., Kabbas, C. P. & Lópes, V. B. (2001). Formação da Identidade Ocupacional em Adolescente. *Estudos de Psicologia*, 6(1), 27-32.

Severino, A. J. (2000). Educação, Trabalho E Cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 14(2), 65-71, abril/junho.

Souza, A. R. de (2007). Limites e dilemas das reformas educacionais e a perspectiva de Mészáros. *Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar*. Quadrimestral - Maringá – Paraná. 12. abril/maio/junho/julho. Recuperado em 07 de setembro de 2009 em: <http://www.urutaqua.uem.br/012/12souza.htm>.

Souza Silva, T. C. de & Santos, M. (2009). O cotidiano da sala de aula: a influência do discurso docente na aprendizagem e na constituição de sujeitos. *Revista da Católica*, Uberlândia, 1(2), 292-306.

Szymanski, H., & CURY, V. E. (2004) A pesquisa-intervenção em psicologia da educação e clínica: pesquisa e prática psicológica. *Estudos de Psicologia Natal*. 9(2), 355-364, maio/ago.

Tonet, I. (2002). *Para além dos direitos humanos*. Novos Rumos. 17(37).

Tonet, I. (2005). *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Ed. Unijuí,

Triviños, A. S. (2006). A dialética materialista e a prática social. *Movimento*, Porto Alegre, 12(2), 121-142, maio/agosto.

ANEXO - A



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: **Psicologia & Direito: Um Olhar da Perspectiva Histórico-Cultural**

Eu, _____, portador do RG. _____, com este documento, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa supra citado, sob a responsabilidade do psicólogo-pesquisador Laudemir Alves, CRP nº. 06/86.283 e RA 09501694; sob orientação da Profª. Drª. Raquel Souza Lobo Guzzo, CRP nº. 06/577.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente que:

O Projeto de Pesquisa faz parte do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, promovido pelo Grupo de Pesquisa em Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação do Centro de Ciências da Vida – CCV, da PUC-Campinas, tendo sido submetido ao Comitê de ética da mesma, telefone de contato (19) 3343-6777, sendo este trabalho requisito para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

O objetivo principal desta pesquisa será a uma coleta de dados que possibilitem ao pesquisador, a oportunidade de proceder a uma contextualização do que seja a experiência dos entrevistados sobre a escolha pelo direito, bem como sua consciência frente às desigualdades sociais. Para tanto se realizarão 02 encontros focais, com duração aproximada de 02 horas cada, em que serão aplicados dois questionários. Em cada um dos encontros será apresentado um texto para leitura e problematização, ao final de cada encontro será solicitado que se produza um relato escrito de cada participante. A aplicação dos questionários, bem como os relatos produzidos pelos participantes, destinan-se a uma análise em conjunto, preservando o anonimato dos mesmos.

Comprometo-me a responder às perguntas de forma sincera e honesta, assim como, reservo-me no direito de omitir as informações que achar pertinente. Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação nessa pesquisa.

Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos a partir da pesquisa serão usados apenas para os objetivos do trabalho, expostos a cima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.

Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e a outra com o pesquisador responsável.

Araras, _____ de _____ 20____.

Voluntário(a)

Laudemir Alves
Psicólogo-Pesquisador -CRP 06/86.283

ANEXO - B

CENÁRIO BREVE HISTÓRICO

Instituição de Ensino Superior do Interior de São Paulo

A mantenedora desse Centro Universitário iniciou suas atividades como (...) ⁴³, fundada em dezembro de 1971, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com estatutos registrados em 08 de janeiro de 1972.

Em toda sua existência consolidou sua vocação no oferecimento de cursos voltados à formação de docentes para o ensino fundamental e médio e profissional voltados para as mais diversas profissões na área de Ciências Humanas e Sociais.

O compromisso com o ensino faz parte dos ideais da instituição desde o seu início. Tanto que nasceu do idealismo de um grupo de professores que, desde o ano de 1953, mantinham um estabelecimento de ensino secundário. Sensíveis às necessidades da juventude local e da região frente ao desenvolvimento da indústria e comércio e demais setores componentes do progresso regional, e as poucas oportunidades próximas do exigente aprendizado em nível superior, decidiram fundar a referida Instituição.

Assim, a então Faculdade obteve do Conselho Federal de Educação o parecer favorável à autorização para o funcionamento dos cursos: Licenciatura Plena em Letras, com Habilitação em Português e Inglês, e Desenho e Plástica, posteriormente transformado em Educação Artística. A autorização se deu por decreto presidencial iniciando-se os cursos em maio de 1974. Estes cursos foram

⁴³ Nome subentendido com a finalidade de preservar o anonimato da Instituição

reconhecidos com pelo Conselho Federal de Educação em 1977. Caminhando em busca de novos desafios em 1987, foi autorizado o curso de Geografia, reconhecido pelo parecer e portaria ministerial em 1993. Do mesmo modo, o curso de Pedagogia obteve autorização para a sua instalação por decreto federal em 1987 e respectivo reconhecimento em 1992.

Em 1997 a Instituição pleiteou junto ao Conselho Nacional de Educação as habilitações em Administração Geral e Marketing, do Curso de Administração, que foram autorizadas a funcionar em 1998 iniciando a primeira turma no 2º semestre de 1998, e do curso de Direito autorizado a funcionar com parecer favorável, da OAB Federal, pelo egrégio Conselho Nacional de Educação, em 1999.

A instituição tem-se colocado como o lugar da formação do futuro profissional, oferecendo instalações, laboratórios e biblioteca, dentro de padrões tais que, aliados à competência e responsabilidade de seu corpo docente, vem oferecendo aos egressos as condições de disputar o mercado de trabalho com eficiência e competência.

No ano de 2003, a instituição observou a necessidade de atender à comunidade local e do entorno, com a oferta de novos cursos. No decurso do ano de 2004, a Associação Educacional iniciou as ações necessárias à realização de um objetivo institucional: tornar-se Centro Universitário.

A partir de então novos desafios foram sendo superados. De forma que, a instituição passou a direcionar suas ações em função da nova condição conquistada. O Centro Universitário, usufruindo da autonomia conquistada, criou novos cursos, ampliou sua atuação, instituiu novas políticas e, como consequência dos objetivos institucionais, em 2006 iniciou os procedimentos para a oferta de Educação a Distância.

Atendendo ao preceituado no parágrafo primeiro do Art. 80 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), solicitou em dezembro de 2006, o credenciamento do Centro e a autorização do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, para atuar em todo o território nacional, na oferta de cursos sob a metodologia de Educação a Distância. No mesmo ano, criou o Centro de Educação a Distância – CEAD – unidade responsável pela Educação a Distância – adotando processo de ensino/aprendizagem com proposta inovadora e metodologia apropriada, utilizando modernos recursos tecnológicos de comunicação e informação.

Para este fim, destinou cerca de 240 metros quadrados de área para abrigar as instalações desta unidade responsável, tanto por oferecer cursos superiores à distância, a partir do seu credenciamento, como pelo apoio tecnológico às atividades de ensino, pesquisa e extensão de todos os cursos mantidos pelo Centro.

ANEXO C – Instrumento para Busca de Informações - 01

IBI-01 - Registro _____

Data ____/____/____.

Este questionário é parte de um estudo que visa compreender como estudantes universitários de Direito vêm a si próprios enquanto membros de um segmento profissional, social e econômico e avaliam situações concretas de desigualdade social em sua futura prática. Nosso objetivo é entender a consciência de universitários de direito sobre as causas da desigualdade social. As respostas às questões serão analisadas no conjunto e não haverá identificação do participante.
Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

IDENTIFICAÇÃO:

Sexo: masculino () feminino ()

Idade: _____

Estado Civil :

1. Solteiro ()
2. Casado/vivendo uma relação conjugal ()
3. Viúvo ()
4. Separado ou Divorciado ()
5. Outros _____

Possui filhos ? Sim () Não () Quantos ? _____

Pele: () negro, () branco, () amarelo () pardo

Pertence/Representa algum movimento Social ? Qual?

Pertence a algum movimento Estudantil ?
Qual? _____

Pratica algum lazer ? Sim () Não () Qual?

Pratica alguma religião ? Sim () Não () Qual?

II. DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA:

1. Local de nascimento

Cidade _____

Estado _____

País _____

2. Local de domicílio

Cidade _____

Estado _____

País _____

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

- Igrejas ()
Bares e restaurantes ()
Escolas ()
Hospitais ou postos de saúde ()
Centro comercial ()
Cinema ()
Associação de moradores ()
Outros equipamentos públicos () quais?
Outros equipamentos privados () quais?

Freqüenta estes espaços? Quais? _____

3. Qual a sua profissão?

4. Que tipo de vínculo profissional você possui?

5. Há quanto tempo está neste trabalho?

6. Direito é a sua 1ª Graduação ? Sim () Não ()

7. Qual a sua renda mensal?

1. () até 3 salários mínimos
2. () de 3 a 5 salários mínimos
3. () de 5 a 10 salários mínimos
4. () mais de 10 salários mínimos
5. () não tenho renda

8. Como é a sua casa?

Alvenaria () Barraco () outro ()

9. Quantos cômodos têm sua casa? _____

10. Sua moradia é própria () Sim () Não.
Paga aluguel?

11. Quantas pessoas vivem em sua casa? _____

12. Que recursos materiais você possui?

TV (), som/vídeo () carro () Outros :

ANEXO D - Instrumento para Busca de Informações - 02

IBI-02 - Registro _____

Data ____ / ____ / ____.

Responda as questões a seguir de modo objetivo e o mais sinceramente possível. Sua participação é muito importante para nossa pesquisa.

As respostas às questões serão analisadas no conjunto e não haverá identificação do participante.

Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.

III – DESIGUALDADE SOCIAL

13) O que entende por desigualdade social?

IV – MOVIMENTOS SOCIAIS

14. O que entende como movimentos sociais ?

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, _____ em geral? _____ Há _____ anos.

16. Você é filiado a algum partido político?

1. () Sim. Qual? _____ Desde que ano? _____
2. () Não, nunca fui filiado.
3. () No momento não, mas já fui filiado ao partido _____. Por quanto tempo? _____

V – A VIDA FALADA E ESCRITA

17. O que mais gosta de fazer na vida?

18 Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida?

19. Quais são suas maiores preocupações?

20 – O que gostaria de mudar em sua vida?

21. O que espera para o futuro?

22 Como define suas condições de vida?

23. Que mudanças você deseja que aconteçam na sociedade?

24. Em sua opinião, o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos?

ANEXO E - Instrumento para Busca de Informações - 03

Pensando-se os movimentos sociais e a desigualdade social, leia o texto a seguir discutindo as repercussões para sua futura atuação como profissional.

A seguir produza um relato a partir das discussões suscitadas no grupo.

Os relatos serão analisados no conjunto e não haverá identificação do participante.

**Agradecemos, antecipadamente, sua
colaboração.**

Cutrale usa terras griladas em São Paulo

—
6 de outubro de 2009

Cerca de 250 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) permanecem acampadas desde a semana passada (28/09), na fazenda Capim, que abrange os municípios de Iaras, Lençóis Paulista e Borebi, região central do Estado de São Paulo. A área possui mais de 2,7 mil hectares, utilizadas ilegalmente pela Sucocítrico Cutrale para a monocultura de laranja - o que demonstra o aumento da concentração de terras no país, como apontou recentemente o censo agropecuário do IBGE.

A área da fazenda Capim faz parte do chamado Núcleo Monções, um complexo de 30 mil hectares divididos em várias fazendas e de posse legal da União. É nessa região que está localizada a fazenda da Cutrale, e onde estão localizadas cerca de 10 mil hectares de terras públicas reconhecidas oficialmente como devolutas, além de 15 mil hectares de terras improdutivas.

A ocupação tem como objetivo denunciar que a empresa está sediada em terras do governo federal, ou seja, são terras da União utilizadas de forma irregular pela produtora de sucos. Além disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já teria se manifestado em relação ao conhecimento de que as terras são realmente da União, de acordo com representantes dos Sem Terra em Iaras.

Como forma de legitimar a grilagem, a Cutrale realizou irregularmente o plantio de laranja em terras da União. A produtividade da área não pode esconder que a Cutrale grilou terras públicas, que estão sendo utilizadas de forma ilegal, sendo que, neste caso, a laranja é o símbolo da irregularidade. A derrubada dos pés de laranja pretende questionar a grilagem de terras públicas, uma prática comum feita por grandes empresas monocultoras em terras brasileiras como a Aracruz (ES), Stora Enzo (RS), entre outras.

O local já foi ocupado diversas vezes, no intuito de denunciar a ação ilegal de grilagem da Cutrale. Além da utilização indevida das terras, a empresa está sendo investigada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo pela formação de cartel no ramo da produção de sucos, prejudicando assim os pequenos produtores. A empresa também já foi autuada inúmeras vezes por causar impactos ao ecossistema, poluindo o meio ambiente ao despejar esgoto sem tratamento em diversos rios. No entanto, nenhuma atitude foi tomada em relação a esta questão.

Há um pedido de reintegração de posse, no entanto as famílias deverão permanecer na fazenda até que seja marcada uma reunião com o superintendente do Incra, assim exigindo que as terras griladas sejam destinadas para a Reforma Agrária. Com isso, cerca de 400 famílias acampadas seriam assentadas na região. Há hoje, em todo o estado de São Paulo, 1,6 mil famílias acampadas lutando pela terra. No Brasil, são 90 mil famílias vivendo embaixo de lonas pretas.

Fonte: Direção Estadual do MST-SP
<http://www.mst.org.br/node/8283>

ANEXO F - Instrumento para Busca de Informações - 04

Pensando-se os movimentos sociais e a desigualdade social, leia o texto a seguir discutindo as repercussões para sua futura atuação como profissional. A seguir produza um relato a partir das discussões suscitadas no grupo. Os relatos serão analisados no conjunto e não haverá identificação do participante. **Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração.**

Entrevista com FERRÉZ.

A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento.

CAROS AMIGOS. Ano XIII, nº. 151. Outubro 2009.

Por **André Hermann, Bárbara Mengardo, Felipe Larsen, Hamilton Octavio de Souza, Júlio Delmanto, Lúcia Rodrigues, Luka Amorim, Marcelo Salles, Marcos Zibordi, Otávio Nagoya, Renato Pompeu, Tatiana Merlino.** Fotos Jesus Carlos

Ferréz tem 33 anos, é escritor, comerciante e autêntico representante dos sentimentos e das lutas da imensa população que vive na periferia de São Paulo. Ficou conhecido porque expressa com realismo a dureza das relações entre povo e Estado, entre pobres e ricos, entre as precárias condições de vida nas favelas e a repressão policial.

Nesta entrevista exclusiva para *Caros Amigos* ele conta como o processo de criminalização da população pobre da periferia tem contribuído para acumular ódio e faz um alerta: "Vai chegar um dia que uma agressão a um menino ou a uma menina vai virar uma revolução em São Paulo inteira". Fala também de sua vida e de seu amor pela literatura. Fiquem com Ferréz.

Hamilton Octávio de Souza - **Fale um pouco da sua vida, onde nasceu, estudou, o que faz hoje.**

Ferréz - Meu nome é Ferréz, eu não uso meu nome de batismo por que eu não acredito no batismo, não acredito na Igreja Católica. Prefiro um pseudônimo, por que é uma coisa que eu inventei também, como a minha carreira. Eu sou vendedor ambulante, eu só vivo com coisa debaixo do braço para cima e para baixo para vender às editoras, sou datilógrafo também, por que escrevo e trabalho com muita coisa para poder ter o básico, então vivo de muita coisa, trabalho de muita coisa. A minha infância foi normal como a de todo moleque de favela, tá ligado? Só não soltava tanto pipa porque meu pai não deixava.

Tatiana Merlino - **Nasceu onde?**

Nasci no Valo Velho, na verdade eu nasci num lugar chamado Cantinho do Céu, que é antes um pouco, ali no Jardim Capelinha, na zona sul de São Paulo. Nasci ali, fui para o Valo Velho, mas eu sempre falo do Valo Velho porque pra mim o começo da minha infância foi no Valo Velho, na casa de aluguel do meu pai. Depois eu mudei para o Capão Redondo, na verdade Valo Velho é área do Capão também, para o Jardim

Comercial e estou lá até hoje. Tatiana Merlino - **E os teus pais faziam o que?**

Meu pai é motorista de ônibus aposentado, depois foi motorista da Sabesp, se aposentou e agora cuida de um bar. Minha mãe é doméstica, trabalha em casa de família e até hoje é a mesma coisa, ela faz uns bicos e tal, tem um bazarinho, mas vive de bico também.

Marco Zibordi - **Então começa a falar da escola, que é a primeira crucificação, para você que não acredita em igreja, a primeira é a escola...**

É. Na escola eu tive bastante dificuldade, porque eu não prestava atenção na aula, mas ao mesmo tempo eu sabia a lição. [...] Eu repeti a primeira série do primeiro ano no Euclides da Cunha, eu não gostava do ensino, não gostava da escola, não odiava ir para a escola, eu só ia para conversar mesmo e eu achava que não tinha nada a ver o que eu estava aprendendo. Eu não aprendi porcentagem na escola, entendeu? Não me ensinaram porcentagem e no comércio que eu abri eu precisava saber porcentagem. A escola me ensinou pouco, mas eu tive muitas pessoas boas na escola, muitos professores bons, que eram professores que não davam lição nem de matemática e nem de português, mas davam lição de vida. Essas pessoas fizeram a diferença.

Marco Zibordi - **A literatura não te ligava em nada na escola?**

Não, eu lembro bem da passagem que eu descobri da quarta para a quinta série, que tinha os druidas. [...] Eu fazia fanzine, já criava uns logos com o fanzine e aí eu fui estudar a cultura dos druidas para poder puxar para o fanzine os logos e tal, aí eu tinha uns interesses que na escola não tinha; eu gostava de quadrinhos e na escola não tinha. Eu lembro bem na oitava série de ter um livro de português e ter lá um texto do Arnaldo Antunes e aí eu falei: puta finalmente na oitava série eu vou ver um cara que eu gosto dentro de um livro de português. Por que no resto não tinha nada.

Júlio Delmanto - **E agora você está nos livros de português...**

É parece que agora sou eu, pelo menos o moleque olha e diz tem alguém aqui.

Lúcia Rodrigues - **Você acha que a escola está distante da realidade?**

Eu acho que a escola perdeu o foco total de qualquer senso de realidade. Eu acho que a escola e a realidade não têm mais nada a ver e eu acho que uma geração inteira está errando de ir para a escola e os professores serem educados do jeito que são também. Porque os professores também estão ferrados.

Tatiana Merlino - **Quando e como você começou a gostar de literatura?**

Meu, não tem uma data assim. Tipo, eu não sei assim um dia eu acordei e falei agora eu gosto de literatura, sabe? Mas eu lia sempre quadrinhos e gostava de Robert E. Howard que é o autor do Conan e aí eu buscava saber sobre o cara, e a biografia dos autores sempre me interessou mais e então eu comecei a buscar saber mais sobre os caras. Eu sempre tive um ensino paralelo ao da escola, então se eu gostava de Conan eu lia Conan no serviço e ia para escola, tinha

que ler Aluísio de Azevedo ou tinha que ler Carlos Drummond de Andrade lá, mas o Carlos Drummond de Andrade lá não me interessava...

Lúcia Rodrigues – O que acha dos rappers tipo GOG, Racionais, Facção Central?

O Gog, o Racionais, o Facção Central, o Consciência Humana, são a minha escola também, eu não existiria e toda uma legião de caras que existe hoje que gosta de literatura e rap, não existiria se não fosse eles. O rap, pra mim, junto com os caras é uma injeção, tá cor. Não existe em nenhum lugar no mundo um verso como o homem nasceu com defeito de fabricação, invés do coração uma granada de mão dentro do peito. É o tipo de letra que os caras fazem.

Lúcia Rodrigues - O que você acha dos partidos políticos, hoje? Eu não tenho mais pensamento político nenhum. Eu acho que absteve, sabe quando você está cansado de sexo que vira abstinente? Ainda bem que você não sabe. Você não é nem um sexo de outro, você é um ser morfológico que não tem sexo? É a mesma coisa eu na política, eu já trabalhei para deputado, já trabalhei para vereador e eu me senti muito mal depois, quando os caras são eleitos, porque eu vejo que eu não consegui alcançar os objetivos dos caras da quebrada que tava com nós.

Lúcia Rodrigues - Para que partido especificamente? Era para o PT. Eu sempre trabalhei de graça para o PT, muitos anos. Sempre vendi broche, sempre andei com bandeira na rua, sempre foi de graça, eu nunca ganhei um real, mas teve algumas pessoas do PT com quem eu trabalhei mesmo recebendo e que depois me decepcionou, decepcionou meus amigos e hoje eu tenho algumas pessoas dentro da política que eu valorizaria assim, mas que eu acho que tem diálogo, pelo menos comigo assim como amigo.

O Eduardo Suplicy, que é meu amigo assim pessoal, também independente de política, é o único que é eleito para 8 anos e tá lá ainda, volta eu ligo para ele, ele vai, os moleques da quebrada ligam, ele vai. É o único presente, na verdade o Suplicy não é político, ele é um ser humano.

Tatiana Merlino - Mas e o PT em si? O que você se decepcionou com o PT? Ah! Eu não sei, eu votei num partido que prometeu outras coisas, entendeu? Não prometeu escândalo, não prometeu virar as costas na hora em um julgamento, não prometeu... O PT virou outra coisa, não é o que eu acreditava não. Não estou falando que tinha que ser revolucionário, que tinha que mudar tudo, que todo mundo sair de vermelho, mas era uma coisa que eu acreditava como moleque de favela que a favela ia mudar, entendeu? Mas eu tive que esperar o PCC chegar para mudar a favela, não foi o PT... A sigla foi outra, não foi o PT que mudou a favela, então nessas partes não é um governo autoritário ruim, mas também não é o governo dos sonhos que eu lutei, que eu vendi show, que o Góis morreu na estrada tentando lutar pelo partido, que eu vi muito amigo meu morrendo lutando pelo PT e ficando velho pelo PT, não era isso que a gente queria no poder e eu não tô falando só do Lula, tô falando de todo o partido.

Lúcia Rodrigues - O PCC mudou a favela de que maneira? De toda a maneira possível que você pensa.

ligado? Que na verdade é pra quem tá com dor, quando eu vou em faculdade fazer palestra tem um monte de gente que reclama, mas eu acho violento Facção Central, Racionais... Por que não é para eles, eles não precisam ouvir aquilo, eles não são na cadeia, eles não estão usando droga, então não precisa. É bem claro pra mim, as letras de rap no Brasil são as melhores letras do mundo, não existe um tipo de letra de rap no mundo igual as que existem no Brasil. Um rap que o cara fala: No rio em que Jesus andou, o homem navegou e matou pela

Lúcia Rodrigues - Positivamente? Depende da visão. Tem gente que pensa que é positivo, tem gente que pensa que é negativo. Mas mudou.

Tatiana Merlino - Você pode falar um pouco dos dois lados, do lado positivo e do lado negativo?

O lado positivo é que a elite não sabe mais o que é a favela, não tem nem noção. O governo não tem noção do que é a favela mais, porque é outra favela, é outra coisa... E o lado negativo é que a população sempre vai ser oprimida.

Tatiana Merlino - O lado positivo é outra coisa como? Não tem como explicar, assim... Mas mudou, eu, por exemplo, quando eu escrevi o Manual Prático do Ódio a favela era aqui, agora se eu for escrever sobre a favela agora é outra coisa. Por isso eu não escrevo mais sobre a favela, o meu próximo romance não é mais sobre a favela, por que eu não faço mais questão da elite saber o que é a favela não, não me interessa mais...

- Mas mudou exatamente o quê? Explica um pouco melhor. Mudou tudo. Mudou a vida criminal, tem regra, mudou tudo o que você imagina na vida cotidiana da periferia mudou.

Lúcia Rodrigues - É um Estado paralelo dentro da favela?

Poder paralelo? Não, é o poder. Esse negócio de dizer que é o poder paralelo, não existe o poder paralelo, o Estado não manda na favela, quem disse que o Estado manda na favela? A PM vai lá manda o cara por a mão da cabeça e tudo, repudia o cara, mas depois o cara volta a ser da favela, entendeu? Por mais que os caras cerquem um motoboy, cerquem o cara que está dentro do ônibus, bata geral em todo mundo eles vão embora e a favela continua. Então mudou tudo e vai mudar mais ainda, tá em processo de mudança.

Lúcia Rodrigues - Mas houve regras fixadas claras? O que aconteceu? Há regras fixadas claras e toda uma norma de conduta e de respeito que o Estado nunca conseguiu impor.

Renato Pompeu - Quem impõe? O crime.

Otávio Nagoya – Para os moleques de dentro você acha que é melhor ou pior?

Por um lado é melhor, por outro lado não. Você imagina que a gente deixou de viver num estado em que você pisava no meu pé e você podia levar uma comigo e eu podia te matar; você podia pisar no meu pé e levar uma comigo e eu ter que me segurar e a gente ter que se segurar, mas ao mesmo tempo nós dois estamos regidos por uma força maior que pode não se segurar, entendeu? Então você pensa o que é melhor: você estourar o seu ódio ali na hora ou você viver sob constante ameaça de um ódio maior.

ANEXO G - Protocolo de Registro do 1º Encontro

Protocolo de Registro – 1º Encontro

Durante todo o semestre fui fazendo uma ponte sobre os conteúdos ministrados em sala de aula e a minha evolução no processo de delineamento do meu projeto de dissertação. Constantemente em sala de aula discutiu-se a necessidade de se pensar em conjunto uma atuação comprometida entre a psicologia e o direito na construção de uma parceria que não está dada a priori de forma estática e/ou subordinada de uma disciplina em relação à outra. Fiz todo um esclarecimento sobre a importância da produção desse conhecimento em parceria, por mim professor/psicólogo/mestrando e deles estudantes/universitários, colaborando com o meu processo de aprendizado, e na realização de uma pesquisa visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do direito. Como formalização para a participação na presente pesquisa, foi enviado convite por e-mail, em que constava a data, local e horário para o primeiro encontro.

Tive a princípio uma ilusão, de que contaria com a colaboração expressiva de todos os meus discentes. Acreditava que se não todos os 31, pelo menos uma maioria esmagadora compareceria ao encontro previamente agendado. Primeiro encontro marcado, sala arejada, cadeiras estrategicamente dispostas num meio círculo (semi-círculo), ventiladores em potencia mínima para não provocarem ruído desnecessário, as pessoas chegaram antecipadamente ao horário marcado. Primeiro um grupo de 2 alunos que são parceiros constantes, apesar de diferença de idade um elo os une - um atual presidente do D.A. e o outro ex-presidente do mesmo D.A., fiquei feliz com a suas presenças, antecipadamente imaginei que contribuiriam muito pra discussão. A seguir segaram duas amigas inseparáveis em sala de aula pessoas maduras com histórias de vida distintas, chegaram à faculdade com mais idade depois de terem criado os filhos, são divertidas sem contudo perderem o foco do espaço que escolheram frequentar. O grupo que chegou a seguir era peculiar, um empresário do ramo de segurança, um policial militar, e um filho de delegado, senti a falta de dois amigos que não se fez presente, este um policial civil da guarda municipal. Na minha cabeça se desenhava uma discussão

interessantíssima, dois representantes do movimento estudantil, duas mulheres em busca de uma realização profissional, três visões de um contexto com proximidade as forças policiais.

Como tínhamos alguns minutos ainda para o horário marcado imaginei que em breve compareceriam os outros participantes que integrariam a minha pretendida “imensa maioria”. Chegaram mais três pessoas, um rapaz com quem tive muito pouco contato e um casal de amigos que sempre dividem as tarefas em sala de aula, ambos jovens e interessados para além do que está dado.

Esperei ainda alguns minutos na expectativa de que aparece mais alguém. A mistura de sentimentos foi ambígua, primeiro a satisfação por ter tido a colaboração de 10 universitários, o mínimo esperado para a realização de um GP, que se depuseram a colaborar na construção do presente projeto de pesquisa, em segundo a frustração de não ter tido a colaboração dos outros tantos universitários, meus alunos. Naquele primeiro momento não houve tempo para uma reflexão sobre a ausência dos demais universitários. Somente após a tarefa iniciada das análises, ou seja, depois de uma imersão e aprofundamento nas informações obtidas, é que foi possível conceber uma hipótese para a não participação dos demais universitários. Imagina-se que a divulgação no e-mail de convocação, do critério de inclusão, em que se explicitava formalmente que somente os 10 primeiros fariam parte da presente pesquisa, possa ter contribuído para um não comparecimento maior dos universitários.

Dei início aos trabalhos do GP, informei que neste primeiro encontro iniciáramos então com as formalidades necessárias com TCLE. Apresentei o tema: desigualdade social, e esclareci os procedimentos éticos e a forma como seriam analisadas as suas falas.

Obtidas as assinaturas no TCLE, passamos a leitura do instrumento de levantamento de dados com itens de identificação dos participantes, essa leitura foi rápida e sem sobressaltos, cada um respondeu as questões como: sexo, idade, estado civil, se possuía filhos, entre outros. Esse momento transcorreu em silêncio, não havendo comentários, nem sendo solicitado nenhum esclarecimento de dúvidas sobre essas questões. Prosseguimos no encontro realizando uma leitura em conjunto do texto **Cutrale usa terras griladas em São Paulo**, a leitura foi rápida com alguns comentários dissidentes. Argumentações de apoio ao movimento dos

sem terra, alegações desfavoráveis e mesmo contrárias à atuação do MST. Também se ouviu elementos de crítica em relação ao uso de terras da União pela Cutrale. De modo geral o discurso predominante entre os participantes, foi que o MST se perdeu ao longo do tempo e hoje não encontra mais tanto apoio em função das desordens constantes que provocam. Foram vários os discursos sobre a ineficiência da justiça em relação ao poderio dos grandes proprietários, bem como, comentou-se também sobre a morosidade dessa mesma justiça em relação às causas populares. Apareceram questões também de culpabilidade desses tipos de acontecimentos demarcados numa ausência do Estado em assumir suas responsabilidades. Alguns discursos pareceram reproduções de um discurso da ideologia dominante, sem muita reflexão. Reflexão entendida segundo Konder (1993) a partir da perspectiva totalizante da dialética marxista, como algo que emerge de uma práxis, ou dito de outro modo, uma reflexão crítica no sentido dialético de possibilidade de análise real de uma situação concreta, que concebe o conhecimento como totalizante e como uma atividade humana, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada.

Fui solicitado em vários momentos a emitir minha opinião sobre as muitas questões que surgiam entre os participantes. Fiz uma explanação de que meu papel naquele espaço era tão somente o de mediador, o que importava eram as opiniões de cada um. As discussões foram sempre respeitadas, mas em muitos momentos houve exacerbação dos ânimos na defesa de um ponto de vista ou outro.

Pedi que finalmente objetivando a produção de informações, a partir da discussão com foco no texto da Cutrale, produzissem um breve relato escrito, material esse que seria utilizado na minha pesquisa, sem a identificação dos mesmos. Fiz considerações sobre a importância da participação de todos no segundo encontro, para a continuidade da minha pesquisa. Combinamos o novo encontro e nos despedimos.

ANEXO H - Protocolo de Registro do 2º Encontro

Protocolo de Registro – 2º Encontro

Segundo encontro marcado, novamente sala arejada, cadeiras agora mais modestamente arranjadas num meio círculo, já que desta vez deveríamos ser onze. Agora as expectativas eram para saber se todos compareceriam. Novamente todos foram bem pontuais em relação ao horário marcado. Iniciei retomando as considerações sobre o tema da pesquisa: desigualdade social. Apresentei o instrumento 2 de levantamento de informações, sobre desigualdade social e movimentos sociais, com perguntas, como: o que entende por desigualdade social? O que entende como movimentos sociais? Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? você é filiado a algum partido político? O que mais gosta de fazer na vida? Entre outros.

Prosseguimos no encontro realizando uma leitura em conjunto do texto entrevista com FERRÉZ, **A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento**. A leitura foi marcada por inúmeros comentários inquietantes, como : “Hoje tenho plena certeza eu um homem de 54 anos com um pouco de experiência de vida sei que dos meninos e jovens da periferia nada de bom pode se esperar a não ser a imigração para esse poder paralelo”, ou por exemplo: “Ele sugere (o texto)⁴⁴ mudanças no ensino, sugere também que a esperança de mudança levantada pelo PT cativou a periferia, mas quando o PT chegou no governo se descaracterizou e passou a servir também as elites pois o PT virou elite”.

Percebi ao longo da leitura deste texto um alvoroço e uma inquietação maior que o texto anterior no primeiro encontro. A fala de Ferréz provocou reações diversas, desde espanto, como na participante A, a ponto dela se sentir incomodada e preferir nem mesmo escrever o texto ao final do encontro. Um participante, também se mostrou extremamente irritado com as questões apontadas, se posicionando firmemente contrário as idéias do interlocutor no texto. Ouvi de uma outra participante, a seguinte frase: “pensar nisso tudo, faz a gente sofrer”. De outro

⁴⁴ Comentário do pesquisador

participante, ouvi que ele estava “aprendendo a ser mais crítico e não aceitar tudo mastigadinho”.

Dessa discussão emergiu um apontamento de que a ausência do Estado é o que propicia o surgimento de grupos criminosos organizados ocupando os espaços de cuidado com as populações menos favorecidas.

Mais uma vez fui solicitado em inúmeras ocasiões a verbalizar concordância ou não com a opinião de um ou de outro participante, como da vez anterior, expliquei que minha função naquele espaço era a de mediador, portanto, que preferia ouvir suas opiniões.

Solicitei que a partir da leitura do texto e das discussões em sala elaborassem um relato escrito, material esse que seria utilizado na minha pesquisa, sem a identificação dos mesmos. Retomei a questão do sigilo, ressaltando que os referidos relatos seriam analisados em conjunto e não haveria identificação dos participantes.

Assegurei a disponibilização dos resultados apontados pela pesquisa, em forma de apresentação oral e/ou por meio de relato escrito de pesquisa, ou publicação na literatura especializada dos resultados obtidos.



ANEXO I - Protocolo Comitê de Ética Projeto Aprovado



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Campinas, 01 de março de 2010

Protocolo 1067/09

Prezada Senhora Laudemir Alves

C/C: Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Psicologia

Parecer Projeto: PROJETO APROVADO

I – Identificação:

Título do Projeto: Direito, Consciência de Classe e Desigualdade Social: Um Estudo com Estudantes Universitários.

Pesquisadora responsável: Laudemir Alves

Orientadora: Raquel Souza Lopo Guzzo

Instituição onde se realizará: Associação Educacional de Araras - UNAR

Data de apresentação das reformulações solicitadas pelo CEP: 10.02.2010

II – Objetivo:

Conhecer como universitários de Direito balizam a si próprios enquanto membros de um determinado segmento profissional, social e econômico e avaliam situações concretas de desigualdade social em sua futura prática como profissionais.

III – Sumário:

A pesquisa em questão pretende investigar a consciência da classe de universitários de Direito e seu papel diante de uma realidade de desigualdade social. O estudo será realizado em uma instituição universitária particular do interior de São Paulo.

IV – 2º Parecer do CEP:


Dessa forma, e considerando a Resolução no. 196/96 item VII.13.b, que **define as atribuições dos CEPs e classifica os pareceres emitidos aos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos**, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme a Resolução 196/96, é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores" (VII.13.d). Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP-PUC-Campinas o relatório final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

V - Data da Aprovação: 01/03/10

Sendo só o que nos cumpre informar, aproveitamos da oportunidade para renovar votos de estima e consideração.

Atenciosamente.


Prof. Dr. Carlos Alberto Zanotti
Segundo Vice-Presidente do C.E.P.S.H.P
PUC-Campinas

ANEXO J – Transcrição do instrumento - IBI-01 - Item Identificação

I. IDENTIFICAÇÃO

PARTICIPANTE A

Sexo: **feminino**
Idade: **não informou**
Estado Civil: **Casado/vivendo uma relação conjugal**
Possui filhos ? **Sim 03**
Pele: **branco**
Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**
Pertence a algum movimento Estudantil ? **Não**
Pratica algum lazer ? **Leitura, Jardinagem**
Pratica alguma religião ? **Não**

PARTICIPANTE B

Sexo: **masculino**
Idade: **não informou**
Estado Civil: **Solteiro**
Possui filhos ? **Não**
Pele: **branco**
Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**
Pertence a algum movimento Estudantil ? **Não**
Pratica algum lazer ? **Caminhar, ir ao clube**
Pratica alguma religião ? **Testemunha de Jeova**

PARTICIPANTE C

Sexo: **masculino**
Idade: **não informou**
Estado Civil: **Casado/vivendo uma relação conjugal**
Possui filhos ? **Sim 02**
Pele: **branco**
Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**
Pertence a algum movimento Estudantil ? **Diretório Acadêmico (Presidente)**
Pratica algum lazer ? **Cinema**
Pratica alguma religião ? **Católica**

PARTICIPANTE D

Sexo: **masculino**
Idade: **não informou**
Estado Civil: **Casado/vivendo uma relação conjugal**
Possui filhos ? **Sim 05**
Pele: **não informou**
Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**
Pertence a algum movimento Estudantil ? **Não**
Pratica algum lazer ? **Não**
Pratica alguma religião ? **Católica**

PARTICIPANTE E

Sexo: **masculino**
Idade: **54**
Estado Civil: **Casado/vivendo uma relação conjugal**
Possui filhos ? **Sim 04**
Pele: **pardo**
Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**
Pertence a algum movimento Estudantil ? **Não**
Pratica algum lazer ? **Ciclismo, musculação**
Pratica alguma religião ? **Não**

PARTICIPANTE F

Sexo: **feminino**

Idade: **não informou**

Estado Civil: **Casado/vivendo uma relação conjugal**

Possui filhos ? **Sim 02**

Pele: **branco**

Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**

Pertence a algum movimento Estudantil ? **Não**

Pratica algum lazer ? **Praia**

Pratica alguma religião ? **Católica**

PARTICIPANTE G

Sexo: **masculino**

Idade: **não informou**

Estado Civil: **Solteiro**

Possui filhos ? **Não**

Pele: **branco**

Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**

Pertence a algum movimento Estudantil ? **Não**

Pratica algum lazer ? **Futebol**

Pratica alguma religião ? **Espírita**

PARTICIPANTE H

Sexo: **masculino**

Idade: **21**

Estado Civil: **Solteiro**

Possui filhos ? **Não**

Pele: **branco**

Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**

Pertence a algum movimento Estudantil ? **D.A. e D.C.E.**

Pratica algum lazer ? **Caminhada, filmes, livros e boa música**

Pratica alguma religião ? **Espírita**

PARTICIPANTE I

Sexo: **masculino**

Idade: **não informou**

Estado Civil: **Solteiro**

Possui filhos ? **Não**

Pele: **branco**

Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**

Pertence a algum movimento Estudantil ? **D.A.**

Pratica algum lazer ? **Pesca, música, automobilismo**

Pratica alguma religião ? **Católica Apostólica Romana**

PARTICIPANTE J

Sexo: **feminino**

Idade: **não informou**

Estado Civil: **Solteira**

Possui filhos ? **Não**

Pele: **branco**

Pertence/Representa algum movimento Social ? **Não**

Pertence a algum movimento Estudantil ? **Não**

Pratica algum lazer ? **Cinema**

Pratica alguma religião ? **Não**

ANEXO K – Transcrição do instrumento - IBI-01 - Dimensão Sócio-Econômica

II. DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA

PARTICIPANTE A

1. Local de nascimento

Cidade **Araras**

Estado **São Paulo**

País **Brasil**

2. Local de domicílio

Cidade **Araras**

Estado **São Paulo**

País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Igrejas Escolas Hospitais ou postos de saúde

Freqüenta estes espaços? **Não**

3. Qual a sua profissão? **Bancária**

4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **Registro e estabilidade por concurso**

5. Há quanto tempo está neste trabalho? **12 anos**

6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Sim**

7. Qual a sua renda mensal? **mais de 10 salários mínimos**

8. Como é a sua casa? **Alvenaria**

9. Quantos cômodos têm sua casa? **10**

10. Sua moradia é própria **Sim**

11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **04**

12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro, computador**

PARTICIPANTE B

1. Local de nascimento

Cidade **Ribeirão Preto**

Estado **São Paulo**

País **Brasil**

2. Local de domicílio

Cidade **Araras**

Estado **São Paulo**

País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Igrejas, Escolas Hospitais, ou Postos de saúde, Centro comercial, Cinema, Telefonia, Carros

Freqüenta estes espaços? **Igrejas, Hospitais**

3. Qual a sua profissão? **Transporte**

4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **CLT**

5. Há quanto tempo está neste trabalho? **01 semana**

6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Sim**

7. Qual a sua renda mensal? **Até 03 salários mínimos**

8. Como é a sua casa? **Alvenaria**

9. Quantos cômodos têm sua casa? **05**

10. Sua moradia é própria **Sim**

11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **01**

12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro**

PARTICIPANTE C

1. Local de nascimento

Cidade **Araras**

Estado **São Paulo**

País **Brasil**

2. Local de domicílio

Cidade **Araras**

Estado **São Paulo**

País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Associação de moradores

Freqüenta estes espaços? **Pouco, reuniões de condomínio**

3. Qual a sua profissão? **Analista de sistema**

4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **autônomo**

5. Há quanto tempo está neste trabalho? **06 meses**

6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Não**

7. Qual a sua renda mensal? **de 05 a 10 salários mínimos**

8. Como é a sua casa? **Alvenaria**

9. Quantos cômodos têm sua casa? **13**

10. Sua moradia é própria **Sim**

11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **04**

12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro, computador, parabólica**

PARTICIPANTE D

1. Local de nascimento
Cidade **Araras**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

2. Local de domicílio
Cidade **Araras**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Igrejas, Bares e restaurantes, Escolas

Freqüenta estes espaços? **Igreja**

3. Qual a sua profissão? **Funcionário público estatal**
4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **Militar**
5. Há quanto tempo está neste trabalho? **19 anos**
6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Sim**
7. Qual a sua renda mensal? **de 05 a 10 salários mínimos**
8. Como é a sua casa? **Alvenaria**
9. Quantos cômodos têm sua casa? **07**
10. Sua moradia é própria **Sim**
11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **05**
12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro**

PARTICIPANTE E

1. Local de nascimento
Cidade **São Paulo**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

2. Local de domicílio
Cidade **Araras**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Bares e restaurantes

Freqüenta estes espaços? **Restaurantes**

3. Qual a sua profissão? **Empresário**
4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **Proprietário**
5. Há quanto tempo está neste trabalho? **30 anos**
6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Sim**
7. Qual a sua renda mensal? **de 05 a 10 salários mínimos**
8. Como é a sua casa? **Alvenaria**
9. Quantos cômodos têm sua casa? **06**
10. Sua moradia é própria **Sim**
11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **03**
12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro**

PARTICIPANTE F

1. Local de nascimento
Cidade **Conchal**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

2. Local de domicílio
Cidade **Araras**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Igrejas Escolas Hospitais ou postos de saúde

Freqüenta estes espaços? **Igrejas de vez em quando, escola todo dia.**

3. Qual a sua profissão? **Do lar**
4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **Nenhum**
5. Há quanto tempo está neste trabalho? **Não trabalha**
6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Sim**
7. Qual a sua renda mensal? **de 03 a 05 salários mínimos**
8. Como é a sua casa? **Alvenaria**
9. Quantos cômodos têm sua casa? **09**
10. Sua moradia é própria **Sim**
11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **04**
12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro, computador**

PARTICIPANTE G

1. Local de nascimento
Cidade **Capivari**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

2. Local de domicílio
Cidade **Araras**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Igrejas, Bares e restaurantes, Escolas, Associação de moradores

Freqüenta estes espaços? **Não informou**

3. Qual a sua profissão? **Estudante/Operador de máquina**
4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **Operador de máquina**
5. Há quanto tempo está neste trabalho? **01 mês e 15 dias**
6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Sim**
7. Qual a sua renda mensal? **até 03 salários mínimos**
8. Como é a sua casa? **Alvenaria**
9. Quantos cômodos têm sua casa? **11**
10. Sua moradia é própria **Não, paga aluguel**
11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **02**
12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro, computador**

PARTICIPANTE H

1. Local de nascimento
Cidade **Araras**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

2. Local de domicílio
Cidade **Araras**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Igrejas, Escolas, Hospitais ou postos de saúde

Freqüenta estes espaços? **Faculdade com freqüência**

3. Qual a sua profissão? **Estudante**
4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **Estudante**
5. Há quanto tempo está neste trabalho? **00**
6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Sim**
7. Qual a sua renda mensal? **até 03 salários mínimos**
8. Como é a sua casa? **Alvenaria**
9. Quantos cômodos têm sua casa? **07**
10. Sua moradia é própria **Não, paga aluguel**
11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **03**
12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro, computador**

PARTICIPANTE I

1. Local de nascimento
Cidade **Araras**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

2. Local de domicílio
Cidade **Leme**
Estado **São Paulo**
País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Igrejas, Centro comercial e Cinema

Freqüenta estes espaços? **Igrejas e Cinema**

3. Qual a sua profissão? **Estagiário**
4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **Contrato de Estagiário**
5. Há quanto tempo está neste trabalho? **09 meses**
6. Direito é a sua 1ª Graduação ? **Sim**
7. Qual a sua renda mensal? **até 03 salários mínimos**
8. Como é a sua casa? **Alvenaria**
9. Quantos cômodos têm sua casa? **14**
10. Sua moradia é própria **Sim**
11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **03**
12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro, computador**

PARTICIPANTE J

1. Local de nascimento

Cidade **LEME**

Estado **São Paulo**

País **Brasil**

2. Local de domicílio

Cidade **Leme**

Estado **São Paulo**

País **Brasil**

Assinale o que melhor descreve o bairro onde mora:

Igrejas, Centro comercial e Cinema

Freqüenta estes espaços? **Igrejas e Cinema**

3. Qual a sua profissão? **Estudante**

4. Que tipo de vínculo profissional você possui? **Não trabalha**

5. Há quanto tempo está neste trabalho? **Não trabalha**

6. Direito é a sua 1ª Graduação? **Sim**

7. Qual a sua renda mensal? **até 03 salários mínimos**

8. Como é a sua casa? **Alvenaria**

9. Quantos cômodos têm sua casa? **12**

10. Sua moradia é própria? **Sim**

11. Quantas pessoas vivem em sua casa? **04**

12. Que recursos materiais você possui? **TV, som/vídeo, carro.**

ANEXO L – Transcrição do instrumento - IBI-02 - Desigualdade Social

III – DESIGUALDADE SOCIAL

13) O que entende por desigualdade social?

PARTICIPANTE A

Desigualdade na distribuição de renda, diferenças de oportunidades de trabalho para todos (ou ao menos para quem tem vontade) escolas melhores para pessoas mais ricas, melhor segurança para quem pode pagar.

PARTICIPANTE B

Existe vários, salário defazado, pobreza recursos e alimentação

PARTICIPANTE C

Poucos ganhando muito e muuuuito ganhando pouco

PARTICIPANTE D

Entendo por classes ou seja classe pobre, media, e classe rica, mais favorecida, no Brasil a desigualdade social é enorme

PARTICIPANTE E

Trabalho – cor da pele – estado aonde nasce – influencia de poderosos

PARTICIPANTE F

Entendo por desigualdade social a divisão da sociedade, uns com tanto, outros com pouco, isto afeta as famílias de baixa renda, e destruição de muitos lares, fazendo com que tendem a furtar, matar e muito mais

PARTICIPANTE G

Desigualdade social é o dinheiro do governo e o dinheiro pago para os trabalhadores de forma desigual, fazendo que muitos tenha poucas oportunidades e poucos tenha muitas oportunidades.

PARTICIPANTE H

Pela ótica econômica, vejo que a desigualdade social se resume em muitos com pouco e poucos com muito. Hoje a distribuição de renda é feita de forma inadequada, ao passo de injusta, sendo que enquanto a maior parte do dinheiro fica com a minoria, a maioria sofre com a divisão salarial. A questão pode ser expandida para a escassez de ações culturais, projetos esportivos, saúde, segurança, habitação e o primordial, educação.

PARTICIPANTE I

É um desrespeito a forma constituinte do novo Estado Democrático. Interpreto-a de duas maneiras. A principal seriam as diferenças existentes na coletividade, mas podemos tratar a desigualdade social como forma de se valer à igualdade. Desta forma, levo em consideração o entendimento que “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente aos desiguais”.

PARTICIPANTE J

Diferenças visíveis entre as pessoas, principalmente no quesito dinheiro.

ANEXO M – Transcrição do instrumento - IBI-02 – Movimentos sociais

IV – MOVIMENTOS SOCIAIS

14. O que entende como movimentos sociais ?

PARTICIPANTE A

Um grupo de pessoas unidas pelo mesmo ideal, lutando contra um sistema que foi imposto, ou contra uma injustiça, buscando alcançar um objetivo coletivo.

PARTICIPANTE B

Bem, mas não podemos viver só nisso, temos que buscar sua finalidade de existência e porque esta aqui.

PARTICIPANTE C

Tentativa de suprir necessidades básicas dos que ganham pouco. Moradia, Terra, escola

PARTICIPANTE D

São os movimentos em favor de alguma causa, seja as desigualdades ou até movimentos estudantis, sempre em prol de alguma causa

PARTICIPANTE E

Política - sindicados

PARTICIPANTE F

É quando a sociedade se mobiliza a prestar algo de bom para o ser humano

PARTICIPANTE G

Movimento social serve para ajudar a comunidade para o seu bem e ajudar pessoas necessitadas

PARTICIPANTE H

De forma objetiva, entendo movimentos sociais como medidas de mudança tomadas por determinados seguimentos da sociedade, que podem resultar em modificações na realidade de cada individuo, assim como conquistas para um todo.

PARTICIPANTE I

Penso que movimentos sociais é uma forma de mascaramos os problemas que nos cercam. Acredito que validos são aqueles que visam uma reabilitação social, ou mesmo intensificando o aprendizado, mas usar deste instrumento para encobrir uma realidade corrupta é no mínimo imoral, uma verdadeira falta de vergonha na cara.

PARTICIPANTE J

Movimentos que representam os anseios sociais.

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral?

16. Você é filiado a algum partido político?

PARTICIPANTE A

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Não**

16. Você é filiado a algum partido político? **Não**

PARTICIPANTE B

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Movimentos sociais, há 03 anos**

16. Você é filiado a algum partido político? **Não**

PARTICIPANTE C

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Não**

16. Você é filiado a algum partido político? **Não**

PARTICIPANTE D

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Não**

16. Você é filiado a algum partido político? **Não**

PARTICIPANTE E

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Não**

16. Você é filiado a algum partido político? **Não**

PARTICIPANTE F

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Não**

16. Você é filiado a algum partido político? **Não**

PARTICIPANTE G

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Não**

16. Você é filiado a algum partido político? **Não**

PARTICIPANTE H

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Sim, há 4 anos, além de contato ativo com a CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.**

16. Você é filiado a algum partido político? **Sim, PTB desde 2006.**

PARTICIPANTE I

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Não**

16. Você é filiado a algum partido político? **Não**

PARTICIPANTE J

15. Milita em partidos e/ou movimentos sociais, em geral? **Não**

16. Você é filiado a algum partido político? **Sim, PMDB desde 2008.**

ANEXO N – Transcrição do instrumento - IBI-02 – A vida falada e escrita

V – A VIDA FALADA E ESCRITA

17. O que mais gosta de fazer na vida?

PARTICIPANTE A

Ler, Conversar, Dormir, cuidar das plantas, e dos meus cães

PARTICIPANTE B

Terminar meus estudos, ser um advogado conceituado, ter meus pais vivos até lá

PARTICIPANTE C

Viajar com minha família

PARTICIPANTE D

Trabalhar, estudar, ler, quando não estou andando de moto

PARTICIPANTE E

Viajar – praias – cavalgar – sexo

PARTICIPANTE F

No momento não gosto da minha vida

PARTICIPANTE G

Curti a vida dormindo saindo com os amigos e trabalhando

PARTICIPANTE H

Realizar metas pessoais pré-estabelecidas, seja através do estudo, da participação ativa em seguimentos da sociedade (leia-se movimento estudantil, atividades culturais/sociais) e da pratica de um lazer saudável.

PARTICIPANTE I

Buscar respostas para as duvidas que me surgem. Uma sensação que realmente me incomoda é de deparar com uma situação e não ter meios para supri-la.

PARTICIPANTE J

Estar em boa companhia, ler bons livros, ouvir boa música.

18 Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida?

PARTICIPANTE A

Jornais,
TV,
internet

PARTICIPANTE B

Internet,
E-mails,
Jornais

PARTICIPANTE C

Internet

PARTICIPANTE D

Internet,
TV,
Jornais

PARTICIPANTE E

TV
Internet
Jornais
Revistas

PARTICIPANTE F

Na minha própria vida

PARTICIPANTE G

Jornal e televisão

PARTICIPANTE H

Portais de notícias na web, jornais, revistas, periódicos, twitter

PARTICIPANTE I

Nos meios de comunicação habitualmente utilizados, tais como televisão, internet, jornal, entre outros.

PARTICIPANTE J

Internet
Televisão
Revistas

19. Quais são suas maiores preocupações?

PARTICIPANTE A

Com o futuro dos meus filhos
Com a segurança do meu trabalho

PARTICIPANTE B

A morte dos meus entes queridos

PARTICIPANTE C

Educação e saúde de meus familiares
Minha também

PARTICIPANTE D

Aquecimento Global,
aumento salarial

PARTICIPANTE E

Ficar doente e pobre

PARTICIPANTE F

Os meus filhos, quero que eles sejam felizes

PARTICIPANTE G

Com o aquecimento global
e a violência o qual se encontra o mundo

PARTICIPANTE H

Na atualidade o monstruoso exame da OAB

PARTICIPANTE I

A principio é na incerteza se esta deveria ser a maior preocupação, é ser aprovado pelo entendimento majoritário dos julgadores ao qual tem que me submeter para investir no cargo que almejo.

PARTICIPANTE J

Família e futuro profissional

20 – O que gostaria de mudar em sua vida?

PARTICIPANTE A

Gostaria que minha filha fosse mais independente e que tivesse mais atitude

PARTICIPANTE B

Não dizer tudo o que eu penso,
ser calmo e não ansioso

PARTICIPANTE C

Ter mais tempo p/ minha família

PARTICIPANTE D

Assim que me formar gostaria de me mudar de cidade,
mudando de cidade estarei mudando de vida

PARTICIPANTE E

Ser mais paciente

PARTICIPANTE F

Tudo, mas só na minha vida pessoal

PARTICIPANTE G

Nada, nos dias de hoje

PARTICIPANTE H

Quem dera pudéssemos voltar no tempo com toda bagagem cultural que adquirimos com a idade e todas nossas vivências, poderia mudar muita coisa.

PARTICIPANTE I

Graças a Deus não tenho do que me queixar, tudo e todos que converso são pessoas que significam muito a mi. Pretendo prosperar, penso que é normal ter grandes pretensões e espero poder contribuir com o pouco que sei para com a coletividade. Mas dos valores que acredito não abro mão.

PARTICIPANTE J

Gostaria de ter minha estabilidade financeira

21. O que espera para o futuro?

PARTICIPANTE A

Trabalhar menos
Estabilidade financeira e emocional
Poder curtir mais a vida

PARTICIPANTE B

Paz, profissional

PARTICIPANTE C

Qualidade de vida

PARTICIPANTE D

Advogar em direito

PARTICIPANTE E

Nada de bom

PARTICIPANTE F

Espero ter feito uma boa escolha para meu futuro profissional

PARTICIPANTE G

Uma melhoria no poder público onde todos tenham educação,
saúde,
segurança
e saneamento descente

PARTICIPANTE H

Realização pessoal e profissional. Poder parar por um instante e notar que pude fazer a diferença no que me propus.

PARTICIPANTE I

Ao pensar que tenho que entregar este questionário já me deparo com o futuro. Acredito que ele já esta acontecendo e que não é prudente pensar muito em frente sem fortalecermos nossas idéias.

PARTICIPANTE J

Ser bem sucedida profissionalmente.

22 Como define suas condições de vida?

PARTICIPANTE A

Financeiramente razoável
Emocionalmente boa
Profissionalmente estressada e sobrecarregada

PARTICIPANTE B

Média, com alto e baixo

PARTICIPANTE C

Muito boas

PARTICIPANTE D

Atualmente ruim, mas tenho fé que vai mudar

PARTICIPANTE E

Ótima

PARTICIPANTE F

No financeiro esta tudo bem, mas no emocional, é só decepção

PARTICIPANTE G

Minha condição de vida é muito boa,
sou filho único e nunca passei qualquer necessidade ou dificuldade na vida

PARTICIPANTE H

Estou satisfeito, porém, me preparando e me empenhando ao máximo para progredir cada vez mais, tanto em caráter pessoal, como profissional. Quem sabe somar o primeiro milhão aos 30 anos? (risos)

PARTICIPANTE I

As melhores. Tenho uma família presente, amigos fantásticos e também a oportunidade de estudar. Acredito ter uma situação privilegiada e gostaria muito que todos tivessem.

PARTICIPANTE J

Boa.

23. Que mudanças você deseja que aconteçam na sociedade?

PARTICIPANTE A

Melhoria dos padrões de ensino
Segurança nas cidades
Confiança entre as pessoas

PARTICIPANTE B

Respeito
Amor ao próximo

PARTICIPANTE C

Melhores condições de saúde,
educação,
alimentação para os menos favorecidos

PARTICIPANTE D

Que o povo aprenda a reivindicar seus direitos e tbm aprenda a votar

PARTICIPANTE E

Honestidade
Solidariedade
Humanidade

PARTICIPANTE F

Desejaria que as pessoas fossem mais amigas, verdadeiras, hoje há muita falsidade, aparências, a sociedade passa uma imagem do que não é

PARTICIPANTE G

Que a sociedade seja menos desonesta e menos violenta

PARTICIPANTE H

A conquista da tão prolatada justiça social

PARTICIPANTE I

É difícil apontarmos até porque não me tenho como exemplo. Temos pensamentos, situações e emoções diferentes. Não imagino uma sociedade que todos cheguem num consenso.

PARTICIPANTE J

Que as desigualdades diminuam e que as pessoas obtenham mais cultura.

24. Em sua opinião, o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos?

PARTICIPANTE A

Comodismo,
Vergonha ou timidez
Não querer ser mostrar diferente das outras pessoas em sociedade

PARTICIPANTE B

Se não tivesse interesse de poucos a coisa iria mudar, pois ate hoje existem interesse de um só dos colarinhos brancos

PARTICIPANTE C

Falta de esperança de que realmente mude alguma coisa

PARTICIPANTE D

A nossa falta democracia,
o povo esta desanimado por ter muita corrupção mas pra mudar isso, tem que aprender votar

PARTICIPANTE E

Principalmente os Brasileiros são totalmente individuais

PARTICIPANTE F

A falta de união

PARTICIPANTE G

Na minha opinião impede e a falta de vontade e o medo de sofrer qualquer tipo de ameaça ou represália a respeito dos direitos que são a favor de uns e contra outros

PARTICIPANTE H

Ao meu ver, uma questão primordial e que precisa de soluções rápidas, que é a falta de conhecimento dos direitos e garantias de cada cidadão.

PARTICIPANTE I

Comodismo, conformismo, falta de orientação talvez. Não sei dizer ao certo.

PARTICIPANTE J

Falta de interesse e apoio governamental

ANEXO O - Transcrição do instrumento - IBI-03 - Cutrale usa terras griladas em São Paulo

Cutrala usa terras griladas em São Paulo

Participante A

O texto aborda dois temas importantes: o movimento dos sem terra e a exploração da Cutrale em terras do Estado.

Penso que a “ideologia” do movimento dos sem terra seja digna, a “causa” defendida por eles é muito importante. Seria muito bom se fosse assim: terras improdutivas sendo “doadas” para quem tem vontade de trabalhá-las. Porém, a coisa não funciona bem assim.

Os sem-terra é um movimento que agregou muita gente, e grande parte deles não tem vontade de plantar. Conheço pessoalmente famílias que receberam terra do Governo e venderam-nas posteriormente. Gente que se endividou, utilizando do dinheiro que é repassado para os assentamentos, desapareceu e nunca mais voltou, nem para plantar, nem para pagar a dívida com o banco que repassou esse dinheiro. Simplesmente foi se agregar novamente ao movimento, agora com o bolso cheio, e buscar mais vantagens.

A idéia é bonita, mas a prática é outra.

Em relação à Cutrale, é errado plantar em terras do Governo, e ainda mais quem detém o monopólio na indústria do suco. Ela regula o preço da laranja que é paga para o pequeno produtor, massacrando-os com preços baixos e “amarrando-os” a essa escravidão, porque em seu contrato há cláusula que impede o produtor de vender a laranja para outros. Toda a laranja produzida é da Cutrale.

Pode ter certeza, que tanto no caso dos sem-terra, quanto no caso da Cutrale, “alguém ganha com isso”, e ganha muito. Nesse país a corrupção vem de cima.

Participante B

Bem, o assunto é muito importante, mas infelizmente MST não tem estrutura para cobrar o que está de errado, pois muito invade território dos outros e causa dele não são a mesma, está perdendo as origens, na verdade não tem que fazer reforma alguma das terras, pois os mesmo vende as terras para os outros, não produz nada se olha mais fundo para MST sempre são mesmo, quando ele ganha terra para produzir, ele não fica, sobre caso a Cutrale, temos funcionário para isso não precisa de organização ou bando de criminoso, de quadrilha para mostra irregularidade, que precisa mesmo é cobra do nosso ministro STF e mandar prender todo eles, sem nenhuma preocupação e empresa que não está preocupada negócio e multar, tirar dinheiro deles assim farão que é certo.

Participante C

O texto mostra muito bem que a justiça tardia, torna-se injustiça. Grandes grupos se aproveitam de uma justiça morosa para obter lucro, mesmo as multas aplicadas são pequenas em relação ao ganho obtido. Quanto às famílias a serem assentadas o texto, por ser produzido pelo MST, omitiu informações importantes, pois tem-se conhecimento de partidos políticos envolvidos e famílias que pegam as terras e as revendem para também obter lucro.

Movimentos sociais, “podres” tendem a aumentar ainda mais a desigualdade social.

A região central do estado de São Paulo são onde encontram-se as terras mais caras do país. O justo seria a União vende-las e compra 4 vezes mais terras em outra região e assentar assim não 400 mas 1600 famílias.

Participante D

Está claro que esta empresa praticou esbulho e usurpação de posse, temos que analisar tbm a relação política do proprietário dessa empresa, por esse fato estar ocorrendo há muito tempo, pode ser que haja envolvimento político.

Essa ação de reintegração terá que ser com urgência e pedido ao Ministério Público um Colegiado fora da comarca da área. Isso seria o que eu fazia ou faria como advogado.

Participante E

Como já havia dito no texto anterior sobre desigualdade eis ai um fato bem verídico, que mostra que em pleno século XXI ainda existe os coronéis.

Porque não falar que os diretores e proprietários destas grandes empresas mandam no governo e no Estado e todas as autoridades que existam, fazem o que bem entendem, enquanto nosso país não houver leis que realmente punam os poderosos isto vai continuar acontecendo, não só no campo mas em outras áreas, saúde, segurança, educação e por ai vai.

Sendo assim não é de se admirar que o INCRA sendo um órgão público para fiscalizar não tem autoridade suficiente para punir esta empresa Cultrale produtora de sucos de laranja.

Participante F

Este tema discutido faz parte da desigualdade social que o país vive, como já mencionei uns com muito, outros com pouco.

Também acho que a justiça demora muito para tomar decisões que favoreçam a classe baixa.

Se estas terras são da União porque então está nas mãos da Cutrale? Porque o governo juntamente com o poder público que é o representante do Estado fazem vistas grossas, porque cobram os impostos desta firma; com isso eles encham os bolsos e os sem terras vão morar em lonas pretas.

Participante G

Infelizmente podemos perceber que no Brasil que sempre tem o poder de fazer ou ter alguma coisa, é dos mais ricos e poderosos.

Acho muito justo o movimento do MST lutar por um pedaço de terra, mais por outra forma acho contra entrarem na propriedade derrubando todos os pés de laranja sem sequer brigarem ou reivindicarem de forma justa e honesta seria mais certo, pois como havia dito no Brasil o mundo é dos mais ricos e poderosos e não dos inteligentes ou dos honestos, por isso acho que o movimento deveria ter tomado posse das terras mas de forma passiva e não de forma que pudessem prejudicar ainda mais a ação deles.

Participante H

O texto apresenta a problemática da ocupação ilegal de terras da união por parte de empresas produtoras de citrus, fato este denunciado pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e coloca em evidência a questão da reforma agrária em nosso país.

Entendo que a distribuição de terras no Brasil é lenta e enfrenta barreiras, entre elas posso destacar a resistência de grandes proprietários rurais, dificuldades jurídicas (falta de acesso à justiça pelos menos favorecidos, morosidade do sistema jurídico brasileiro, leis benéficas para pequena parcela social), além do elevado custo de manutenção das famílias assentadas, pois essas famílias recebem lotes de terras necessitam de financiamentos com juros baixos para a compra de insumos e maquinário, além de gastos com infra-estrutura, entre outras questões.

Eis a importância de um movimento social politicamente organizado, representando e levando a discussão nos principais fóruns de nossa sociedade.

Participante I

A utilização do patrimônio da União pela empresa Sucocitrico Cutrale deve acabar, respondendo esta por todas as irregularidades que cometera. Contudo penso que o manifesto do MST se empossando das terras não é a forma mais adequada de se valer os seus direitos. A falta das condições essenciais para sobrevivência do ser humano é de responsabilidade pública, e tomar para si um bem público é o mesmo que apropriar-se de seu próprio bem.

O estado deve fornecer condições de reintegração destas pessoas fornecendo-as trabalho e moradia, e, na falta destas, devemos cobrar de uma forma em que sejam cumpridas, não se apoderar de um bem que tem sua finalidade pública.

Que falta nos faz o respeito e a fiscalização.

Participante J

Entendo que, a ocupação das terras com o intuito de alertar as autoridades pelo uso irregular das mesmas é justa, uma vez que elas poderiam, ser destinadas à reforma agrária e, desta forma, abrigar varias famílias. No entanto, não se justificam atos de selvageria e destruição de pés de laranja, levando ao desperdício alimento que poderia ter sido aproveitado de outra maneira.

ANEXO P - Transcrição do instrumento - IBI-04 - A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento.

A periferia de São Paulo pode explodir a qualquer momento.

Participante A

(Manifestou desconforto em produzir um texto sobre o tema, preferindo não fazê-lo)

Participante B

Penso, que não está mudando e os projetos sociais também muitos fica no papel, pois a comunidade não busca para melhora, sociedade não acredita na força do Estado, pois o estado deixou pessoa na mão.

Quando aparece este tao de PCC e outras organização eles acredita que irão mudar que forma e esta mais deixa de ver que o crime que eles comete não tem punição e os X-9 fica escondido pois organizações faz suas próprias leis, não existe manual ou escrito em algum poste, mas sabe o que é melhor para grupos e não faz, favela existe sim mas sempre serão favela pois os ricos são ricos cada dia mais, quando a organização vê que não tem tao punidade, eles faz o que bem querem não muda nada, hoje tao PCC e amanhã, qual será? Muitas práticas que leva o cidadão para mera e pouco faz para ajuizar mente dos culposos e os criminosos mais acreditamos que educação muda as pessoas mesmo que Mário Covas mostra a verdade crua que o professor não era importante para nosso.

Participante C

A entrevista mostra a revolta da população da periferia com a elite, e principalmente o modelo antigo da escola que não prepara as pessoas para a vida.

Ele sugere mudanças no ensino, sugere também que a esperança de mudança levantada pelo PT cativou a periferia, mas quando o PT chegou no governo se descaracterizou e passou a servir também as elites pois o PT virou elite.

Quanto o poder paralelo que ele nega, penso que suas respostas na verdade afirmam que existe sim.

Participante D

Não só a periferia de São Paulo, mas todo o país pode explodir. A banalidade do crime, a revolta das desigualdades sociais, a banalização da violência, são um conjunto vários fatores que carecem de providências urgentes.

Temos que rever os conceitos a começar pelo ensino público. As drogas e as armas não são fabricadas na periferia ou em São Paulo ou no Rio, estão entrando no estado descaradamente com a convivência de algumas pessoas, pessoas que estão no poder.

Participante E

Bom, todos estes fatos relatados por alguns participantes é a pura verdade porque eu vive isto fui criado dentro de uma favela no Bairro de Santana em 1960 e já naquela época já existia uma grande discriminação.

Portanto é uma grande verdade que até mesmo eu em conversa com alguns amigos autoridades ou não comentei isto sobre um dia a periferia vai explodir principalmente agora com esse poder paralelo que é o PCC.

Nossas autoridades sabem que isto vai acontecer mas nada fazem pois para eles esta cômodo por inquanto é bom, mas quando quiserem tomar algumas atitudes será tarde demais.

Hoje tenho plena certeza eu um homem de 54 anos com um pouco de experiência de vida sei que dos meninos e jovens da periferia nada de bom pode se esperar a não ser a imigração para esse poder paralelo.

Participante F

Sem comentários, o próprio Ferréz disse que mudou, mas deixou um enigma no ar.

Participante G

A entrevista na mais que quer expressar o modo e o jeito de viver dentro da favela, então como todos nós já sabemos a política não serve para nada no Brasil a não ser para deixar um rombo no caixa ou para roubar.

Então podemos ver que o entrevistado fala da desigualdade social e como um morador de favela defende as pessoas e tudo que lá acontece mais ele não percebe o desacato que comete contra a segurança pública do estado de São Paulo principalmente com a Polícia Militar onde questiona o tipo de abordagem, mais muitas pessoas da favela é de índole ruim e onde o entrevistado cita que o crime organizado que estrutura a família então percebe-se que dentro dela se encontra muitos criminosos.

Participante H

De forma objetiva, observo os comentários do Sr. Ferréz, como relatos de centenas de milhares de moradores das favelas de grandes centros urbanos de nosso país. A tempos o Estado não sustenta um acesso direto com essas pessoas, garantindo as condições básicas consagradas em nossa Constituição Federal, como saúde educação de qualidade, lazer, moradia digna, salário justo e compatível com as necessidades básicas de cada indivíduo. O que os estado não fez, o crime por sua vez se encarregou de fazer.

Um fato que me alarmou bastante foi o descrito pela política, pela participação popular. Acredito que nosso país pode sofrer grandes mudanças, e uma via direta é a política, é a pratica da cidadania, e nenhuma condição social pode suprimir o santo direito da escolha, do votar e ser votado, de confiar em mudanças, e até mesmo, ser a tão prolatada modificação social.

Participante I

Prefiro não entrar em detalhes no relato que diz respeito a este texto. Como meus pensamentos são totalmente diversos do exposto pelo entrevistado meu parecer seria mais um poço de criticas e imposições que certamente ele também discordaria.

É como disse, são pensamentos e situações diferentes geradas pela corrupção que aflora nosso país. Essa estrutura organizada das favelas são oriundas do crime. Já se tornou um marco na vida daquelas, acharem que o melhor para si é seguir a criminalidade, a pretensão maior é subir nesta escala. O maior problema é que enquanto aqui “em baixo” rola miséria, lá “em cima” rola bilhões, mingüem melhor para confirmar isso do que o próprio entrevistado.

Participante J

O texto que traz um pouco da vida de Ferréz é um exemplo do que acontece com tantas outras pessoas que vivem em comunidades de baixa renda do país, as dificuldades, a forma de encarar os problemas e conseguir passar por eles da melhor forma, ou seja, sobreviver na chamada “selva de pedras”.

É nítida a falta de atenção governamental para com estas pessoas, por este fato, vemos facções criminosas agindo no lugar do Estado, impondo suas regras, nem sempre morais, nem sempre justas aos olhos de quem vê de fora, porém, regras que comandam, organizam a vida em comunidade. É como se ali houvesse um regimento onde as pessoas seguem para o bem estar geral e, de certa forma, é como se fosse a única forma de auxilio com que essa população pode contar. Então, entendo que não há o que se julgar quando há esse tipo de situação, onde o crime comanda, mas ao mesmo tempo auxilia as pessoas desamparadas pelo Estado.



*Segurar passarinho na concha meio fechada da mão é terrível,
é como se tivesse os instantes trêmulos na mão.
O passarinho espavorido esbate desordenadamente
milhares de asas e de repente se tem na mão semicerrada
as asas finas debatendo-se e de repente se torna intolerável
e abre-se depressa a mão para libertar a presa leve.
Ou se entrega-o depressa ao dono para que ele lhe dê
a maior liberdade relativa da gaiola.
Pássaros - eu os quero nas árvores ou voando longe de minhas mãos.
Clarice Lispector – Água Viva*